



**FACULDADE DE ARQUITECTURA**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**ARQUITECTURA EQUESTRE:  
Influência da Arquitectura na Prática da Equitação e Equoterapia**



**Sandra Garcia Castanheira**  
(Licenciada)

Projecto Final de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em  
Arquitectura com Especialização em Arquitectura de Interiores

**Orientador Científico:** Professora Doutora Arq.<sup>a</sup> Maria Dulce Costa de Campos Loução

**Co-Orientador Científico:** Professor Doutor Arq.<sup>o</sup> Fernando Coelho da Silva Pinheiro

**Júri**

**Presidente:** Professor Doutor Arq.<sup>o</sup> José Manuel dos Santos Afonso

**Arguente:** Professor Doutor Arq.<sup>o</sup> João Nuno de Carvalho Pernão

Lisboa, Dezembro, 2013





**FACULDADE DE ARQUITECTURA**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

## **Arquitectura Equestre:**

Influência da Arquitectura na Prática da Equitação e Equoterapia

Sandra Garcia Castanheira

Orientador: Professora Doutora Arq.<sup>a</sup> Maria Dulce Costa de Campos Loução

Co-Orientador: Professor Doutor Arq.<sup>o</sup> Fernando Coelho da Silva Pinheiro

Mestrado Integrado em Arquitectura com Especialização em Arquitectura de Interiores

Dezembro de 2013

## **RESUMO**

Num panorama nacional em que a exclusão social de pessoas com deficiências, tanto motoras, físicas como mentais, acontece a vários níveis, seja por medo, incompreensão ou falta de sensibilização, torna-se importante criar para esses indivíduos um conjunto de entidades que lhes forneça meios de combater as suas limitações e até mesmo supera-las, para que no futuro se possam integrar na sociedade. Mas tal objectivo torna-se, ironicamente, obstruído quando a própria instituição ignora as condições físicas (ditas arquitectónicas) necessárias para que as pessoas as quais se destina, possam usufruir das suas instalações.

Tal é o caso da vertente terapêutica da Equoterapia, ou Equitação com Fins Terapêuticos, que se especializa no tratamento de pessoas portadoras de deficiências motoras e/ou com problemas neurológicos e sensoriais. No entanto, esta modalidade de considerável sucesso no tratamento destes problemas, manifesta algumas falhas de comunicação em relação às acessibilidades, uma vez que a maior parte dos centros hípicos não se encontram devidamente preparados para atender pessoas que se movimentem em cadeira de rodas.

Procura-se criar neste trabalho um conjunto de medidas arquitectónicas que beneficie e melhore a dinâmica de acções que ocorrem num picadeiro especializado na Equoterapia, propondo-se para tal um programa de escola equestre inserido num complexo de um antigo Convento de São Paulo, mais tarde Fabrica de São Paulo da empresa SOFAL (em Vila Viçosa, Alentejo).

**Palavras-chave:** Centro Hípico, Picadeiro, Dressage, Equoterapia, Acessibilidades, Reabilitação







**FACULDADE DE ARQUITECTURA**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

### **Equestrian Architecture:**

Architecture's influence in Riding and Hippotherapy practice.

Sandra Garcia Castanheira

Orientador: Professora Doutora Arq.<sup>a</sup> Maria Dulce Costa de Campos Loução

Co-Orientador: Professor Doutor Arq.<sup>o</sup> Fernando Coelho da Silva Pinheiro

Mestrado Integrado em Arquitectura com Especialização em Arquitectura de Interiores

December, 2013

### **ABSTRACT**

In a national context in which the social exclusion of people with disabilities, both motor, physical and mental, happens at different levels, either by fear, misunderstanding or lack of awareness, it is important for these individuals, to create a set of entities to provide them with means of opposing it's limitations and even surpasses them, so that in future they can join in society. But this objective becomes, ironically, obstructed when the institution itself ignores the physical conditions (so-called architectural) necessary for people are intended to attend to its facilities.

Such is the case of the therapeutic aspect of Hippotherapy or Therapeutic Riding, that specializes in treating people with physical disabilities and / or neurological and sensorial problems. However, this activity of considerable success in the treatment of these problems has some communication failures in relation to accessibility, since most of the riding centers are not appropriately prepared to meet people that move in a wheelchair.

We try to create here a set of architectural measures that benefit and improve the dynamics of actions that occur in specialized arena in Hippotherapy, proposing for such a program housed in a school equestrian complex of a former Convent of St. Paul, later St Paul's Factory by SOFAL company (in Évora, Alentejo).

**Key-words:** Equestrian Centre, Riding Arena, Dressage, Equine therapy, Accessibility, Rehabilitation



## **Este trabalho é dedicado**

À minha família pelos seus sacrifícios em tempos tão difíceis que tornaram possível este trabalho.

À minha segunda família pela minha aceitação no seu seio, por acreditarem em mim, pelo eterno carinho e pela motivação.

Aos meus amigos pelos momentos de bom humor, gargalhadas ou de sorrisos perante a pura beleza das coisas boas da vida.

Aos membros da Eclipse, velhos e novos, mas especialmente aqueles que me fizeram ter consciência de quem sou, das minhas imperfeições e dos meus limites enquanto humana. Não consigo exprimir como esta realização foi um ponto de viragem para mim.

Aos meus confidentes pela sua infindável paciência, disponibilidade e por simplesmente me ouvirem horas a fio nos meus momentos de pânico e desespero sem um queixume que fosse, ajudando-me desabafar e apoiando-me *sempre*.

E a ti meu amor, *toi qui vaut de l'or*, por seres o meu porto de abrigo, por me leres os pensamentos tão bem, por todos os mimos que me ajudaram a ultrapassar os obstáculos e sobretudo por teres riscado a palavra desistir do meu dicionário. Que seja o final feliz de uma etapa e o início radioso de uma vida juntos.



## **Agradecimentos**

À professora Dulce Loução pelo seu pensamento lógico e pela calma que inspira e por estar sempre disposta a ouvir as minhas dúvidas, mesmo que sejam repetidas de modo a tranquilizar-me.

Ao professor Fernando Pinheiro pela sua paciência e análises construtivas e por me mostrar que existe sempre uma solução viável para qualquer problema.

Ao professor Paulo Pereira pelo entusiasmo e auxílio que me deu em melhor compreender o funcionamento e história do Convento de São Paulo.

Ao Secretário da Sociedade Hípica Portuguesa, Manuel Ataíde por me ter recebido e dado carta livre para visitar as suas instalações. Às terapeutas Paula Caniça e Patrícia Martins pela longa explicação da disciplina da Terapia Assistida pelo Cavalo praticada na SHP e demonstrações permitidas.

À gestora da Escola Portuguesa de Arte Equestre, Teresa Abrantes, pela sua disponibilidade e profunda compreensão e seriedade em relação ao meu tema e por me mostrar necessidades vitais que um espaço de centro hípico requer. Ao cavaleiro Ruben Val e demais cavaleiros da EPAE pelo interesse que demonstraram e todas as críticas e esclarecimentos que prestaram.

Aos funcionários da Coudelaria de Alter do Chão e do Museu dos Coches pela sua amabilidade e pela sua prestabilidade.

Muito Obrigada.



## Índice Geral

<b>Resumo.....</b>	<b>3</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>5</b>
<b>Dedicação.....</b>	<b>7</b>
<b>Agradecimentos.....</b>	<b>9</b>
<b>Índice Geral .....</b>	<b>11</b>
<b>Lista de Imagens.....</b>	<b>13</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>17</b>
1.1. Tema e enquadramento do objecto de estudo .....	17
1.2. Objectivo e justificação da proposta .....	22
1.3. Estrutura do trabalho e método utilizado .....	25
<b>2. Enquadramento Histórico.....</b>	<b>27</b>
2.1. Evolução Histórica de Vila Viçosa .....	27
2.2. Breve História da Equitação .....	41
2.3. Fábrica de São Paulo - SOFAL .....	47
<b>3. Centro de Equoterapia .....</b>	<b>59</b>
3.1. Terapia Assistida pelo Cavalo .....	59
3.1.1. Hipoterapia .....	59
4.1.2. Educação e Reeducação.....	61
4.1.3. Pré-Esportiva .....	61
3.2. Infra-estrutura de um Centro de Equoterapia .....	63
<b>4. Apresentação de Casos de Estudo.....</b>	<b>67</b>
4.1. Sociedade Hípica Portuguesa .....	67
4.2. Real Picaria – Museu dos Coches.....	73
4.3. Escola Portuguesa de Arte Equestre .....	82
4.4. Coudelaria Real de Alter .....	84
<b>5. Projecto – Centro Equestre Calipolense (CECAL) .....</b>	<b>89</b>
<b>6. Considerações Finais.....</b>	<b>96</b>
<b>7. Bibliografia .....</b>	<b>97</b>





## Lista de figuras

**Figura 1:** Vila Viçosa, zona especial de protecção e fases de construção ([http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=24847](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24847)). Modificado pela autora.

**Figura 2:** Vila Viçosa, foto aérea (<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2011/07/vila-vicosa.html>).

**Figura 3:** Brasão de Vila Viçosa (<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:VVC.png>).

**Figura 4:** Vila Viçosa por Nicolau de Langres, cerca de 1661 (Revista Monumentos nº 27). Modificado pela autora.

**Figura 5:** Evolução de Vila Viçosa (séc XIV – séc XV) (Revista Monumentos nº 27). Modificado pela autora.

**Figura 6:** Vila Viçosa, expansão urbana quinhentista (Revista Monumentos nº 27). Modificado pela autora.

**Figura 7:** Vila Viçosa, malhas urbanas (Revista Monumentos nº 27). Modificado pela autora.

**Figura 8:** Vila Viçosa, obras de fortificação quinhentista (Revista Monumentos nº 27).

**Figura 9:** Esboço topográfico-militar da região de Vila Viçosa mostrando o novo sistema defensivo e o Forte de São Bento, Autor desconhecido, 1762 (Revista Monumentos nº 27).

**Figura 10:** Vila Viçosa antes e depois da intervenção do Estado Novo (Revista Monumentos nº 27). Modificado pela autora.

**Figura 11:** Vila Viçosa, Praça Nova antes da intervenção do Estado Novo, fotografia de autor desconhecido, [1930 – 1940]. (Revista Monumentos nº 6).

**Figura 12:** Vila Viçosa, Praça da República, depois das obras da década de 1940, fotografia de autor desconhecido, [1953]. (Revista Monumentos nº 6).

**Figura 13:** Vila Viçosa, vista aérea. Localização da Fábrica de São Paulo na parte inferior da foto (secção a cores). (Revista Monumentos nº6).

**Figura 14:** Logotipo da Sofal da Fábrica de São Paulo (<http://www.flickr.com/photos/mraposo/7379198770/sizes/o/in/photostream/>) Modificado pela autora.

**Figura 15:** Planta de volumes da Fábrica de São Paulo, modificada pela autora.

**Figura 16:** Fachada Nordeste e Noroeste e da Fabrica de São Paulo, fotografia da autora.

**Figura 17:** Fachada Noroeste da Fabrica de São Paulo. Diagrama de compreensão de pisos por secções. Planta modificada pela autora

**Figura 18:** Estado Actual da fachada Norte da Fábrica de São Paulo, vista do Rossio (<http://www.flickr.com/photos/mraposo/7379198276/sizes/o/in/photostream/>).

**Figura 19:** Estado Actual da fachada Sudoeste da Fábrica de São Paulo, vista do Rossio, fotografia da autora.

**Figura 20:** Reconstituição da planta original do Convento, imagem da autora.

**Figura 21:** Alpendre da igreja e torre sineira obstruídos (à esquerda) e Porta de entrada, dentro do nártex, livro *Mosteiros de Vila Viçosa*, de Túlio Espanca, Évora, 1970.

**Figura 22:** Convento de São Paulo antes da sua modificação para fábrica. (Séc. XX, antes de 1921), livro *Mosteiros de Vila Viçosa*, de Túlio Espanca, Évora, 1970.

**Figura 23:** Claustro setecentista em trabalhos de demolição, livro *Mosteiros de Vila Viçosa*, de Túlio Espanca, Évora, 1970.

**Figura 24:** Exemplo dos movimentos feitos através da Equoterapia (<http://equoterapia.files.wordpress.com/2013/03/equoterapia.jpg?w=812>). Alterada pela autora.

**Figura 25:** Como a Equoterapia estimula o cérebro. (<http://f.i.uol.com.br/folha/equilibrio/images/10280169.gif>). Alterada pela autora

**Figura 26:** Demonstração de Equitação com Fins Terapêuticos no Pet Festival 2012. Fotografia da Autora

**Figura 27:** Mapa das instalações da Sociedade Hípica Portuguesa (<https://maps.google.com/>) Modificado pela autora

**Figura 28:** Logotipo da Sociedade Hípica Portuguesa (<http://www.sociedadehipica.pt/home.html>)

**Figura 29:** Antigas boxes construídas em 1925, fotografia da autora

**Figura 30:** Boxes mais recentes, pertencentes a um dos pátios, fotografia da autora

**Figura 31:** Sala de Arreios dentro de um pátio pertencente aos Sócios da S.H.P., fotografia da autora

**Figura 32:** Interior do Picadeiro Eng. Sommer de Andrade, fotografia da autora

**Figura 33:** Interior do Picadeiro temporário para Equoterapia ([http://1.bp.blogspot.com/\\_UeSL181Gk5g/SsS3lQz5XtI/AAAAAAAAACX8/YIEEYmpBzpU/s320/PA013750.JPG](http://1.bp.blogspot.com/_UeSL181Gk5g/SsS3lQz5XtI/AAAAAAAAACX8/YIEEYmpBzpU/s320/PA013750.JPG))

**Figura 34:** Interior do Picadeiro usado como Escola de Equitação, fotografia da autora

**Figura 35:** Esquema de Organização do Museu dos Coches ([http://www.museudoscoces.pt/Portals/0/imgs/folhetos/folheto\\_pt\\_2.jpg](http://www.museudoscoces.pt/Portals/0/imgs/folhetos/folheto_pt_2.jpg)) modificado pela autora

**Figura 36:** Logotipo do Museu dos Coches

**Figura 37:** Estampa do Livro “Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria” mostrando o trabalho com pilões, “*Portugal e os seus cavalos*”; MATHUAS, Jorge Ferreira, Lisboa : Edições António Ramos, 1980

**Figura 38:** Gravura d'A *Ilustração* aquando a inauguração do Palácio de Belém em 1886, mostrado o Picadeiro no canto superior direito ([http://www.museudoscoches.pt/Portals/0/Skins/dnn\\_museu/subs/museu/picadeiro.html](http://www.museudoscoches.pt/Portals/0/Skins/dnn_museu/subs/museu/picadeiro.html))

**Figura 39:** Interior do Salão Nobre, fotografia da autora

**Figura 40:** Salão Lateral do Museu dos Coches, criado por Raul Lino em 1941, fotografia de autora

**Figura 41:** Estado actual dos pilares no Salão Nobre, com visíveis rachas, fotografia da autora

**Figura 42:** Recriação fotográfica de como ficaria um Picadeiro no Antigo Museu dos Coches, fotografia da autora

**Figura 43:** Logotipo da Escola Portuguesa de Arte Equestre ([http://cavalonet.com/pt/images/noticias/2008-01logo-fundacao\\_alter\\_real.jpg](http://cavalonet.com/pt/images/noticias/2008-01logo-fundacao_alter_real.jpg))

**Figura 44:** Planta esquemática das Instalações da Escola Portuguesa de Arte Equestre, ([http://pnqueluz.imc-ip.pt/pt-PT/palacio/palacio\\_plantas/PrintVersionContentDetail.aspx?id=215](http://pnqueluz.imc-ip.pt/pt-PT/palacio/palacio_plantas/PrintVersionContentDetail.aspx?id=215)) modificada pela autora

**Figura 45:** Brasão da Coudelaria de Alter ([http://cavalonet.com/pt/images/noticias/2008-01logo-fundacao\\_alter\\_real.jpg](http://cavalonet.com/pt/images/noticias/2008-01logo-fundacao_alter_real.jpg))

**Figura 46:** Mapa das instalações da Coudelaria de Alter (<http://www.a-opoejo.com/pdf/maps/map10.pdf>) Modificado pela autora

**Figura 47:** Cavalariças de Alter, fotografia da autora

**Figura 48:** Desenho isométrico do conjunto, Imagem da autora

**Figura 49:** Modelo Tridimensional da Fachada Principal, imagem da autora

**Figura 50:** Hall de distribuição, imagem da autora

**Figura 51:** Hall principal, imagem da autora

**Figura 52:** Espace des Blancs-Manteaux em Paris, do livro *Architectures contemporaines et monuments historiques*, Dominique Rouillard

**Figura 53:** Planta com as funções do Piso 0, imagem da autora

*Nota:* Todo o texto não aplicou as regras do novo Acordo Ortográfico adoptadas a partir de 1 de Janeiro de 2012.



# **1. INTRODUÇÃO**

## **1.1. Tema e enquadramento do objecto de estudo**

*“Desenho sempre as coisas, considerando-as no seguimento do seu contexto mais largo: uma cadeira numa divisão, uma divisão numa casa, uma casa num ambiente, um ambiente num plano de uma cidade.”*

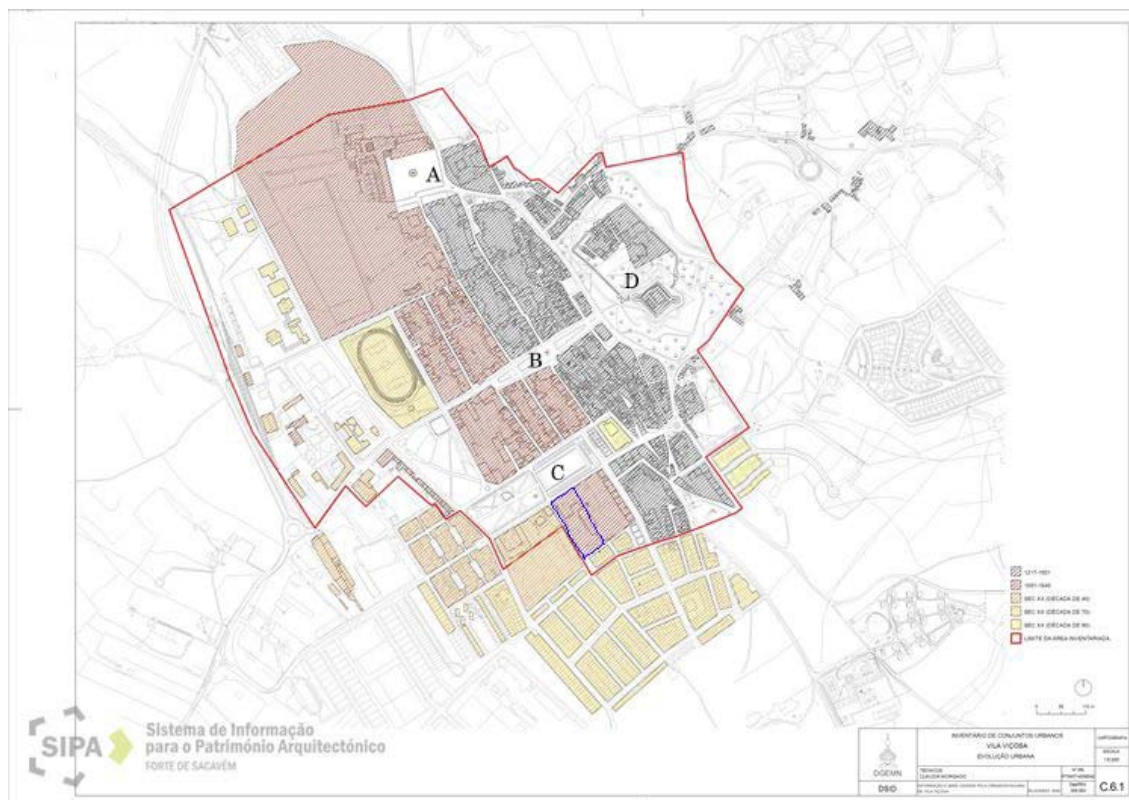
*Eliel Saarinen*

Seja qual for a obra arquitectónica em todo o sentido lato desta qualificação, ela nunca aparecerá como um acto isolado, mas inversamente, será sempre produto ponderado do seu contexto, seja este, geográfico, histórico ou intelectual. Ao longo do seu percurso criativo, a principal preocupação do arquitecto será sempre a de integrar o seu projecto num conceito, estabelecendo ligações entre arquitectura, pré-existência e função, que sustentem o porquê, a causa *sine qua non* do projecto.

A pré-existência deve ser tomada então como um ponto de partida. É necessário compreender como surgiu esta circunstância, qual a sua história, a sua razão de ser naquele local específico, e quais os factores, como a relação entre edificado num aglomerado populacional, que a fundamentaram. A importância de compreender estes contextos liga-se com a justificação da qualificação do que é património. Porque é que é imprescindível preservar o património e não simplesmente demolir para construir de novo?

A resposta é simples e complexa ao mesmo tempo: porque o património tem valor. Mas não um valor monetário e nem somente sentimental. Uma série de valores importantes está aposta ao património:

- o valor histórico e científico por se inserir numa determinada época e fase da história (ou mais do que uma) e representar um estágio do génio criativo do homem
- o valor artístico e arquitectónico atribuído á estética do edifício (e portanto subjectivo) podendo ou não ser qualificado num determinado estilo
- o valor de antiguidade que a passagem do tempo confere na obra através de todas as transformações sofridas ao longo da sua vida seja por intervenção do homem ou dos elementos
- e o valor de conjunto, que considera que um conjunto arquitectónico e a sua envolvência devem ser considerados globalmente como



**Figura 1:** Vila Viçosa, zona especial de protecção e fases de construção

- Zona Especial de Protecção
  - Fábrica de São Paulo
  - Antes do séc. XV
  - Séc. XVI – Séc. XIX
  - Séc. XX, década de 40
  - Séc. XX, década de 70
  - Séc. XX, década de 80
- A** – Terreiro do Paço
  - B** – Praça da República antiga Praça Nova
  - C** – Largo D. João IV (antigo Rossio de São Paulo)
  - D** – Castelo



**Figura 2:** Vila Viçosa, foto aérea mostrando as várias praças em sequência: o Largo D. João IV à esquerda, a Praça da República ao Centro a apontar para o Castelo e o Terreiro do Paço à direita.

um todo coerente<sup>1</sup>, do qual fazem parte não só os edifícios mas também as suas funções e as dos que o rodeiam e como se relacionam.

Assim chegamos a um outro valor, o valor do uso. O património não deve ficar restricto apenas pelo que foi, esquecido no tecido da cidade como uma capsula do tempo para a qual somente se olha e recorda. É necessário manter o património vivo e acima de tudo, viavel. A não utilização de um edifício contribui em muito para a sua decadência, situação que se verifica em várias obras com valor patrimonial que se encontram em estado de ruina devido ao seu abandono. Urge modificar-se essa condição e aproveitar este pretexto para reintroduzir o edifício activamente na lógica da malha urbana. Tal é possível através da sua requalificação, outorgando-lhe uma nova função se assim for justificável, algo que o relacione com o espaço que o rodeia e se possível que contribua como uma mais-valia para a coerência do conjunto urbano.

Seguindo o raciocínio deste prefácio, é o objecto de estudo desta dissertação é a Fabrica de São Paulo pertencente á SOFAL (Sociedade Fabril Alentejana), que foi originalmente um convento quinhentista e ao longo da sua vida foi adaptado aos mais variados usos. Este edifício situa-se no limiar da zona de protecção histórica de Vila Viçosa, tendo á sua frente o contexto original que o formou e atrás de si, uma parte mais moderna da vila, que funciona quase como um subúrbio funciona numa cidade.

Esta localização crucial entre passado e presente, apenas aumentou mais a necessidade de perceber em que contexto se encontra este objecto, que parece suspenso no meio de diferentes fases de evolução urbana. De facto, ao longo da história de Vila Viçosa o crescimento da vila sempre se deu de forma sucessiva e progressiva, primeiro com a formação do burgo medieval, seguido da expansão extra-muros que foi continuando ao longo da época quinhentista até a construção da muralha que a consolidou e fechou num permanente núcleo do passado. Todas as fases de evolução tinham aspectos de leitura comuns, no facto de se caracterizarem por um sistema de ruas principais e secundárias que estruturavam a vila. Tal plano de organização foi continuado na expansão quinhentista mas tendo em atenção os espaços e edifícios importantes, abrindo praças e estabelecendo ligações entre elas através das ruas principais.

O antigo Convento de Nossa Senhora do Amparo situava-se no então Rossio de São Paulo, em terreno limítrofe colado á muralha. Tal como os rossios das épocas

---

<sup>1</sup> In *"Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea."*, UNESCO, Nairobi (Quénia), 26 de Novembro de 1976  
Disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf>  
(consultado em Março de 2013)

anteriores, também este se encontrava na fronteira da vila, à margem do seu centro cívico e/ou religioso, sendo um espaço público, onde se realizavam actividades sociais como torneios e justas mas normalmente utilizado pelos residentes como mercado. O rossio agia como o reservatório da Vila, desviando para si os grandes fluxos de carroças e outros veículos do comércio, permitindo que o resto da Vila respirasse. O centro cívico da Vila era a Praça Nova que se liga ao Terreiro do Paço, (o Centro da Corte) através da antiga a Corredoura, criando assim uma dualidade entre os dois pólos que foi a articulação hierárquica do restante traçado da Vila.

Não foi senão no Estado Novo, que esta dualidade foi quebrada com o esventramento dos quarteirões entre o Castelo e a antiga Praça Nova, criando uma grande estrada-avenida sem precedentes, com uma escala desajustada ao volume da Vila da época e que divide o núcleo histórico. Como consequência, deu-se uma alteração da leitura do mesmo, e o Terreiro do Paço deixou de se relacionar com esta avenida como o fez no passado, sendo agora, despropositadamente relacionado com o Largo de D. João IV (o antigo Rossio). No entanto este não pode funcionar como o contraponto do Terreiro do Paço tal como a Antiga Praça fazia por não ter nem as condições físicas necessárias para tal, nem as funções cívicas que continuam a existir na Avenida. A dinâmica da vila alterou-se e o Largo perdeu a sua função de espaço público, tornando-se num vazio na malha urbana que foi simplesmente esquecido pelos seus habitantes.

Como devolver então este espaço a sua entidade dentro de Vila Viçosa? Analisada a sua situação histórica e espacial, a resposta será integrando-o de novo na malha, provendo-o de funções necessárias á vila para que esta o volte de novo a ocupar. Assim num sentido mais restrito, trata-se de prover os edifícios que se incluem no largo de novas funções que sejam do interesse histórico-cultural da Vila e facilitem á regeneração do tecido urbano, dando-lhe um novo equilíbrio. Sendo o largo forçado a contraponto do Terreiro do Paço, o que existe então no largo D. João IV que tenha peso histórico comparável ao Paço Ducal? Sem sombra de dúvida, a Fabrica de São Paulo, apesar das alterações que sofreu da passagem de antigo convento para edifício industrial, ainda conserva virtualmente a sua estrutura base e é o único edifício daquela zona com valor histórico-cultural e dimensão larga o suficiente para ser equiparável. A sua posição de dominância sobre o largo, aliada á memória que os calipolenses conservam do edifício que tanto emprego deu ás gentes daquela terra, impõe que se faça a sua reabilitação, como ponto inicial para a reintrodução daquela zona de novo na lógica da Vila.

O que nos leva á seguinte pergunta, que função dar a este espaço para que se integre culturalmente e funcionalmente em Vila Viçosa? Olhando para a história,



localização e usos atribuídos á envolvente urbana da vila, um elemento interveniente obstinava em surgir, apontando na direcção a tomar: o cavalo. E não fosse Vila Viçosa estar tão ligada a esta criatura através da sua história, monumentos e actividades culturais, sinal suficiente da consolidação deste conceito, tê-lo-á sido certamente a surpresa revelada aquando da visita á Fabrica abandonada, descobrir que o seu único habitante é de facto uma simpática égua marron.

Aparece então como proposta uma nova função para a Fabrica de São Paulo, a da introdução de uma escola hípica, denominada Centro Equestre Calipolense (CECAL), vocacionada no ensino da arte da equitação e na prática de equoterapia, uma terapia assistida pelo cavalo, especializada no tratamento de pessoas portadoras de deficiências motoras e/ou com problemas neurológicos e sensoriais. Uma arquitectura equestre que visa a reabilitação cultural e também a reabilitação do individuo. A integração não é portanto única e exclusivamente a adaptação de um edifício a uma nova função e a restituição da sua posição na malha da cidade, mas também a integração dos seus intervenientes na participação desta nova realidade estabelecida no edifício.

## **1.2. Objectivo e justificação da proposta**

No âmbito da reabilitação e reinserção, propõe-se portanto a conversão da Fábrica de São Paulo, um edifício considerado património, actualmente em estado de degradação e abandono, numa escola equestre com componente terapêutica.

Vila Viçosa encontra-se já num contexto histórico ligado à história nacional do cavalo lusitano. Quando a Coudelaria Real de Alter foi fundada em 1748, foram compradas seis éguas em Vila Viçosa para fazerem parte do núcleo original que constituía a coudelaria, que mais tarde originou todos os cavalos da “Real Picaria”, uma academia equestre restrita à nobreza de Portugal. No séc. XX dar-se ia o reavivamento da mesma com o estabelecimento da Escola Portuguesa da Arte Equestre, que mantém o legado de D.João V, de uma das quatro *haute-ecoles* de adestramento no mundo.

Preconceituosamente, devido à sua carga histórica aliada a nobreza e aos custos que comporta, a equitação foi considerada um desporto de elite. Existe, actualmente um esforço de mudar essa maneira de pensar, promovendo a equitação como um desporto de prestígio. Aliada a essa mentalidade, está a nova vertente da equitação terapêutica, focada na saúde. A equoterapia, ou terapia assistida pelo cavalo remonta a cerca de 400 a.c. sendo uma prática usada pelo grego Hipocrates nos seus doentes para, através dos movimentos do cavalo, simular o andar humano. O andamento do cavalo a passo produz cerca de 60 a 75 movimentos tridimensionais por minuto, equivalentes aos da marcha humana neurofisiologicamente normal, sendo assim um estímulo sensorial para pessoas com problemas físico-motores e também ajuda na evolução de competências cognitivas, comunicativas e psicossociais. No entanto apesar do seu conceito e da aderência de vários estabelecimentos equestres a esta vertente, ainda falta algum trabalho no que toca à adaptação e viabilização destes enquanto espaço com condições para pessoas com dificuldades motoras.

Vila Viçosa também está associada a varias vertentes relacionadas com a arte equestre como a extensão do Museu dos Coches, a Praça de Touros, o turismo rural, e recriações históricas que podem ilustrar desde a época em que lhe foi outorgado do seu foral até à época da independência de Portugal em 1640. Assim um projecto de uma escola equestre em Vila Viçosa tem já bases análogas e culturais para a sua integração no local. A juntar a estas justificações, o novo Centro de Saúde de Vila Viçosa foi construído recentemente no terreno adjacente ao da fábrica, sendo assim a instalação de uma escola de equitação com grande componente terapêutica uma

mais-valia, uma vez que facilmente pode trabalhar em parceria com profissionais da saúde.

Este projecto de “Centro Equestre Caliponense” serve assim como pretexto para uma investigação no âmbito de interiores, cujo objectivo será estudar as condições técnicas que o espaço arquitectónico deve possuir para se adequar a esta nova componente, a escala do cavalo, assim como estabelecer uma relação entre a arquitectura humana e a arquitectura equestre, uma vez que ambas têm necessidades diferentes e específicas.

Faz também parte do objectivo desta dissertação o tema da integração, de várias maneiras. A modalidade de equoterapia tem por fim último a reinserção do paciente na participação activa da sociedade. Sendo um tratamento destinado a pessoas com necessidades especiais, a arquitectura não deve ser um obstáculo para as mesmas. Pelo contrário, num projecto vocacionado em melhorar a qualidade de vida das pessoas, a arquitectura é vital para que se cumpram esses objectivos. Assim é parte integrante desta tese a procura de soluções que prevejam acessibilidades a pessoas com dificuldades motoras e auxiliem e complementem o trabalho dos tratadores da equoterapia.

De maneira análoga procura-se devolver este edifício à vila, dotando-o de uma função nobre que reflecta o seu valor patrimonial e revitalize a área onde se encontra. A sua função adicional como espaço público, capaz de reunir condições para albergar eventos como demonstrações de equitação é completamente apta a estender-se ao largo, fazendo uso de um vazio urbano que neste momento não se vê como tal, uma área que não possui uma função social mas antes quase como um não-lugar, um espaço residual, de passagem, que não é vivido mais do que o tempo necessário para lá estacionar. Realmente é um desperdício ver o largo de tão grande dimensão ser apenas habitado pelo automóvel, esse meio de transporte ao redor do qual o homem moldou de forma indissociável a sua vida e as suas cidades. Dada a dimensão de Vila Viçosa, o seu núcleo histórico poderia ser interdito a carros, sendo o cavalo uma alternativa certamente mais saudável e complementar à lógica que originou a sua morfologia. Vila Viçosa começou em 2012 um programa de feiras medievais, indo já na sua segunda edição e divide as suas instalações entre o Castelo, o Terreiro do Paço e a Praça da Republica. Uma vez que o espaço do Largo D. João V é de maior dimensão que os espaços acima referidos, não há razão para ele não receber eventos semelhantes, demonstrações equestres ou até mesmo ser uma extensão do mercado existente.

Por último, o tema da reintegração volta a aparecer no tratamento que se dá à requalificação deste património. O seu lugar entre o núcleo histórico e o núcleo

residencial da vila levanta a questão de como se dará esta união de diferentes valores de modo a apresentar uma leitura coesa. A solução passará por apresentar um pensamento análogo nas opções de projecto. O edifício deve assumir-se tal como ele é: Um convento que foi transformado em fábrica e que agora será uma escola equestre. Deve portanto ser feito um estudo às instalações da fabrica e analisar os seus elementos e a sua história e repensar aquilo que foi modificado e adicionado. A sua herança enquanto convento é muito forte para ser ignorada e certamente que a resolução deste problema passara por regressar um pouco às origens, recriando alguns dos aspectos formais que antes existiram no edifício. No entanto não se trata de um revivalismo falso mas sim de uma questão de uniformidade na leitura. Os elementos que tenham uma leitura coesa, mesmo que não sejam originais ao conjunto, devem ser mantidos. E caso haja necessidade de adições, então a mesma coerência deve estar presente. Mas a passagem do tempo deve ser respeitada e as adições devem mostrar que o são, seja através da sua forma, linguagem ou materialidade, de modo a formar uma nova entidade adequada á nova função proposta.

### 1.3. Estrutura do trabalho e método utilizado

Esta dissertação irá caracterizar-se pela utilização de dois suportes: o suporte teórico, na forma escrita, e o suporte prático, na forma de projecto. A ligação entre os dois existirá ao longo deste trabalho, no qual se irá evidenciar como um foi a base de crescimento e alicerce do outro.

Para uma melhor compreensão da lógica de pensamento que levou ao resultado final, dividiu-se a dissertação nas seguintes partes:

1 – Introdução: na qual primeiramente se apresenta o tema desta tese, justifica-se o seu objectivo enquanto adaptação a esta nova função num edifício dito património e se organiza a leitura do documento.

2 – Enquadramento Histórico: nesta segunda fase analisa-se o contexto físico, histórico e cultural de Vila Viçosa, onde se insere o objecto de estudo. Faz-se também uma abordagem á realidade da prática de Equitação e a análise histórica e arquitectural da Fabrica de São Paulo

3 – O Centro de Equoterapia: onde investiga da Temática da Equoterapia e quais as suas necessidades, da qual se irão retirar conceitos para a concepção do Projecto

4 – Apresentação de Casos de Estudo: onde se pesquisam casos de estudo relacionados com as temáticas propostas.

5 – Projecto - Centro Equestre Calipolense (CECAL): Apresentação do projecto proposto para a reabilitação da Fabrica de São Paulo, devidamente acompanhado de suporte prático (desenhos técnicos, perspectivas) e memória descritiva onde se estabelecem os paralelos que levaram a este resultado, rematado pelas conclusões finais que se retiram sobre este trabalho.



## 2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

### 2.1. Evolução Histórica de Vila Viçosa



Figura 3: Brasão de Vila Viçosa

*Vila Viçosa não pode exprimir-se em latim por uma só palavra, a não ser que forjemos **Callipolis** à grega, por processo talvez ousado, mas que de nenhum modo desagradará aos leitores que essa palavra se vulgarize muito.*

André de Resende<sup>2</sup>

Muito debate existe sobre o nome e origens de Vila Viçosa, cidade relevante em tantos períodos conflituosos da história portuguesa. Também apelida de Calípole (ou Callipole), as suas gentes chamam-se a si mesmas Calipolenses, sendo que o termo latim em si significa “cidade, povoação formosa”. No entanto, segundo o Padre Joaquim Espanca, não existem registos que fundamentem a existência de alguma cidade assim chamada na Lusitânia.<sup>3</sup> Tal designação foi-lhe dada em 1593, por André de Resende, frade, humanista e pioneiro da arqueologia em Portugal, que havendo encontrado vestígios romanos na cidade, teorizou que a mesma teria origem romana e tentou verter o nome de Vila Viçosa para latim, adoptando um nome de significado semelhante usado em três povoações gregas. A existência de lápides e outros indícios arqueológicos na cidade e em particular nas suas redondezas, como o Templo de Prosérpina, segundo Pinho Leal, no local onde actualmente se ergue a Ermida de São Tiago (nas imediações da Praça de Touros e do Convento dos Capuchos), nada mais fazem que comprovar a existência de um pequeno povoado perto do local de

---

<sup>2</sup> ESPANCA, Pe. Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983

<sup>3</sup> RESENDE, André de, *De Antiquitabus Lusitaniae*, Évora, 1593, op cit - Tradução feita por Dr. José Leite de Vasconcelos

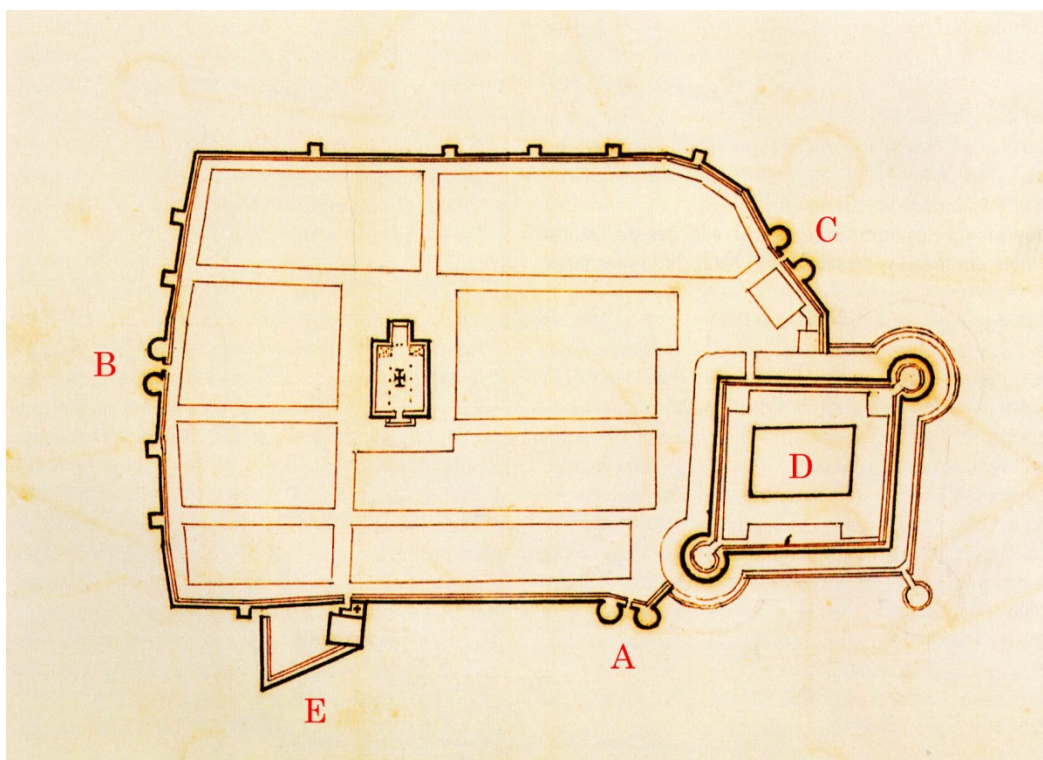
peregrinação, sendo que os núcleos romanos mais densos localizavam-se junto as ribeiras de Bencatel e Pardais.

De facto, diz Joaquim Espanca, Vila Viçosa terá primeiramente tido origem num aglomerado mouro, que se terá fixado no ano 715 a sul do actual Rossio de São Paulo, num local denominado de “aldeias” pela população. À semelhança da hipótese romana, apenas alguns registos epigráficos e achados arqueológicos certificam a existência desta colónia árabe de pequena importância no panorama político-comercial durante o período da Reconquista.

Seja quais forem os primórdios de Vila Viçosa, a sua origem enquanto urbe portuguesa começou em 1270, por ordem de D. Afonso III. Para tal haviam contribuído a reconquista da zona do Alentejo por D. Afonso II e D. Sancho II entre 1217 e 1226. Com a reorganização e repovoamento do território português levada a cabo por D. Afonso III, este concedeu a carta foral a Estremoz, que na altura compreendia os actuais territórios de Borba e Vila Viçosa. Esta acção promoveu o povoamento daquele concelho e verificou-se uma afluência de população que preferiu fixar-se num vale entre duas ribeiras, Ribeira do Carrascal ou Alcarreche a norte e a Ribeira do Ficalho a Sul, afluentes menores do rio Guadiana, devido á fertilidade das terras, às quais chamaram “Val-Viçoso”. Em 1267 é feito o pedido ao rei para a elevação de Val-Viçoso a sede do concelho, mudando o seu nome para Vila Viçosa e ficando abrangido no seu território a parte sul do concelho de Estremoz. Conjuntamente é também feito um pedido para construção do Convento dos Agostinhos. Três anos mais tarde D. Afonso III outorgou o foral á vila, conservando para si dois reguengos, um dos quais doou parte para a construção do Convento. Considera-se que seja também nesta época o início da construção do castelo, que se concluiu durante o reinado de D. Dinis, no âmbito de um programa de reorganização económica e militar do recente reino de Portugal, consistindo na construção de cidades fortificadas, estrategicamente, ao longo das suas fronteiras, para a sua defesa, aliado ao plano de povoamento do território já referido.

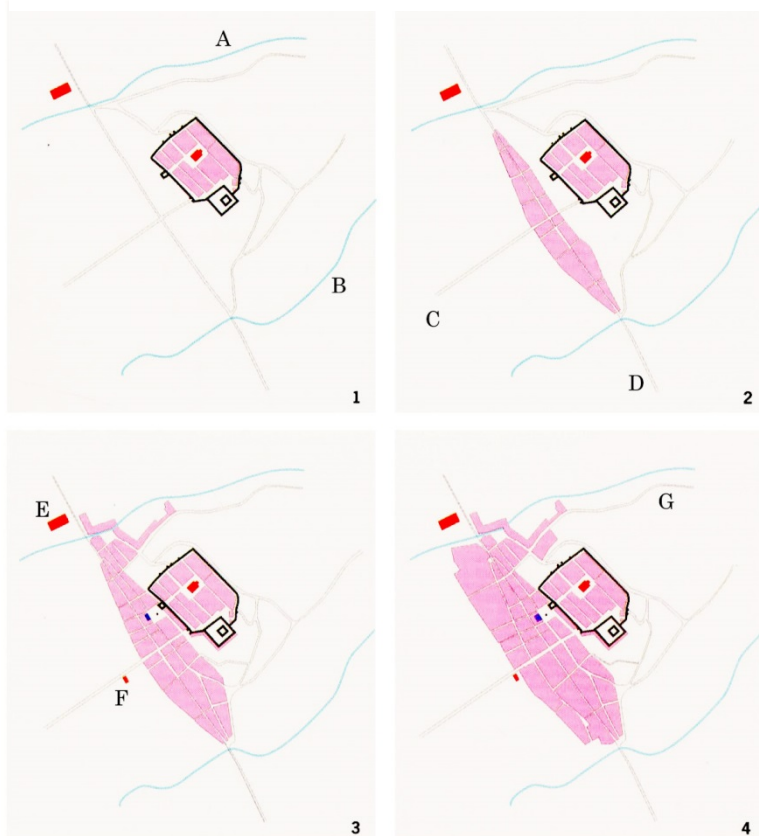
Vila Viçosa cresceu em varias fases de desenvolvimento, cada uma numa época específica e respondendo a lógicas de organização urbana muito próprias da cultura de cada período. Tendo já referido as suas origens pré-existentes, é na época medieval, no final do século XIII, que se dá início à primeira fase de evolução á qual se chama núcleo urbano original intramuros. Sendo construído o castelo, numa colina proeminente da Serra da Ossa entre as duas ribeiras para uma defesa natural, articulou-se desde a sua parede noroeste um aglomerado cristão de traçado regular, o qual foi protegido por uma muralha de formato rectangular, estando o castelo num dos extremos.





**Figura 4:** Castelo e núcleo medieval intramuros de Vila Viçosa por Nicolau de Langres, cerca de 1661

- A – Porta de Évora
- B – Porta de Estremoz
- C – Porta do Sol ou da Traição
- D – Castelo
- E – Estacada (Rossio)



**Figura 5:** Evolução e expansão de Vila Viçosa

- 1 – Núcleo urbano intramuros, final do Século XIV.
- 2 – Início do arrabalde extramuros, primeira metade do século XV.
- 3 – Desenvolvimento do arrabalde extramuros até a muralha do Castelo.
- 4 – Final da fase do arrabalde em finais do século XV.

- A – Ribeira do Carrascal ou de Alcarreche
- B – Ribeira do Ficalho
- C – Estrada de Évora
- D – Estrada de Estremoz-Alandroal
- E – Convento dos Agostinhos
- F – Igreja de São Bartolomeu
- G – Estrada Montes Claros-Elvas

A muralha defensiva tinha aquando da sua construção, três portas, estrategicamente situadas na direcção de uma das estradas que ligava a outras cidade como a porta de Estremoz, directamente oposta á parede noroeste do Castelo e a Porta de Évora, á direita da Porta de Estremoz e perto da torre sudoeste do Castelo. Já a Porta do Sol ou da Traição, situada à esquerda da porta de Estremoz e que dava directamente para a entrada para o Castelo era obviamente uma porta de uso reservado aos que viviam no castelo.

Até ao séc. XIV, muitas alterações terão sofrido o castelo e o núcleo urbano original, não havendo registos suficientes para retirar deduções conclusivas. A planta mais antiga da de Vila Viçosa intramuros, da autoria de Nicolau de Langres, mostra já uma típica fortificação medieval de malha ortogonal, constituída por oito quarteirões rectilíneos, embora de dimensões desiguais, alinhados em quatro filas, cada com dois quarteirões. Três ruas longitudinais, cortadas por uma transversal, estabelecem a malha da cidade intramuros que se encontrava circunscrita por um caminho de ronda à volta do perímetro interior da muralha. A estrutura de loteamento deveria seguir os mesmos preceitos da tipologia típica medieval na qual a rua principal, a via do centro que começava na Porta de Estremoz, teria duas frentes construídas e as ruas secundárias compostas pela frente construída dos quarteirões exteriores e pelas traseiras dos quarteirões centrais.

No eixo de cruzamento entre a rua principal até ao Castelo com a única rua transversal, abriu-se uma pequena praça, no centro da qual se construiu a Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Tal adição pensa-se que venha já em meados dos séc. XVI-XVII, uma vez que vai em contra aos princípios das cidade medievais, nas quais as praças ou rossios não eram espaços centrais inseridos na urbe mas tinham uma posição mais periférica á malha urbana. Assim é o exemplo da “Estacada”, o primeiro Rossio da vila, que se alongava desde a porta de Estremoz até a estrada para Estremoz e Alandroal, sendo usado como espaço de justas e torneios. O convento dos Agostinhos a norte da Ribeira de Alcarreche também ficou concluído nesta primeira fase.

A partir dos finais do séc. XIV ou inícios do séc. XV, Vila Viçosa começa o seu crescimento extramuros, com a construção de duas filas de quarteirões ao longo de ambos os lados da estrada de Estremoz-Alandroal, estabelecendo assim a direcção noroeste-sudeste como a direcção dominante de vila durante muitos séculos. Progressivamente ter-se-ão desenvolvido mais duas filas de orientação paralela de cada lado das fiadas primordiais. Semelhante á vila intramuros, as habitações eram orientadas para a rua principal, sendo as ruas secundárias constituídas pelas traseiras dos quarteirões da rua principal e as frentes construídas das fiadas exteriores de

quarteirões. Posteriormente, com o desenvolvimento da Vila, as ruas secundárias adquiriram um estatuto mais importante e os quintais dos lotes existentes eram divididos de modo a criar uma segunda frente de construção nestas ruas exteriores, ainda assim mantendo o seu carácter subalterno em relação à rua principal por via do seu desenho.

Esta primeira expansão da vila extramuros foi restringida não só pelos limites naturais das duas ribeiras que cingiam o vale, mas também pela passagem da estrada Estremoz-Alandroal e do seu atravessamento pelas ribeiras. Os pontos de cruzamento entre estas três directrizes afectaram o formato da vila, sendo que as extremidades das ruas secundárias também confluíam em direcção às pontes sobre ambas as ribeiras, para um acesso mais rápido, dando assim à vila uma configuração fusiforme, em que os quarteirões eram mais amplos na zona medial e estreitos nos extremos. Esta malha era cortada transversalmente por curtas ruas terciárias, perpendiculares às ruas longitudinais.

Com o tempo, duas destas transversais, revelaram uma importância maior em relação às suas paralelas: A estrada Montes Claros–Elvas, a primeira das transversais depois da ribeira de Alcarreche que levava à Porta de Estremoz atravessando a Estacada, ao longo da qual se começaram a desenvolver construções cercando o Castelo, gradualmente ocupando toda a zona entre a estrada e a muralha; e a Estrada de Évora, que acabava na porta homóloga e como que dividia o arrabalde ao meio, principiando assim uma lógica cardo-decumanica (à semelhança do núcleo intramuros) e tornando-se numa secundária direcção de desenvolvimento, no rumo nascente-poente. Visto este novo eixo central se localizar na zona onde os quarteirões do "fuso" eram mais largos, muitas frentes começaram a ser construídas para esta rua.

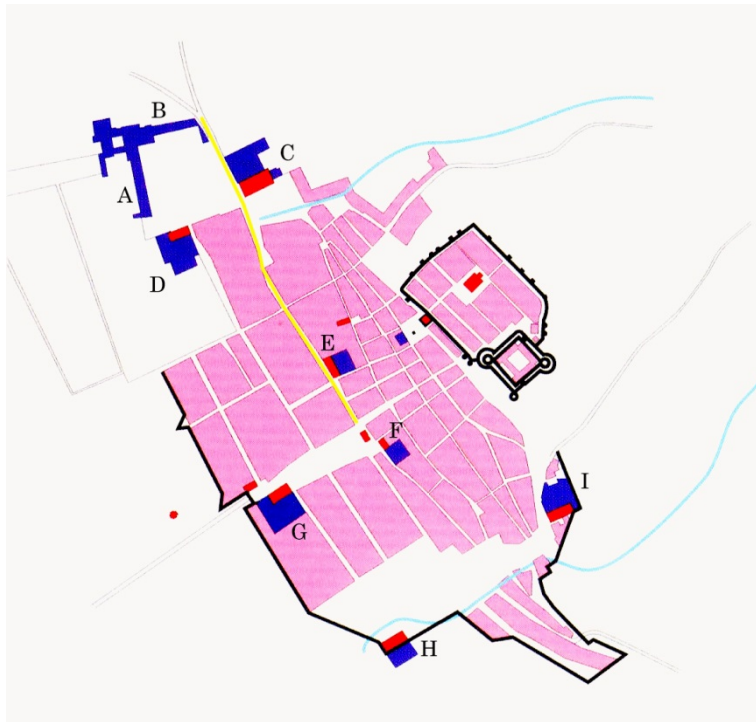
No entanto este cruzamento entre os dois eixos não teve grande impacto na malha urbana, ao contrário do que seria de esperar. Apesar de Vila Viçosa apresentar agora algumas características de regularidade e simetria, a sua malha não era planeada de todo a nível global. Embora o núcleo intramuros tenha perdido importância enquanto centro cívico, a praça central da Igreja de Nossa Senhora do Castelo continuava a ser a praça oficial da Vila, com cariz religioso. Para as outras funções administrativas, uma nova praça (actualmente conhecida como Praça Velha) criou-se naturalmente entre o arrabalde e a Torre de Menagem do Castelo, frente à qual se construiu o Pelourinho e a primeira Casa da Câmara em 1450, juntamente com outros edifícios para cargos urbanos importantes como a cadeia, os açougues e a casa de trigo e da farinha. Com a ocupação da Estacada, foi necessário um novo rossio que se localizou na periferia do arrabalde, entre a Estrada de Évora e a Ribeira do Ficalho, à margem do tecido urbano.

Assim se encontrava a vila no final do século XV, período em que começava a ascensão ao poder da Casa de Bragança. Fundada em 1401 pelo Rei D. João I com o casamento do seu filho bastardo, D. Afonso, 1º Duque de Bragança, com a filha de D. Nunes Alvares Pereira foi, pelo dote deste último, que Vila Viçosa se tornou pertença desta casa. O segundo filho de D. Afonso, D. Fernando, habitava o Castelo de Vila Viçosa quando sucedeu ao seu pai como 2º Duque de Bragança, após a morte deste e do seu irmão sem descendentes. Embora tenha conseguido que o Rei D. Afonso V elevasse Bragança a cidade, não quis trocar as planícies do Alentejo pelo Paço Ducal de Guimarães que seu pai mandara construir. Deste modo, a sede dos Bragança mudou-se para o Paço do Castelo em Vila Viçosa. Tal acção, dotou a Vila de maior importância a nível nacional e várias famílias nobres começaram a deslocar-se para as suas terras, para usufruir da grande influência da casa mais rica de Portugal. Mas essa influência revelou-se nefasta quando em 1483, o 3º Duque, D. Fernando II foi mandado executar em Évora, por ordem do Rei D. João II por acusação de traição e pactuação com Castela, confiscando todos os seus bens e exilando a sua família.

Foi apenas no reinado seguinte que D. Manuel I, restaurou a Casa de Bragança e as suas posses aos seus descendentes. D. Jaime I, 4º Duque de Bragança, que voltou a Vila Viçosa em 1477, não foi capaz de viver no Castelo que tantas tristes memórias lhe traziam do seu pai, decidindo então mudar a sua residência do Castelo medieval para a sua casa de campo no Reguengo, perto do Convento dos Agostinhos. Assim foi mandado construir em 1502 o novo Palácio Ducal de Vila Viçosa, estando pronto o palco para a terceira grande expansão de Vila.

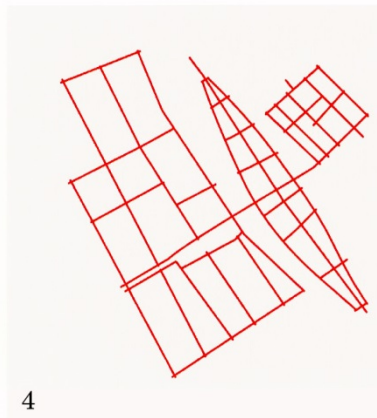
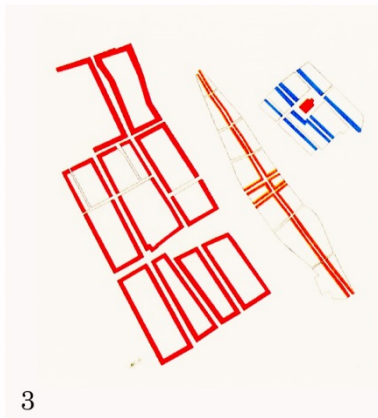
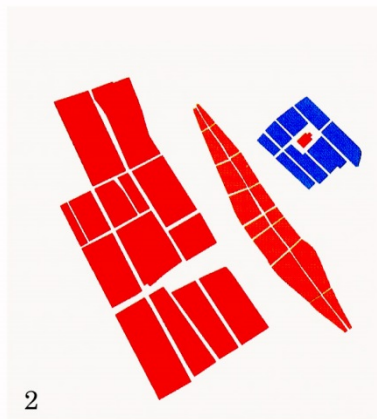
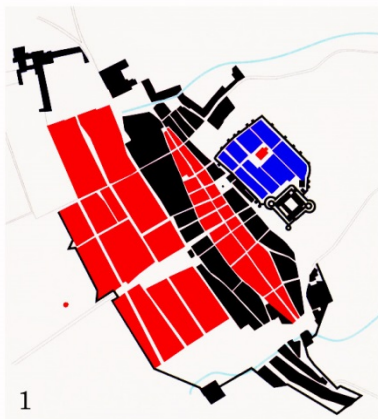
A decisão do seu pai de deslocar o núcleo da nobreza para fora das muralhas e do arrabalde urbano, foi para D. Teodósio I, motivo para planear uma reestruturação global da malha da Vila. Em oposição ao crescimento quase vernacular que se havia dado até então, esta expansão quinhentista, como ficou conhecida, obedecia a um conjunto de regras do urbanismo renascentista: planeamento e organização da cidade como um todo e noção de regularidade, um dos princípios de beleza da cidade renascentista. O plano de Vila Viçosa irá manifestar-se em três intervenções essenciais:

- Ampliação e finalização do Palácio Ducal com a sua fachada imponente adequada à projecção de poder da Casa Bragança e construção do Terreiro do Paço adjacente;
- Planeamento e construção da nova zona de expansão da cidade, contígua ao arrabalde existente e na direcção da estrada de Évora;
- E a transformação do antigo rossio na nova praça urbana da vila



**Figura 6:** Vila Viçosa, expansão urbana quinhentista

- A – Palácio Ducal
- B – Jardim do Bosque
- C – Convento dos Agostinhos
- D – Convento das Chagas
- E – Convento de Sta. Cruz
- F – Hospital da Misericórdia
- G – Igreja de São Bartolomeu
- H – Convento de São Paulo
- I – Convento da Esperança
- A Corredoura



**Figura 7:** Vila Viçosa, malhas urbanas

- 1 – Focos de desenvolvimento em contraponto com as restantes malhas
- 2 – Estructura e dimensão dos quarteirões nas principais fases de desenvolvimento
- 3 – Frentes construídas nas diferentes fases
- 4 – Traçado das ruas e ligação entre os diferentes focos

O Terreiro do Paço surgiu como evolução natural face às condições que o fomentaram: a existência prévia do Convento dos Agostinhos a poente e a fachada do Palácio a nascente e o seu desenvolvimento em L com o Jardim do Bosque e muro de fenestração análoga a norte. Com três lados de um quadrado já definidos, o quarto lado, com a Igreja e Convento das Chagas a Sul, surgiu como limite de consolidação da praça e também como extremo da nova malha urbana, substituindo o anterior limite natural da ribeira de Alcarreche.

Esta intervenção também irá provocar mais tarde a alteração da estrada de Estremoz que deixa de ser a antiga que agiu como orientação do arrabalde fusiforme para passar a ser aquela que surgiu com a construção da expansão quinhentista. Denominada a Corredoura, iniciava-se no limite nascente do Terreiro do Paço, passando à frente a nova fachada e cerca do Convento dos Agostinhos e agindo como divisão entre o desenho urbano medieval e a vila quinhentista. Devido á sua maior largura em relação ao anterior eixo central e à sua acção de plena integração do Palácio e Terreiro na malha de Vila Viçosa, a Corredoura tornou-se no eixo estruturante da Vila, ocupando a posição de via de tráfico que a antiga estrada de Estremoz detinha.

A nova expansão tinha algumas características diferentes da expansão medieval. Continuando a lógica de direcção noroeste-sudeste criada no arrabalde existente, esta expansão traduziu-se em três filas de grande quarteirões rectangulares, bastante maiores que os quarteirões medievais. Da mesma maneira, os lotes são maiores que os medievais, mas de tamanho diferentes, dependendo do tamanho dos edifícios que neles foram construídos, o que originou a uma perda de regularidade face ao anterior arrabalde visto nem todas as transversais aí existentes terem continuação para a nova zona. Também contrariando as regras da expansão medieval, estes novos quarteirões tinham frentes de construção em todas as faces, viradas para as quatro ruas que os delimitavam, perdendo-se assim a malha medieval de ruas de frentes e traseiras e estabelecendo um sistema ortogonal de ruas principais e transversais, hierarquizada pelas suas funções, arquitectura e relação com elementos da malha construída. E embora a noção de regularidade fosse um dos princípios geradores desta expansão, esta foi adaptada em virtude das preexistências, da malha anterior e das condições físicas do terreno. Edifícios de cariz religioso ou administrativo eram tomados como pontos de referência importantes e originaram a abertura de largos como a Igreja de São Bartolomeu e a Ermida de Santa Luzia e a partir deles se iniciava o traçado das ruas, dotando Vila Viçosa de uma malha lógica e fácil de percorrer.

Assim, seguindo esta linha de pensamento, ocorreu o ultimo ponto orientador desta fase de expansão: a transformação do antigo Rossio, onde se localizava a Igreja de São Bartolomeu na Nova Praça principal da Vila. Concebida para ser o contraponto do Terreiro do Paço, a Praça Nova tornou-se o novo centro formal, simbólico e funcional da vida, concentrando em si funções importantes e edifícios como a Igreja Matriz, o Colégio dos Jesuítas, a Misericórdia e a Casa da Câmara, consolidando a estrutura e funcionalidade da praça na malha urbana, e concedendo-lhe o equilíbrio arquitectónico necessário em relação ao Terreiro do Paço ao qual se ligava através da Corredoura. À semelhança do que aconteceu na época medieval, a expansão da cidade, o consequente crescimento da sua densidade populacional e a nova função do velho Rossio, levaram a que um novo Rossio se originasse no novo limite Sul da vila, ao longo da Ribeira do Ficalho, sendo denominado de Rossio de São Paulo, em virtude do convento que foi construído do outro lado da Ribeira.

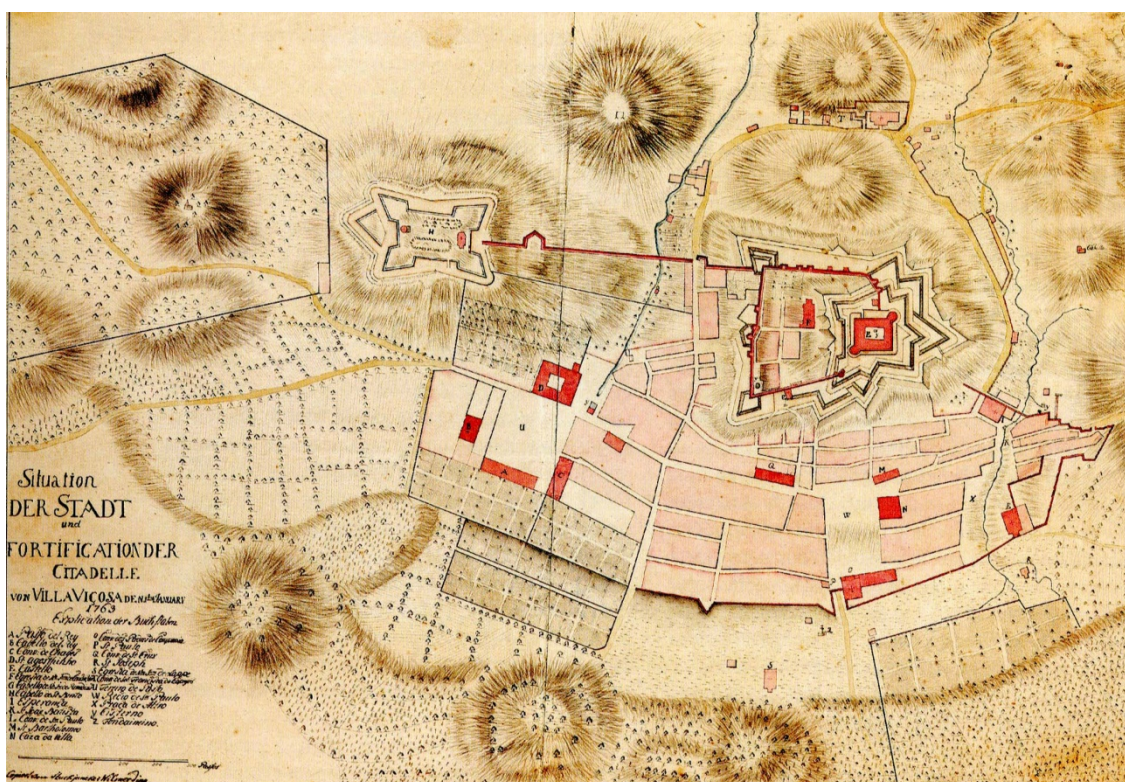
No entanto não foi apenas na expansão da vila que se concentrou a obra de D. Teodósio I. A modernidade da época chegou também ao Castelo, que encontrando-se obsoleto para as necessidades bélicas da período foi mandado demolir, juntamente com parte da muralha, entre as Porta de Évora e do Sol para ser substituído pela Fortaleza Nova, uma edificação de planta quadrangular ao estilo italiano, provida de dois torrões redondos situados em extremos opostos, nas antigas junções com a muralha e um fosso de 7 metros de profundidade e 6 metros de largura. Continuando o trabalho do seu pai D. Jaime I, D. Teodósio reformou as muralhas da fortaleza e construiu uma nova cerca que envolvesse toda a expansão quinhentista da vila, desde o Terreiro do Paço até aos conventos que ladeavam o novo Rossio. Este muramento tinha quatro portas nas vias que estruturavam a vila, das quais apenas a Porta do Nó sobreviveu até aos dias de hoje. Para completar este sistema de fortificação, o Fortim de S. Bento é construído entre 1515 e 1529 num monte próximo no exterior da Vila e a muralha estendida até ele. Como consequência destas medidas, a muralha impossibilitou o crescimento da Vila além muros durante vários séculos, contribuindo para a sua consolidação e preservação histórica.

No século seguinte, Vila Viçosa volta a estar no centro do panorama político Português. Após três reinados sob o domínio de Espanha, Portugal restaura a sua independência em 1640. O Rei D. João IV, descendente de D. Manuel I e 8º duque da Casa de Bragança, eleva assim esta casa á realeza, com o início da nova dinastia homónima. Vila Viçosa, que desempenha importante papel militar nas Guerras da Restauração, é alvo de obras de modernização, num âmbito de um programa de reestruturação das linhas defensivas da fronteira do país nas regiões do Alentejo e





**Figura 8:** Vila Viçosa, demolição parcial do núcleo intramuros e do arrebalde extramuros para as obras de fortificação seiscentistas.



**Figura 9:** Esboço topográfico-militar da região de Vila Viçosa mostrando o novo sistema defensivo e o Forte de São Bento, Autor desconhecido, 1762.



Beira. Com forte inspiração nas escolas francesa e holandesa das quais faziam parte os engenheiros João Cosmader e Nicolau de Langres, a renovação das defesas da Vila passaram pela construção de uma estrutura de vários baluartes á volta da fortaleza e pela restructuração e ampliação da muralha. Tais trabalhos exigiram um grande numero de demolições, não só no exterior junto ás antigas muralhas mas inclusivamente no antigo centro medieval intramuros, que perdeu metade dos seus quarteirões. Isso suscitou que vários serviços públicos e administrativos que se haviam anteriormente concentrado ao redor da muralha fossem transladadas para a zona de expansão quinhentista, fortalecendo a sua posição de como novo centro urbano e retirando assim com esta função da vila medieval, que passou a reter apenas as funcionalidades de uma praça de armas. O Forte de São Bento, construído numa colina no exterior da vila algures entre 1515 e 1520, atrás do terreno do Convento dos Agostinhos, começou por ser integrado no sistema defensivo da Vila, estendendo-se a muralha entre este e o Castelo. No entanto em 1663 tomou-se a decisão de o demolir por razões estratégicas. De facto, se os espanhóis conseguissem tomar o Forte, ficariam numa posição de vantagem sobre a Vila e poderiam atacar a Praça de armas a partir do Forte de São Bento.

É de referir neste período seiscentista que as mesmas regras de adaptação da malha urbana ao terreno que se haviam verificado nas expansões anteriores continuaram a ser respeitadas e características do urbanismo português, inclusive para os sistemas de defesa, nos quais, os engenheiros trabalhavam *in loco*, riscando o terreno e alterando o projecto conforme a necessidade de adaptação ás pré-existências assim o exigia. Tal será a prática corrente das sucessivas fases de crescimento até ao século XX, embora nenhuma tivesse as dimensões das fases que as precederam, caracterizando-se essencialmente por moderados aumentos de quarteirões existentes, subtracções dos mesmos, ou novas adições seguindo as linhas orientadoras das outras fases e as direcções de ruas que já existam. Os muros foram ultrapassados, os sistemas defensivos caíram em desuso, mas a Vila matinha a sua coerência, e dimensão semelhantes ás suas ultimas grandes expansões devido à preocupação constante de manter a lógica do conjunto. Será apenas no decorrer do período do Estado Novo que esse padrão será quebrado.

Nos anos quarenta do século XX, Vila Viçosa foi alvo de uma massiva transformação para as comemorações dos Centenários, tal como o foram várias cidades e monumentos do país. Ao contrário das anteriores intervenções, esta não tinha como intuito o crescimento da Vila, mas sim a reinterpretação do seu centro histórico e adaptação às necessidades rodoviárias da época. A sua característica mais proeminente será a demolição dos quarteirões entre a antiga Praça Nova e o



**Figura 10:** Vila Viçosa antes e depois da intervenção do Estado Novo

1 – Mapa do final do século XIX:

A – Quarteirões entre a Praça Nova e o Castelo que seriam removidos

B – Antigo núcleo intramuros e Igreja Matriz a serem destruídos

2 – Mapa de meados do século XX:

C – Nova Praça da República com vista para o Castelo

D – Reestruturação das muralhas do Castelo e completa alteração do núcleo intramuros e Igreja Matriz



**Figura 11:** Vila Viçosa, Praça Nova antes da intervenção do Estado Novo, fotografia de autor desconhecido, [1930 – 1940].



**Figura 12:** Vila Viçosa, Praça da República, depois das obras da década de 1940, com vista para as muralhas do Castelo já modificadas, fotografia de autor desconhecido, [1953].

Castelo tornando um espaço fechado numa alameda moderna com vista sobre o núcleo originário da Vila, como tal nunca havia acontecido em toda a sua história. Atitude debatível e controversa, o Engenheiro Duarte Pacheco quis redireccionar a malha urbana impondo a bastante antiga estrada de Évora como o novo eixo de simetria, com uma perspectiva fantasista que o raso Castelo mal conseguia proporcionar, o qual sofreu alterações, sendo “aprimorado” de acordo com o seu novo estatuto.

Esta enorme rotura com os princípios geradores e de crescimento de Vila Viçosa, tiveram graves consequências a nível urbano. A antiga Praça Nova deixou de ser um local de concentração para passar a ser a Praça da Republica, um espaço de circulação viária, perdendo assim a posição de centro cívico e administrativo que gozara até então, sendo antes um espaço organizador de trânsito. A imposição de um eixo de simetria contrário á direcção dominante nordeste-sudoeste de Vila Viçosa, levou á uma diferente leitura da cidade. A nova Praça da Republica sendo o novo eixo, perdeu o seu lugar de equilíbrio que tinha, como contraponto do Terreiro do Paço, passado consequentemente esse espaço a ter o seu inadequado simétrico no Antigo Rossio de São Paulo, hoje Largo D. João IV. Não só não detém esse Largo a linguagem arquitectónica necessária para ser o simétrico de um Terreiro do Paço modernizado com a estátua equestre de D. João, como lhe falta ser consolidado na malha urbana, visto os limites da antiga muralha serem agora inexistentes. A Corredoura que actuava como ligação entre o Terreiro do Paço e a Praça da Republica, não tem continuação com o novo eixo de simetria, sendo as ruas que lhe poderiam dar continuidade demasiado estreitas em relação a esta ou ás suas paralelas.

Assim ficou o centro histórico de Vila Viçosa com uma lógica desestabilizada que alienou espaços vitais da sua anterior importância. O novo eixo desde o Largo da República impôs-se como nova direcção de expansão da Vila, e foi para aí que a vila cresceu rumo oeste. Um anel de terrenos e largos extensos envolveu a Vila histórica, separando-a das consecutivas expansões ao longo do séc. XX que se traduziam em quarteirões de maior densidade que os quinhentistas tentando dar seguimento a singulares eixos viários importantes, mas carecendo da lógica global de adaptação ás pré-existências que tanto caracterizou Vila Viçosa no passado. Com a modernização dos meios de transporte e da indústria do mármore que se instalou naquela zona do Alentejo, Vila Viçosa tornou-se a ultima das paragens do ramal de comboios denominado Linha de Évora. Esse período que marcou o auge económico da Vila, fechou também a expansão de Vila Viçosa na direcção Oeste, sendo a linha do comboio um limite imposto demasiado importante para ser ultrapassado e obrigando á

expansão da Vila novamente na direcção nordeste-sudoeste. Mas tal não significou um retorno às origens. As demais expansões não passam de acrescentos que pouco ou nada têm a ver com o núcleo histórico, actuando como uma manta de retalhos sem uma preocupação por um conceito global da malha urbana, divididas entre as suas funções industriais ou de complexos habitacionais, quase como os arredores de Lisboa. Urge resolver portanto o problema do urbanismo de Vila Viçosa.

## 2.2. Breve História da Equitação

A história da modalidade equestre confunde-se com a história da civilização, quando o homem começou a usar o cavalo como meio de locomoção e passou a adestrá-lo. Companheiro fiel ao homem, o cavalo foi usado para o trabalho agrícola, para o lazer, como as caçadas á raposa na Inglaterra, e também na guerra, como arma móvel dos exércitos. Actualmente, sendo a maioria do trabalho do cavalo substituído por maquinas, cavalgar tornou-se maioritariamente um desporto conhecido pela sua elegância.

*“A equitação é um desporto, por vezes uma arte, que se pratica a partir de um modo sublime de relacionamento entre dois seres vivos - o Homem e o Cavalo”.*

O Hipismo é um desporto singular, no qual prevalece o trabalho conjunto entre atleta e animal, como se fossem um só. É também um dos poucos desportos no qual homens e mulheres competem nas mesmas categorias. Surgindo do costume de nobre europeus de saltar durante as caçadas, o primeiro exemplo desta modalidade foi a pista de obstáculos, para a prática de saltos. Nos primórdios do hipismo, o cavaleiro sentava-se com o corpo na vertical, forçando o seu equilíbrio nas rédeas e no estribo. Só no final do século XIX, é que um cavaleiro italiano, Frederico Caprilli, decidiu deixar a cabeça e o pescoço da montaria livres, sem alterar o equilíbrio do cavalo no instante do salto, facilitando assim o trabalho do animal.

Sendo actualmente um animal tão prestigiado pelo homem, o cavalo teve a sua domesticação relativamente tarde na história da humanidade. Evuindo de um mamífero do tamanho de um cão pequeno para um animal de grandes dimensões ao longo de 60 milhões de anos, o cavalo primitivo foi acima de tudo visto pelo homem como presa e alimento. Consideravelmente menos perigoso que o mamute, o seu único meio de defesa contra os predadores, é a sua velocidade, resultante da evolução única da extremidade das suas patas para um único dedo, protegido por um casco.

Animal tímido de temperamento dócil, o homem apenas viu uso na sua domesticação cerca de 8000 A.C.<sup>4</sup> Antes disso, já tinha domesticado outros animais

---

<sup>4</sup> **CLUTTON-BROCK, Juliet.** “A Natural History of Domesticated Mammals.” Cambridge: Cambridge University Press, 1999

como o cão, a vaca, o porco e a ovelha, mas foi a necessidade de um animal de carga maior, mais forte e mais rápido que levou ao seu adestramento. Maioritariamente usado para trabalho agrícola, apenas em 3500 A.C. se encontraram provas que o cavalo passasse a ser utilizado como meio de locomoção, montando-o, ou atrelando-o a uma carroça.<sup>5</sup> Tal descoberta teve grande impacto na história da civilização, sendo o cavalo um factor importante nas grandes migrações, nas guerras e também no lazer.

Montar a cavalo foi a primeira forma de equitação existente. Os Assírios faziam-no em pêlo, da mesma maneira que montariam um burro, mas gradualmente foram inventando os primeiros utensílios necessários a cavalaria como a sela e os estribos. Cerca de 1000 A.C. o cavalo já era regularmente treinado para ser utilizado na guerra. Montar a cavalo passou a ser visto com símbolo de prestígio e a utilidade do cavalo rapidamente subiu na atenção do homem, passando a ser um bem de grande valor comercial.

Desde o pleistoceno que existem indícios de cavalos na Península Ibérica, sendo eles os antepassados directos de algumas raças de cavalos de Portugal. Também foram encontrados vestígios de armas tipicamente destinadas a luta entre cavaleiros, datadas da época do Neolítico, pondo assim a hipótese de já naquele período haver guerreiros a cavalo. Dos dois tipos de cavalo existentes na Ibéria, apenas um possuía dimensões suficientes para o combate, sendo esse o antepassado do cavalo Lusitano. A população de cavalos da Ibéria tinha dimensões notáveis, segundo os antigos escritos romanos. Foi capaz de fornecer 12000 cavalos para a campanha de Aníbal em Itália e 9000 para a cavalaria de Sertório.<sup>6</sup> As qualidades destes cavalos foram exaltadas tanto por romanos como por Mouros e rapidamente postas em uso através do cruzamento de raças. Mas apenas no século XIV, o Rei D. Fernando, decretou as primeiras leis nas quais se propunha a protecção e a criação de um certo tipo de cavalo, face as necessidades militares e agrícolas.

Será de referir que a Equitação como disciplina também encontra as suas bases em Portugal. Embora muitos considerem Federico Grisone<sup>7</sup>, o autor do primeiro tratado de Equitação, este apenas foi escrito cem anos após o *Livro da Ensinança de Bem*

---

<sup>5</sup> **ANTHONY, David W.** "Bridling Horse Power: The Domestication of the Horse." *Horses Through Time*. Boulder: Roberts Rinehart Publishers, 1996

<sup>6</sup> **MATHUAS, Jorge Ferreira.** "**Portugal e os seus cavalos**"; Lisboa : Edições António Ramos, 1980

<sup>7</sup> Autor de *Gli Ordini di Cavalcare*, Federico Grisone foi um nobre Napolitano, cujos métodos de treino do cavalo influenciaram a Equitação, apesar de serem muito criticados actualmente devido a sua natureza forçada e por vezes cruel de obrigar a obediência do cavalo.

*Cavalgar* do rei D. Duarte em 1430. Grisone, reconhecendo as qualidades e temperamento do cavalo Lusitano, apreciadas em vários países mediterrâneos, terá levado vários espécimes para Itália, onde foi utilizado na criação de uma raça de elite, especializada na Equitação e utilizada na Academia de Nápoles de onde grandes mestres da equitação haviam saído, incluindo Pluvinel<sup>8</sup>.

No entanto, será trezentos anos depois que o verdadeiro tratado de equitação português, no seu sentido mais puro, será escrito por Manuel Carlos de Andrade. Esta célebre obra no mundo da equitação, de seu nome, *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria*, é produto dos ensinamentos do marquês de Marialva e nela estão descritos todos os passos e técnicas de *dressage*<sup>9</sup>, acompanhados de lindíssimas gravuras estampadas, algumas inspiração directa da obra de Pluvinel, e as quais ainda hoje são mostradas para ilustrar demonstrações de equitação. Note-se que o tipo de cavalo ilustrado na obra de Pluvinel tem características muito típicas do cavalo Lusitano.

A par com as novidades de *dressage* vindas da França e na Itália, Portugal cedo adquiriu uma vertente única no mundo: O combate com o touro. Apesar da sua natureza controversa, as touradas foram indiscutivelmente importantes na evolução do ensino português, compelindo os cavaleiros a treinar o cavalo em picadeiros mais pequenos que os de equitação, de modo a desenvolver reacções mais rápidas nos cavalos, respondendo eficientemente às investidas do touro e evita-las, tal como é descrito no Tratado de Cavalaria e Toureio de Galvão de Andrade, publicado em 1678.

Assim, à semelhança dos rumos italiano e francês, também D. José I, pretendeu criar uma raça especializada portuguesa que apoiasse as necessidades da corte portuguesa. Aproveitando o trabalho já iniciado pela dinastia de Avis, deu ordens, em 1751 para que fosse criada a Coudelaria de Alter, na terra de Alter do Chão em pleno Alentejo. Escolhida pelas suas magníficas pastagens que aumentava a qualidade dos cavalos nascidos e criados nessa zona, foi erigida aí, uma estação coudélica para iniciar a criação cavalar. Na procura de uma nova raça, 40 éguas

---

<sup>8</sup> Antoine de Pluvinel, autor póstumo do livro *L'Instruction du Roy en l'exercice de monter à cheval*, fundou l'Academie d'Equitation em Paris onde foi tutor de cavalaria da nobreza francesa, incluindo o Rei Luís XII e o cardeal Richelieu. Foi com este mestre que o método de ensinar o cavalo se tornou mais dócil e humano.

<sup>9</sup> A *dressage* ou *adestramento* deriva da palavra francesa *dresser*, que significa "treinar", é uma das três modalidades equestres olímpicas, regulada pela Federação Equestre Internacional (FEI). O objectivo geral da *dressage* é auxiliar o cavalo a desenvolver, através de diversos exercícios, a capacidade de executar todos os seus movimentos naturais, tornando-o um animal flexível, calmo, atento ao cavaleiro e, portanto, agradável de se montar.

andaluzas foram juntas a outros espécimes provenientes do Alentejo, incluindo 6 éguas da casa de Bragança em Vila Viçosa.

Tal investimento numa raça própria, proporcionou não só a um crescimento generalizado da prática do toureio em Portugal mas também a reformas a arte equestre portuguesa, pela mão de grandes mestres, alguns autodidactas como João de Melo e Cunha Meneses, numa direcção que mais tarde coincidiria com as linhas da Federação Equestre Internacional, sendo que em 1948, Portugal ganhava a sua primeira medalha de bronze nas Olimpíadas de Londres.

No decorrer de milhares de vitórias portuguesas em provas a nível internacional ao longo do séc. XX, lançaram-se as bases para varias escolas de grande prestígio em Portugal, tal como a Escola de Equitação em Mafra, a qual deu origem ao Ensino do Exercito Português; e a Escola Portuguesa de Arte Equestre, uma reconstituição da Real Picaria, Academia Equestre da Corte Portuguesa do séc. XVIII, cujo local de trabalho era o Real Picadeiro de Belém, hoje Museu dos Coches.







**Figura 13:** Vila Viçosa, vista aérea. Localização da Fábrica de São Paulo na parte inferior da foto (secção a cores)



### 2.3. Fábrica de São Paulo – SOFAL



Figura 14: Logotipo da Sofal da Fábrica de São Paulo.

A **Fabrica de São Paulo da SOFAL**, antigo Convento de Nossa Senhora do Amparo ou Convento de São Paulo, é um edifício de cariz primeiramente religioso, inserido nas arquitecturas quinhentista e setecentista que foi adulterado pela sua adaptação em 1921 a fábrica industrial. Actualmente abandonado, e em estado considerável de ruína, continua a ser um marco histórico, encontrando-se no extremo Sul do Largo de S.João, no limiar da área de património histórico de Vila Viçosa.

A Fabrica e os seus terrenos ocupam quase metade de um quarteirão de formato sensivelmente rectilíneo, sendo delimitado a Norte pelo Largo de S.João IV, a oeste pela Rua do Convento, a Este por uma rua interior sem nome que separa estes terrenos dos terrenos de cota inferior do novo Centro de Saude de Vila Viçosa, e a Sul por um muro adjacente a outro terreno que por sua vez está adjacente a várias habitações. Tal configuração permite que o edifício seja de grande visibilidade, já que nenhum outro se lhe sobrepõe em altura. Pelo facto da sua fachada norte ser predominantemente horizontal, um transeunte que entre na praça, imediatamente repara na sua dimensão imponente, dominando aquele espaço e do carácter dúbio, simultaneamente religioso e fabril que se pode aperceber pela sua forma evocativa de local de culto e especialmente pelas duas chaminés, que estranhamente se integraram no seu conjunto como um todo.

Apresentando o seu conjunto uma forma em U, com um extremo mais longo, este é constituído por vários edifícios, nomeadamente o corpo principal da fábrica, virado a Noroeste para o Largo, as suas dependências como o celeiro (corpo visto na fachada sudoeste) e a saboaria que se encontra no extremo de uma linha de habitações. Outras dependências das quais não se sabe as funções, encontravam-se espalhadas

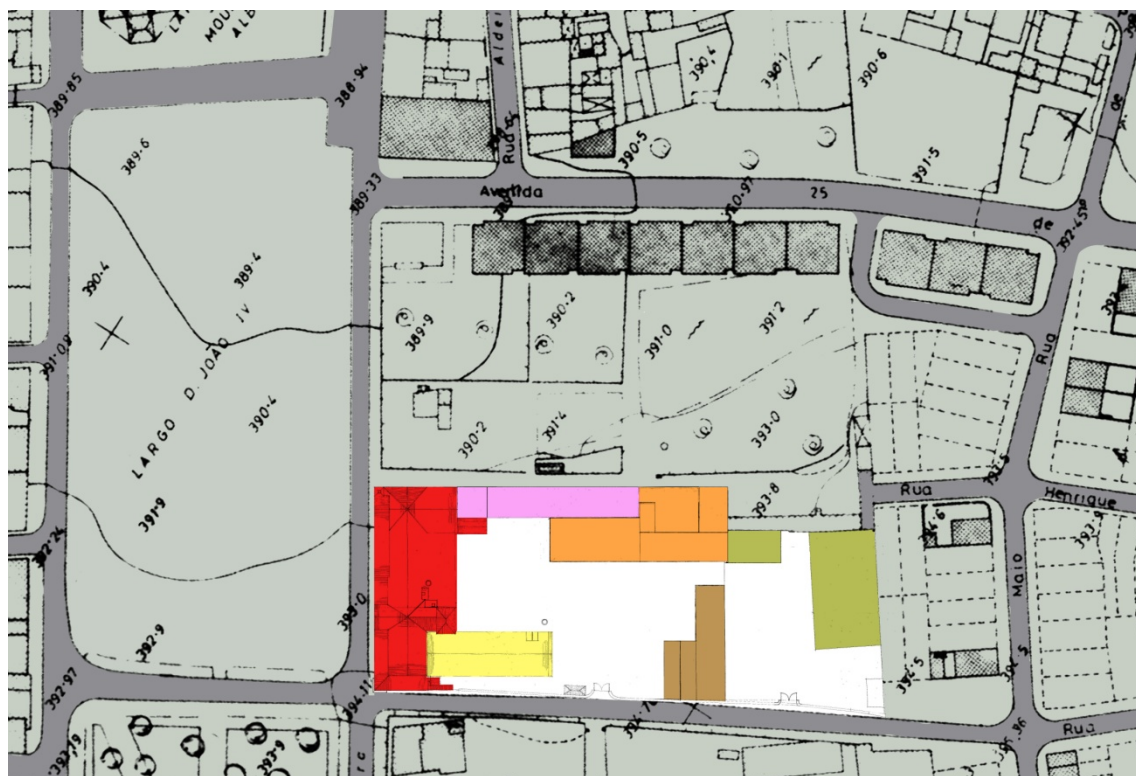


Figura 15: Planta de volumes da Fábrica de São Paulo

<span style="display: inline-block; width: 20px; height: 10px; background-color: red; border: 1px solid black;"></span>	- Fábrica	<span style="display: inline-block; width: 20px; height: 10px; background-color: orange; border: 1px solid black;"></span>	- Saboaria
<span style="display: inline-block; width: 20px; height: 10px; background-color: yellow; border: 1px solid black;"></span>	- Celeiro	<span style="display: inline-block; width: 20px; height: 10px; background-color: brown; border: 1px solid black;"></span>	- Edifícios demolidos
<span style="display: inline-block; width: 20px; height: 10px; background-color: pink; border: 1px solid black;"></span>	- Conjunto habitacional	<span style="display: inline-block; width: 20px; height: 10px; background-color: green; border: 1px solid black;"></span>	- Armazéns



Figura 16: Fachada Nordeste e Noroeste e da Fabrica de São Paulo.

pelo terreno em frente á saboaria como se pode ver na figura 15 mas actualmente só algumas paredes exteriores subsistem.

A Fábrica desenvolve-se maioritariamente em dois pisos, sendo que num troço (secção C) existem três pisos mais uma cave de acesso impedido a qual devido à sua pequena dimensão em prol do uso de maquinaria não foi considerada no projecto. O Piso Térreo possui cota semelhante para quase todo o edifício, sendo de duplo ou triplo pé direito em várias divisões. Os restantes pisos têm cota variada atendendo à volumetria do edifício.

A divisão de pisos do edifício é difícil de ser feita pelo seu exterior, visto a cada abertura não corresponder um piso necessariamente. A sua volumetria é predominantemente horizontal, com vários volumes articulados entre si. As fachadas são rebocadas e pintadas de amarelo, cores da Sofal, havendo vestígios originais de pintura a cal branca e azul. Várias fachadas são rematadas por cornijas de cantaria e beirada ou empena, originando diferentes coberturas de uma a quatro águas<sup>10</sup>.

A antiga fachada principal do edifício, a Nordeste dispõe de um frontão triangular envolvido por cantaria, com o tímpano pintado nas mesmas cores que o restante edifício. À sua direita está uma torre de planta quadrangular, com telhado em pináculo e com duas aberturas, as quais estão enquadradas dentro de um vão curvo em baixo-relevo. O pano da fachada é rompido por dois janelões de curva abatida. Adossados à fábrica na fachada Nordeste encontram-se uma linha de pequenos edifícios de habitação de um piso.

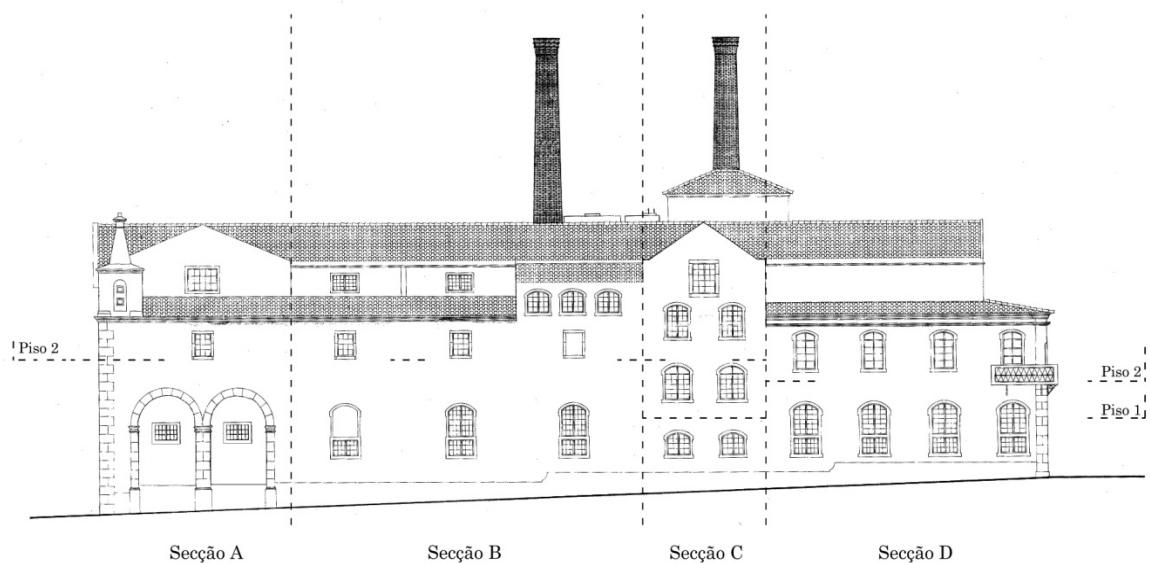
Na fachada lateral a noroeste, que se apresenta para o largo, são perceptíveis as duas volumetrias principais da fábrica, com o corpo mais alto num plano mais afastado. A leitura dos seus planos deverá ser feita por várias secções e por meio de vários eixos verticais como explicita a figura 16. A primeira secção, na continuação da fachada Nordeste, possui a mesma torre descrita na anterior fachada, e dois arcos de volta perfeita em cantaria de mármore suportados por pilares de base rectangular. Estes arcos são actualmente entaipados, rasgados apenas por duas pequenas janelas rectangulares com grades. Por cima destes, ao nível do segundo piso, uma janela rectangular vertical situa-se ao seu eixo, o modelo da qual se repetirá á mesma cota na secção seguinte. Num plano mais afastado, atrás da torre, a cobertura termina em empena e demonstra uma janela rectangular horizontal, que tal como a anterior, se repetirá á mesma cota na secção seguinte. Note-se que embora o plano afastado seja mais alto, ele corresponde ao segundo piso, de pé direito alto, e não a um terceiro piso

---

<sup>10</sup> In “*Antigo Convento de Nossa Senhora do Amparo / Antigo Convento de São Paulo /Fábrica de São Paulo*”

Disponível em: <http://www.monumentos.pt/> IPA: PT040714050029 (consultado 17/01/2013).





**Figura 17:** Fachada Noroeste da Fabrica de São Paulo. Diagrama de compreensão de pisos por secções.



**Figura 18:** Estado actual da fachada Noroeste da Fábrica de São Paulo, vista do Rossio.



**Figura 19:** Estado Actual da fachada Sudoeste da Fábrica de São Paulo, vista do Rossio.

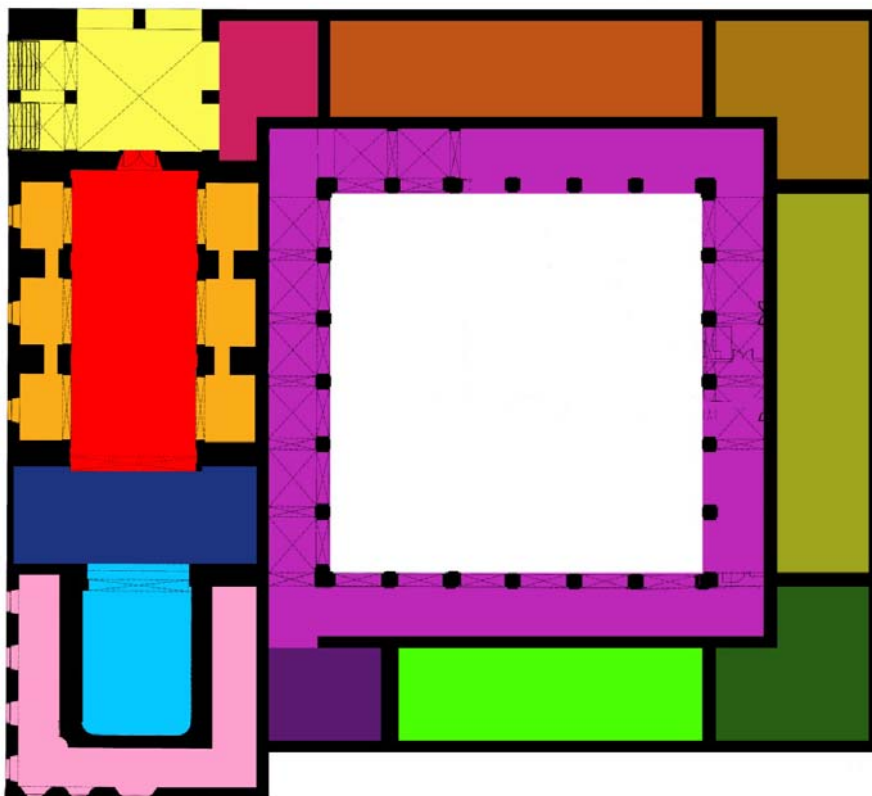
como possa aparentar. Esta secção corresponde à antiga entrada e nártex do convento.

Na segunda secção, a fachada apresenta no piso térreo, três janelas compostas singularmente por uma mais baixa rectangular sobreposta por outra mais alta de verga abatida, estando a janela da esquerda entaipada. No eixo destas janelas ao nível do segundo piso, encontram-se janelas rectangulares semelhantes á da secção anterior, sendo que do lado direito esta se encontra encimada por três janelas de peitoril de arco abatido. Ao contrário do que simulam, estas não correspondem a um terceiro piso, sendo antes um acrescento ao corpo mais alto. Neste, nos mesmos eixos, três janelas de peitoril rectangulares rasgam a fachada, estando a terceira, do lado direito ocultada pelo corpo que ostenta as três janelas de arco descritas anteriormente. Esta Secção, corresponde à antiga nave do convento.

A terceira secção expõe vãos de arco abatido em todos os pisos, sendo os do piso térreo mais pequenos, e os do primeiro e segundo piso caracterizados como janelões. No eixo entre os dois janelões do segundo piso, existe um grande painel de azulejos azuis e brancos onde figura a sigla da fabrica e desenvolvendo-se para baixo se lê “FABRICA DE SÃO PAULO”, o qual esta encimado por uma janela rectangular. O telhado termina em empena, correspondendo esta secção ao transepto do convento.

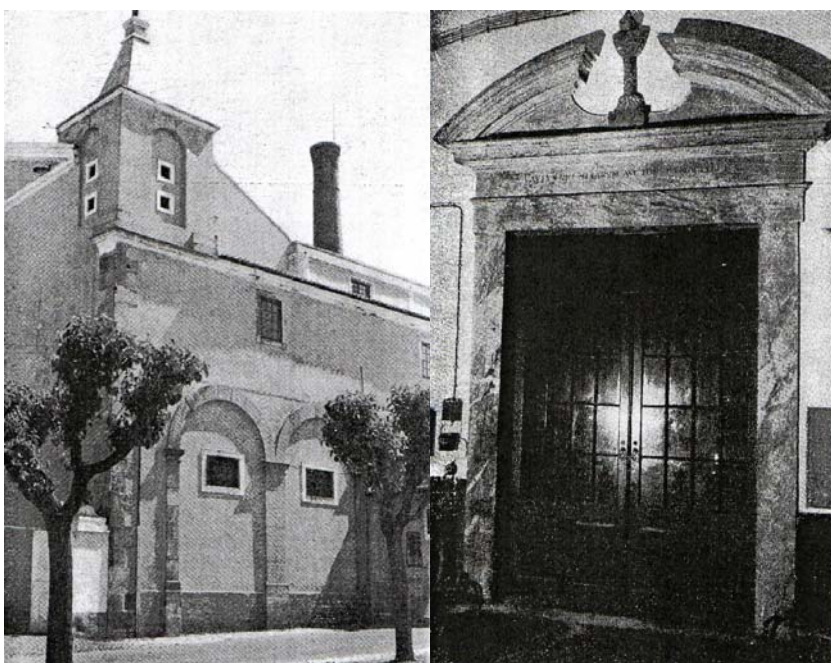
A última secção, mais à direita da fachada ostenta no piso térreo, à semelhança da segunda secção, quatro janelas compostas singularmente por uma mais baixa rectangular sobreposta por outra mais alta de verga abatida, embora de dimensões diferentes das anteriores referidas. No eixo destas janelas ao nível do primeiro piso rasgam-se três janelões de arco abatido e no extremo direito, uma janela de sacada com guarda composta por cantaria e tijolo cerâmico em trama diagonal que se estende para a fachada posterior. O corpo mais alto não possui qualquer vão, sendo que esta secção corresponde á antiga capela-mor e deambulatório do convento.

Na fachada posterior também é possível distinguir os diferentes corpos que constituíam a igreja. O corpo principal mais elevado termina em empena, sem vãos e a qual ainda se encontra com o seu reboco original branco. Adossado a este volume está um corpo de dois pisos, provido de cunhais de cantaria nos seus extremos, onde se encontra com as outras fachadas, e cujo pano se divide em três por pilastras de cantaria. No piso térreo abrem-se duas janelas de arco abatido e uma porta que se encontra ladeada pelas ditas pilastras. No primeiro piso é continuada a balcão da fachada adjacente com janela de sacada semelhante e ao lado direito desta recortam-se dois vãos, com características semelhantes aos da quarta secção fachada



**Figura 20:** Reconstituição da planta original do Convento

	- Nártex de entrada		- Claustro		- Refeitório
	- Capelas		- Sala do Capítulo		- Sala do Capítulo
	- Nave		- Sacristia		- Sacristia
	- Transepto		- Dormitório		- Deambulatório
	- Capela-Mor		- Cozinha		



**Figura 21:** Alpendre da igreja e torre sineira obstruídos (à esquerda) e Porta de entrada, dentro do nártex



adjacente à mesma cota, estando um deles entre as pilastras. No extremo direito, está rasgado um grande vão de arco abatido agregado a uma varanda de configuração semelhante às sacadas já referidas. A esta varanda vai dar uma escada exterior desde o piso térreo, cuja guarda faz parte do muro que delimita o terreno. Adossado ao corpo principal, num plano mais afastado encontra-se um volume de planta rectangular, onde estão recortadas sete janelas de arco abatido a uma cota mais elevada, e duas janelas envoltas por cantaria ainda resistem ao nível do piso térreo, havendo indícios da existência de outras semelhantes ao longo da fachada que terão sido completamente emparedadas. Este edifício serviu como celeiro de cereais da fábrica.

No interior, a Fabrica conserva grande parte da sua configuração enquanto igreja do convento. A sua planta é em cruz latina, composta por nártex, nave única com capelas laterais inter-comunicantes entre si, cruzeiro e altar-mor com deambulatório, com uma sacristia na parte Sul.

O Nártex possui pequenas dependências laterais do lado Norte, separadas por arcadas de volta perfeita, correspondentes as da fachada norte. As abóbadas destes espaços são em cruzeiro ou barrete de clérigo. A parede que separa o nártex da nave possui porta encimada por frontão quebrado com uma estátua ao centro.

A nave foi dividida em dois andares pouco acima dos arcos que dão para as capelas, para servir as necessidades da fábrica, sendo o piso térreo utilizado como lagar de azeite. As capelas de abobada de berço, perderam os seus altares, deixando á vista o seu esqueleto e as aberturas que permitiam a passagem entre elas. Do lado sul os arcos foram emparedados, deixando apenas as cantarias á mostra e as capelas sofreram alterações para a acomodação das instalações da fábrica, especialmente da caldeira e chaminé localizada na capela mais perto do transepto. O arco entre a nave e o transepto também foi emparedado. O espaço deverá ter sido fortemente decorado, porém, tirando as cantarias dos arcos das capelas, o único indício de decoração que sobreviveu encontra-se escondido numa das passagens de arco de berço entre as capelas, que actualmente está fechada de um lado pela chaminé e pelo outro por portadas. De motivos geométricos e vegetalistas, mantiveram-se os dourados, amarelos e vermelhos do fresco, e perderam-se os verdes, deixando á imaginação como teria sido o resultado global.

O transepto á semelhança da nave, foi dividido em três andares, através de estrutura metálica e ripado de madeira, acessível por estreitas escadas de madeira. Tal como o arco de volta perfeita que divide o divide da nave, também o arco que o divide do altar-mor foi emparedado, pese este tenha sido rasgado por vãos de arcos

de diferentes amplitudes. Os mesmos arcos encontram-se recortados em baixo relevo no emparedamento oposto.

O altar-mor e deambulatório sofreram as maiores transformações aquando da instalação da fábrica. De triplo pé direito e abobada de canhão, possui planta rectangular, rodeada por deambulatório em U. Este encontra-se agora fragmentado em várias divisões, e nas paredes do altar abriram-se novos vãos consoante as exigências da fábrica, entre os quais existem ainda alguns vestígios dos baixos-relevos originais. Também o pavimento sofreu alterações para acomodar toda a maquinaria da central eléctrica que ali funcionou, abrindo-se uma espécie de cave baixa para acesso a esta, actualmente com poucas condições. É apenas no altar-mor que se pode ter a noção do que seria a igreja originalmente. Embora o arco entre este e o cruzeiro esteja emparedado, os vãos que aí foram abertos são o suficiente para deixar perceber a monumentalidade do edifício, apresentando um ritmo e formas que se adequam aquele espaço. Devido ao abatimento de telhados no exterior, a luz agora entra pelo grande janelão ao nível do segundo piso, onde antes estaria a capela principal, como que conferindo algum do seu antigo esplendor ao espaço que se pode ver na Igreja do Conventos dos Agostinhos, quase uma cópia desta, construída 45 anos depois.

A sul do corpo da igreja encontra-se o antigo claustro. Sobreviveram até aos dias de hoje, o braço Norte completo, adossado à igreja, a arcaria exterior do braço Oeste que dava para a sacristia e foi emparedado e integrado num volume mais recente da fábrica que servia de celeiro, e dois tramos completos do braço Este, sendo que no seu seguimento restam apenas as mísulas embutidas na parede. Vários arcos do braço norte também foram emparedados e providos de vãos interiores, e pode ler em vários locais placas de azulejos designando as suas funções correspondentes na fábrica, como a caldeira, e lagar e adega nos vãos que davam para estas divisões. Frente ao volume do antigo celeiro, existem ainda várias construções em estado de ruína, juntamente com a segunda chaminé da fábrica.

Nos terrenos da fábrica a Sul da igreja foram construídas novas dependências com arcaria que serviam de saboaria. Os pisos superiores da antiga igreja são na sua maioria mais modernos que esta, com a excepção do antigo alto-coro, localizado acima do nártex no topo Este. No seu espaço, actualmente cheio de grandes máquinas ainda se conserva a sua enorme abóbada de cruzeta. O segundo piso da nave, cujo o pavimento foi feito em betão para a fábrica, é dominado visualmente pela abobada de lunetas. A cobertura em estrutura de madeira e telha da divisão a sul (acima do braço norte do claustro) ruiu entretanto, providenciado luz às janelas da abobada, tal como deveriam ter sido iluminadas quando foram construídas. O seu

espectáculo de luz e sombra sofre um pouco, contudo, devido aos fungos verdes que atacam a cobertura. Ainda são visíveis elementos em baixo relevo sob as janelas. No último piso do transepto, á semelhança das divisões interiores, a abóbada de cruzeta encontra-se intacta, visíveis aqui a estrutura de arcos do cruzeiro.

Descrevendo o espaço através das suas antigas funções será talvez a melhor maneira de o compreender e entender a sua articulação. Mas voltemos atrás no tempo para compreender o que foi e como chegou ao estado em que se encontra, através da sua cronologia:

1590 – Início da construção do convento, consagrado à Nossa Senhora do Amparo

1596 – Aquisição de terrenos no extremo sul da povoação, junto à muralha quinhentista por Frei Martinho de São Paulo (o primeiro impulsionador da obra) que passaram a integrar o espólio do convento

1597, 28 de Abril – início da edificação da igreja e cerimónia presidida pelo duque D. Teodósio II, passando a capela-mor a ser panteão da casa de Bragança possuindo esta tribuna privada e jazigo para a família

1612 – É concluído o arco triunfal de volta perfeita, decorado por pedra de armas e com o escudo ducal dos Bragança e inscrição em honra de D. Teodósio II

1613 – Inauguração da igreja, ficando as capelas por concluir

1620 – Conclusão da construção da igreja, que tinha fachada com portal ostentando frontão interrompido com a insígnia da ordem de São Paulo, composta por palmeira e corvo estilizados

1634 – Instituição da primeira capela, a qual se irão juntar as restantes ao longo deste século e do séc. XVII, financiadas por pessoas da casa de Bragança ou particulares.

Séc XVIII, 1º quartel – Construção da sacristia e do claustro e melhoramentos no coro-alto a expensas de Frei Luís Gralho

1716 – Colocação de uma fonte em mármore branco raiado de azul, no claustro

1733 – Conclusão do claustro

1740 – Conclusão da sacristia, dita a mais sumptuosa da vila.

1834/35 – Extinção das ordens religiosas, passando a igreja a servir de instalações para um teatro popular e de aquartelamento do regimento de Infantaria 4, por mais de um ano.

1864 – Profanação da igreja, incluindo anulação de textos em lápides funerárias e roubo das capelas

1870 – Levantamento do pavimento do claustro que foi trasladado para o adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, dentro do núcleo medieval

1892 – Portaria do convento mantinha-se intacta ao passo que o resto do edifício estava em ruínas, com as varandas superiores do claustro descobertas

Séc. 20, inícios – demolição parcial do claustro e reaproveitamento dos seus arcos para a Ponte do Ratinho na estrada de S. Romão

1921 – Venda do convento arruinado e igreja á Sociedade Fabril Alentejana (SOFAL) que procedeu a obras estruturais para a acomodação de uma fabrica de refinação de azeites e moagem de farinha

1936 – Constituição do Asilo no lado oriental, onde estava a horta dos frades, terreno que foi cedido

1970 – Registro do Padre Júlio Espanca acerca do portal da igreja que ainda era visível na altura

Tal como a vila que teve grandes implicações ao longo da história portuguesa, também o convento deixou a sua marca na história da vila. Do maior e mais prestigioso convento, de envergadura equiparável ao Paço Ducal, foi perdendo as suas funções de panteão dos Bragança em prol do convento dos Agostinhos, abrindo-se as portas para a sua pilhagem após a extinção da ordem paulista e consequente abandono. Mesmo assim, o seu corpo continuou a alimentar Vila Viçosa, que utilizou o seu rico espólio de cantarias, mármore trabalhados, talhas douradas e outras peças para dar vida noutros templos religiosos da Vila, ou mesmo em obras públicas. Quando mais não tinha para dar, o seu esqueleto serviu de casa a uma próspera Fabrica que deu trabalho e subsistência a grande parte da Vila e que ainda hoje habita as memórias dos seus habitantes com saudade. Agora espera silencioso pelo momento em que a Vila dele voltar a ter necessidade.



**Figura 22:** Convento de São Paulo antes da sua modificação para fábrica. (Séc. XX, antes de 1921)



**Figura 23:** Claustro setecentista em trabalhos de demolição.



### **3. CENTRO DE EQUOTERAPIA**

#### **3.1. Terapia Assistida pelo Cavalo**

A terapia assistida pelo cavalo remonta a cerca de dois mil anos atrás sendo uma prática usada pelo grego Hipócrates (458 a 370 a.C.), o pai da medicina ocidental. No seu livro *Das Dietas*, Hipócrates, utilizava a equitação ao ar livre nos seus doentes para regenerar a saúde, tratar de determinadas patologias, como a insónia e tonificar o corpo.

A palavra equoterapia, origina-se etimologicamente do latim *equus*, associado ao grego *therapéia*, referenciando-se, assim, à língua latina, base do português, e à grega como homenagem a Hipócrates. A Equoterapia é um método terapêutico e educativo que faz uso do cavalo como ferramenta de trabalho, aproveitando o movimento deste animal e dividindo-se em várias disciplinas com diferentes programas, cada um adaptado aos problemas físicos, psicológicos e cognitivos do paciente. Tem por objectivo melhorar a qualidade de vida do paciente, desenvolvendo as suas capacidades e potencialidades, dentro das suas limitações e (re) habilita-lo a uma integração e inserção na sociedade.

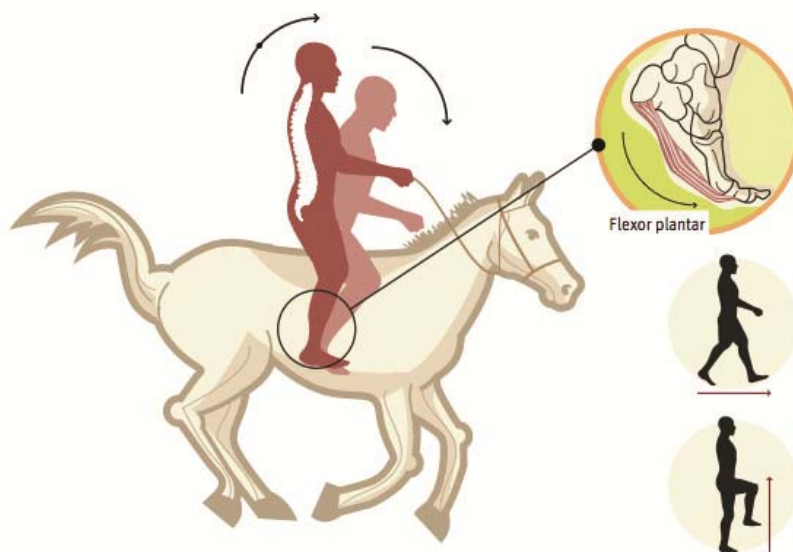
A prática da Equoterapia divide-se em três programas:

##### **1. Hipoterapia**

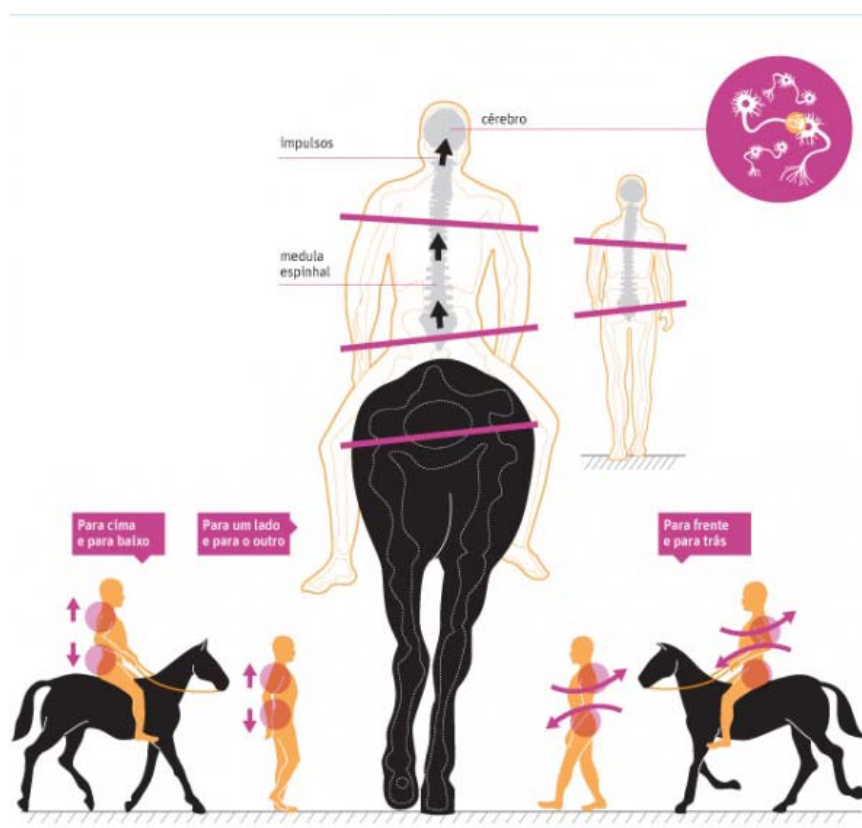
Programa especialmente adaptado ao individuo que não possui capacidade física e/ou mental para se manter sozinho em cima do cavalo. Assim neste tipo de programa, o praticante será sempre acompanhado de um ou mais terapeutas em contacto permanente com ele, seja montado juntamente com o paciente para lhe providenciar segurança, ou caminhando ao seu lado, dando-lhe o apoio necessário para se manter montado. Ao contrário dos programas seguintes, o paciente tem grandes limitações para interagir individualmente com o cavalo, tendo maioritariamente que ser os terapeutas a fazê-lo por ele.

É neste programa que mais se notam os benefícios do movimento em conjunto com o animal. O andamento do cavalo a passo produz cerca de 60 a 75 movimentos tridimensionais por minuto, equivalentes aos da marcha humana neurofisiologicamente normal. O paciente, quando sentado em cima do cavalo irá reproduzir os mesmos movimentos que faria se caminhasse, visto a sua região pélvica estar paralela á do cavalo. O corpo do paciente fará ajustes automáticos para se manter em equilíbrio, para cima e para baixo, para





**Figura 24:** Exemplo dos movimentos feitos através da Equoterapia



**Figura 25:** Como a Equoterapia estimula o cérebro.



a frente e para trás, para um lado e para o outro, adaptando-se ao movimento ritmado do cavalo e gerando impulsos sensoriais que irão estimular competências cognitivas, psicossociais e motoras. Com a ajuda dos terapeutas, são executados exercícios físicos sobre o cavalo, como alongamentos e respiratórios, de modo a desenvolver equilíbrio, coordenação, percepção do próprio corpo e fortalecer a musculatura.

Este tratamento é recomendado para crianças e indivíduos portadores das seguintes deficiências: paralisia cerebral, deficiência mental, Síndrome de Down, autismo, disfunções sensório-motoras, dificuldades na aprendizagem, distúrbios na linguagem e fala, entre outras.

## **2. Educação e Reeducação**

Neste programa o indivíduo já apresenta as condições mínimas necessárias para se manter sozinho em cima do cavalo e portanto já consegue interagir com o animal. O cavalo continua a proporcionar benefícios pelo seu movimento análogo ao movimento humano, tal como na hipoterapia, mas agora o paciente pode executar com os seus próprios membros os exercícios que são propostos pelos tratadores, trabalhando assim para a sua autonomia. Este programa também tem uma componente pedagógica, especialmente para crianças com problemas de autismo, fala, timidez, insegurança, medo, agressividade e hiperactividade, visando criar uma relação emocional e dinâmica entre esta e o cavalo, por meio de jogos didácticos, por exemplo com bolas ou aros, ou relacionando as letras do picadeiro com animais, frutas ou cores.

## **3. Pré-esportiva**

Seguindo a lógica evolutiva dos programas anteriores, este destina-se ao paciente que já tem autonomia suficiente para conduzir o cavalo sozinho, podendo agora incluir na sua aprendizagem, exercícios mais característicos do hipismo. Ao controlar o animal, o indivíduo desenvolve capacidades de socialização, autoconfiança e auto-estima, entrando num programa de reabilitação e inserção social. Esta prática tem um carácter mais particular, consoante a deficiência e os objectivos do paciente, devendo o programa ser

feito por uma equipa especializada, formada por profissionais da área da saúde, educação e equitação.

Caso o paciente seja bem-sucedido neste programa, ele poderá evoluir para a Prática Esportiva Paraequestre, cuja finalidade é preparar a pessoa com deficiência para competições.

### **3.2. Infra-estrutura de um centro de Equoterapia**

Um centro hípico tem por objectivo promover a prática da Equitação e de todo o tipo de desportos hípicos. Englobando a componente educacional da escola de equitação, um centro hípico promove outras actividades como a prática desportiva, serviço terapêutico especializado, lazer, formação, eventos e outros serviços complementares.

Um centro hípico caracteriza-se, geralmente, por ser um conjunto de edifícios dispersos por uma vasta extensão de terreno, com instalações apropriadas a esta modalidade como picadeiros (cobertos ou descobertos), pátios com boxes para os cavalos e redondel ou guia mecânica, além de instalações administrativas e públicas, podendo ainda dispor de restaurante e sala de convívio. Note-se, no entanto, em vários exemplos portugueses, como a Sociedade Hípica Portuguesa, que a arquitectura dos centros hípicos peca pela falta de noção de coesão entre os vários componentes, sendo classificada como mera construção rural e portanto descurando o valor arquitectónico que lhe possa ser inerente.

Mais visível se torna esta negligência desde género de arquitectura nos centros hípicos que praticam a equoterapia. A equoterapia é um tema ainda em desenvolvimento em Portugal. Embora assunto de interesse para alguns Centros Hípicos e instituições, poucos são aqueles vocacionados nessa actividade, sendo grande parte do trabalho feito por voluntariado. Como é vista como um complemento à equitação convencional, a equoterapia é tratada como as mesmas condições que esta última, ignorando as necessidades físicas das pessoas que frequentam esta prática. Tome-se como exemplo o Centro de Equitação da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa, situado na Sociedade Hípica Portuguesa. Não existem acessibilidades próprias para pessoas com cadeiras de rodas, sendo o pavimento até ao picadeiro em terra batida. Não existe uma rampa apropriada até ao elevador para que o utente possa montar o cavalo. O picadeiro não tem condições de segurança necessárias, sendo uma solução provisória. Tendo em conta que a maior parte dos utentes são crianças é vital que em algumas situações existam protecções ou barreiras entre estas e os cavalos, especialmente quando estes se encontram nas baías.

Assim sim sendo, que valências são necessárias à construção de um centro de Equoterapia funcional e acessível às necessidades específicas dos seus utentes? Os conceitos-chave a pensar para este problema são acessibilidade, mobilidade, segurança e integração.

A prática da Equoterapia difere do Hipismo, primariamente, pela interligação de várias disciplinas para ajudar o participante. Isso traduz-se, em arquitectura, numa série de espaços que necessitam de comunicar entre si de forma coerente. O espaço principal é, claro, o picadeiro destinado à prática de Equoterapia que deve ter as dimensões na razão de 2:1, sendo as mínimas recomendáveis de 15 x 30m. À semelhança de picadeiros para equitação, este picadeiro deve dispor de protecções inclinadas a toda a volta, geralmente de madeira. Estas destinam-se tanto á segurança do cavalo e cavaleiro como do observador exterior á teia, devendo ser altas o suficiente para que o cavalo não as ultrapasse em salto (entre 1,2m a 1,7m, dependendo da raça/altura de cavalo usado e da finalidade do picadeiro). Deve também existir um espelho, de preferência a todo o comprimento de um dos lados do picadeiro, de modo a que os aprendizes se possam ver e corrigir a sua postura.

A entrada para dentro da arena far-se-á consoante o tipo de deficiência motora do paciente. Para os casos em que o participante tem controlo motor suficiente para se manter de pé, considera-se parte dos exercícios o montar e desmontar a cavalo. Dai ser importante que a zona onde se monta seja mais alta que o pavimento da arena, devendo ser acessível através de rampa, prevista com corrimão de apoio, e/ou de plataforma elevatória. Tal zona pode ser uma extensão das bancadas da plateia do picadeiro, de modo a que exista um contacto visual e a possibilidade de interacção do paciente com a família.

Sendo o picadeiro o ponto fulcral de actividade, o edifício onde este se inserir, deve estar estruturado de modo a que permita que as funções aliadas a este sejam facilmente acessíveis pelos participantes/público. O pessoal mínimo necessário para trabalhar com um paciente num picadeiro de equitação são 3 a 4 pessoas: um psicólogo, um auxiliar guia, um auxiliar lateral e um instructor de equitação, podendo o psicólogo ocupar uma das funções de auxiliar caso tenha habilitações necessárias e conhecimento sobre como lidar com o cavalo. Esta equipa pode aumentar para incluir outras mais-valias como um fisioterapeuta, um fonoaudiólogo, um psicomotricista ou um pedagogo. Será necessário considerar que funções poderão haver além do trabalho no picadeiro e providenciar um espaço para tais funções, podendo ser um espaço multiusos ou simplesmente uma sala de brinquedos, podendo agir como uma sala de espera enquanto o paciente espera pelo inicio da sua sessão. A equipa deverá ter um espaço onde se possa reunir para falar sobre as sessões ou com a família do paciente e guardar/consultar documentos relativos a sua situação.

O cavalo utilizado na Equoterapia é um animal escolhido especificamente por determinadas qualidades, não devendo ser utilizado em mais nenhuma actividade. Dai que as baias destes animais se localizem perto do respectivo picadeiro de Equoterapia. Sendo a relação entre paciente e cavaleiro algo promovido na Equoterapia é comum que o paciente vá até a baia do seu cavalo, relacionando-se com ele e estabelecendo relações de confiança, através do toque ou mesmo actividades como alimenta-lo, escova-lo ou arreá-lo. Assim por vezes, um tratador ou até um veterinário podem fazer parte da equipa para auxiliar este processo. Cabe a eles, ou ao instructor de equitação receber e conduzir os participantes e orienta-los sobre o conhecimento destas tarefas, zelando sempre pela segurança do paciente. Também é responsabilidade do instructor escolher o cavalo adequado, verificar antes de uma sessão qual o estado de saúde do animal e acostuma-lo aos equipamentos, materiais ou brinquedos utilizados pela equipa, devendo estes ter um local de armazenamento.

Sendo um tratamento destinado a pessoas com necessidades especiais, a arquitectura não deve ser um obstáculo para as mesmas. Pelo contrário, num projecto vocalizado em melhorar a qualidade de vida das pessoas, a arquitectura é vital para que se cumpram esses objectivos. Assim, o caminho desde a entrada do edifício até ao picadeiro deve ser coberto, de largura suficiente para uma cadeira de rodas e provido de rampas se necessário para ultrapassar diferenças de cotas. Da mesma maneira, torna-se necessário a existência de instalações sanitárias, situadas perto das bancadas do público e adaptadas ao uso de cadeira de rodas.



**Figura 26:** Demonstração de Equitação com Fins Terapêuticos no Pet Festival 2012. Visível dificuldade de montar um praticante com problemas motores sem uma rampa elevatória



**Figura 27:** Mapa das instalações da Sociedade Hípica Portuguesa

- 1 – Entrada e Bilheteiras
- 2 – Secretaria
- 3 – Pátios dos Sócios
- 4 – Tribuna
- 5 – Restaurante Jockey
- 6 – Campo Relvado Eng. Galvão de Melo
- 7 – Boxes Originais para Cavalos da S.H.P.
- 8 – Picadeiro Eng. Sommer de Andrade
- 9 – Picadeiro de Equoterapia
- 10 – Escola de Equitação
- 11 – Campo de Treinos Brig. Henrique Callado
- 12 – Picadeiro General Duarte Silva
- 13 – Redondéis



## **4. APRESENTAÇÃO DE CASOS DE ESTUDO**

### **4.1. Sociedade Hípica Portuguesa**



**Figura 28:** Logotipo da Sociedade Hípica Portuguesa

A Sociedade Hípica Portuguesa (S.H.P.) formou-se em 1910, produto de um interesse nacional por corridas de cavalos desde o século XIX. Sendo a prática equestre uma actividade promovida pela família Real de D. Luis I, foi mandado construir em 1874 pelo Clube Equestre (fundado um ano antes), um hipódromo em Belém, chamado, o Hipódromo do Bom Sucesso, que muito êxito teve, sendo os seus eventos inclusive descritos na obra de Eça de Queiroz, “Os Maias”, que o mostra como um espaço de cariz civil e social. Sendo que Belém era limítrofe à Lisboa daqueles tempos, a sua utilização era independente das necessidades e crescimento da Cidade. Cidade.

Em 1900, aquando dos novos planos de Lisboa, Ressano Garcia, inspirado pelos jardins parisienses, projecta o Campo Grande e com ele, o primeiro hipódromo “primitivo” dentro da cidade. Nas Alamedas do Campo Grande podiam-se ver aos domingos corridas de cavalos organizadas pelos “Sportman” que constituíam o Turf Club (mais tarde Jockey Club), cujas tribunas de colmo que supostamente eram provisórias nunca foram substituídas por umas de alvenaria.

Com o passar dos tempos, novos desportos mais modernos ganhariam mais adeptos, sendo o Hipódromo de Belém alargado a outras actividades como o Ciclismo, Corridas de Automóveis e demonstrações aéreas (sendo daqui que Gago Coutinho e Sacadura Cabral partiriam para sobrevoar o Atlântico), e depressa o Hipismo perde interesse a nível social e os amantes desta modalidade procuram alternativas.

Assim, de um grupo de Cavaleiros do antigo Turf Club, compostos por Francisco Assis Jara de Carvalho, Francisco Xavier de Almeida, Jaime Roque de Pinho, José Ricardo Cabral e Manuel da Costa Latino , forma em 23 de Março a



**Figura 29:** Antigas boxes construídas em 1925, com espaço abaixo do recomendável, e portadas em madeira, que incitam ao vício dos cavalos de roer as extremidades.



**Figura 30:** Boxes mais recentes, pertencentes a um dos pátios, com mais espaço, mais abrigada dos elementos e extremidades da madeira protegidas por ferro



**Figura 31:** Sala de Arreios dentro de um pátio pertencente aos Sócios da S.H.P.



Sociedade Hípica Portuguesa tendo como objectivo:

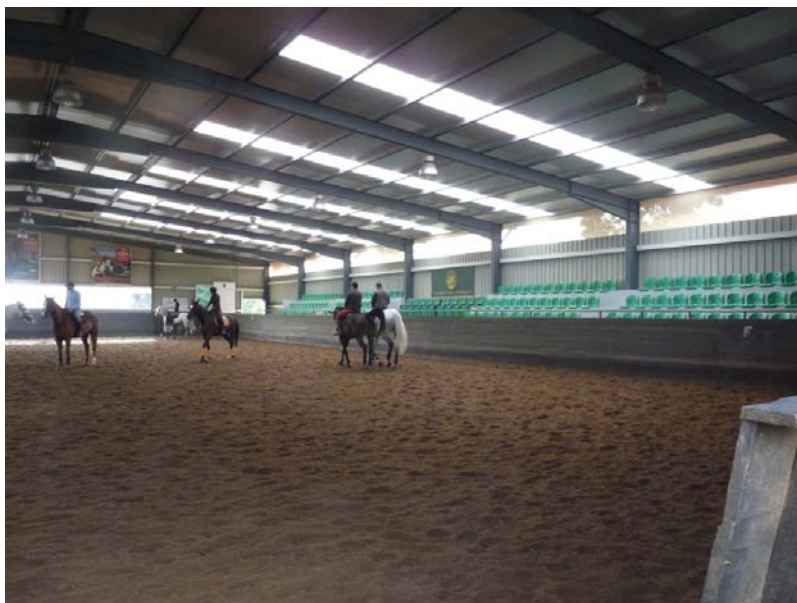
*“Associar todos os que cultivam o desporto hípico, ou que por ele se interessam, de modo a promover o seu desenvolvimento”.*

Com sede na Rua Ivens, o primeiro hipódromo construído pela S.H.P. situou-se no Parque de Santa Gertrudes e ficou conhecido como Hipódromo de Palhavã, anexado ao Velódromo, cujo nome é bem mais popular. Comprando as boxas e cocheiras existentes do Parque procedeu-se à construção de uma pista de saltos que não existia em Lisboa até a altura, na qual se organizaram vários concursos hípicos até 1918 quando a Câmara de Lisboa expropriou os terrenos do Parque de Palhavã para a construção da Avenida de Berna, sendo o resto da área destinada posteriormente para a Feira Popular e actualmente para a Fundação Gulbenkian.

Assim a S.H.P. comprou o antigo terreno futebolístico do Sport-Lisboa-Benfica, localizado entre a actual estação de Sete-Rios e a Praça de Espanha. Neste novo campo ficou a S.H.P. durante 12 anos, com varias dificuldades de construção de instalações adequadas até o Plano Geral de Melhoramentos de Lisboa a forçar de novo a uma mudança de local. Não existindo eventos de grande importância durante este período, a sua menção serve para demonstrar a dificuldade acrescida em instaurar um estabelecimento de tão grandes dimensões numa cidade em crescimento que contempla estes terrenos como investimento imobiliário em prejuízo de uma actividade desportiva que não traz consigo um lucro imediato.

Em 1930, a Câmara de Lisboa cedeu à S.H.P. a título precário, os terrenos do Hipódromo do Campo Grande, antes pertencentes ao Jockey Club, que havia sido fundado em 1924 e dois anos mais tarde desmembrado. Devido ao pouco tempo que o Jockey Club esteve activo e á muita a falta de recursos, as instalações prévias do hipódromo ainda não estavam prontas, incluindo as antigas boxas ainda hoje existentes mas estando as definitivas tribunas de alvenaria ainda em vias de construção, só concluídas em 1943 e com resguardo envidraçado em 1945 e procedendo-se também a várias obras maiores que incluíam arranjo de pistas de obstáculos e corridas, instalações sanitárias e melhoramento das condições higiénicas, bilheteiras e a construção de uma casa de chá.

Em 1947, a pertença do terreno foi oficialmente entregue á S.H.P. que teve então mais liberdade para proceder a trabalhos nas instalações e nos campos. Foi feito um levantamento topográfico pelo Engenheiro Neto Marques que também procedeu á terraplanagem e drenagem do terreno, juntamente com a instalação de agua e canalizações necessárias á rega de pistas. Os campos foram relvados em



**Figura 32:** Interior do Picadeiro Eng. Sommer de Andrade



**Figura 33:** Interior do Picadeiro temporário para Equiterapia



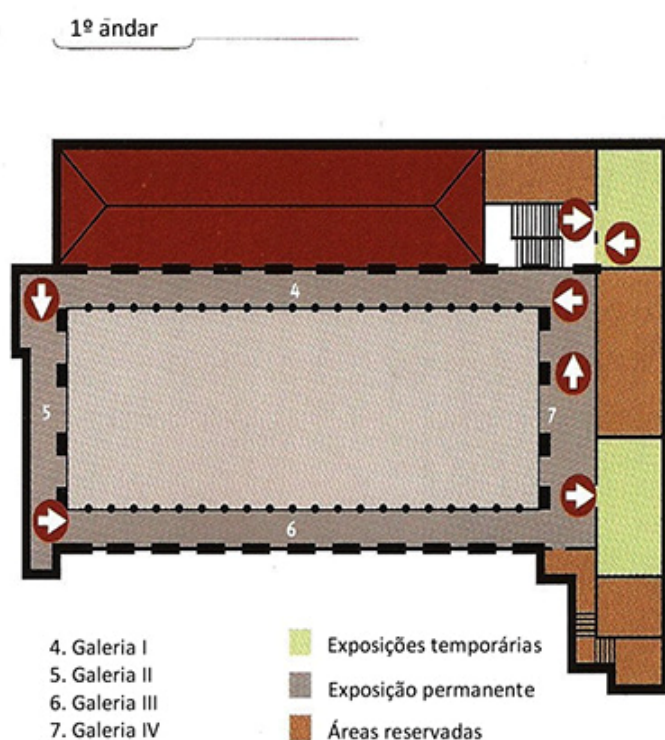
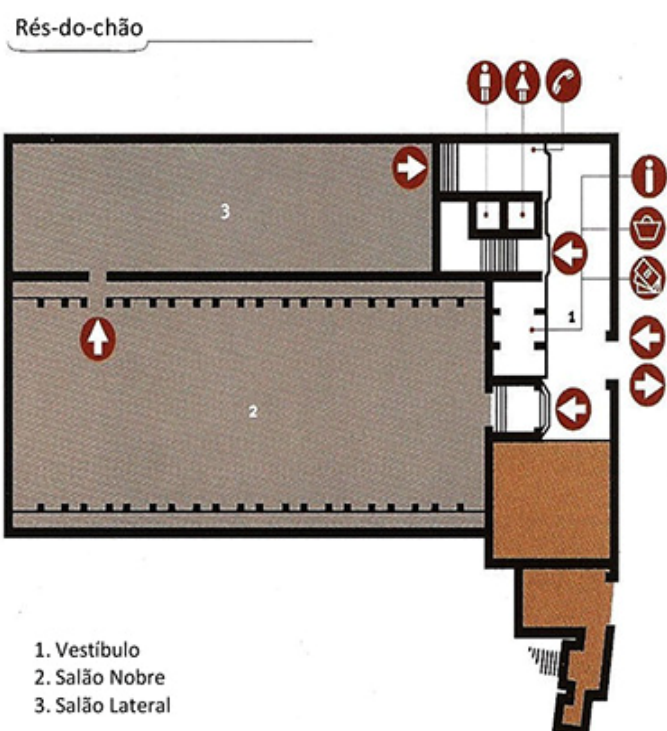
**Figura 34:** Interior do Picadeiro usado como Escola de Equitação

1952, ano em que o Arquitecto Craveiro Lopes terminou o projecto geral que incluía sede, cavalariças e picadeiros (coberto e descoberto).

No entanto mesmo após a tomada de posse, o espaço ainda era, (e continua a ser) disputado pela Câmara de Lisboa e pelo Estado, o que juntamente com as escassas verbas dificultava o planeamento e desenvolvimento do complexo. Em 1953, parte Sul dos terrenos foram expropriados pelo Estado para a construção da Cidade Universitária, destruído parcialmente a pista de corridas e o campo de treino de obstáculos, havendo já anteriormente a parte Norte sido abdicada para a construção do antigo estádio de Alvalade. Face a este revés e sentindo de novo a ameaça de perder os seus terrenos, a S.H.P. procura soluções para este problema. Foi proposto em 1951 um Hipódromo permanente nos terrenos do Estádio Nacional do Jamor, e um Centro Hípico em Monsanto 1954, sendo o primeiro concluído em 1971, e o segundo abandonado o projecto. As instalações do Campo Grande também estão limitadas a Este pelo Palácio Galvão-Mexia (Palácio Pimenta) e a Oeste pelo Estádio Universitário, chegando a incluir alguns destes terrenos no seu passado.

A Sociedade Hípica Portuguesa foi o primeiro caso de estudo a ser visitado e contribuiu bastante para as primeiras noções de espaço, dimensões e necessidades, sendo também o único espaço visitado que praticava Equoterapia. As suas instalações ainda se encontram em processo de modificação, sendo que muitas das antigas boxes têm um espaço de 2,5 metros por 3 em vez dos 3x3 metros aconselháveis para um cavalo. É de notar no entanto que isto se refere às boxes dos cavalos que pertencem ao clube, já que os pátios estão reservados para famílias sócias da SHP e estas aparelham os mesmos conforme as suas preferências.

O picadeiro de Equoterapia, o primeiro em Portugal, começou como uma instalação provisória com poucas condições e que não respeita as regras de um Picadeiro, mas até hoje, por falta de verbas ainda não foi possível a sua reconstrução.



**Figura 35:** Esquema de Organização do Museu dos Coches

#### 4.2. Real Picaria – Museu dos Coches



**Figura 36:** Logotipo do Museu dos Coches

Sobre o Museu dos Coches pode-se dizer que passou por três vidas sendo estas referentes às diferentes fases de construção/uso deste edifício: Picadeiro original (construído entre 1726 e 1766), Picaria Real (1786) e Museu dos Coches (1904).

As suas origens ainda hoje não foram bem determinadas, sendo motivo de debate. Sabe-se que em 1726, D. João V adquiriu um Palácio denominado então de Quinta de Baixo, comprando-o ao 3º Conde de Aveiras. O Palácio, construído em 1559 por D. Manuel de Portugal encontrava-se na época á Beira-Tejo, e enquanto algumas fontes afirmam já ter incluído no seu espólio um picadeiro, (arranjar fontes) outras afirmam ter sido criado pelo Arquitecto João Pedro Ludovice, encarregado de fazer as modificações e expansões necessárias ao palácio existente e terrenos adjacentes, tornando-o num palácio de veraneio com cerca ajardinada, que mais tarde seria intitulado de "Casa Real de Campo de Belém".<sup>11</sup> Tal afirmação poderá ter algum fundamento, não fosse D. João V o impulsionador da Coudelaria de Alter, a qual provinha os picadeiros reais com os seus cavalos.

Seja qual for a sua origem, sobre o primitivo picadeiro, pensa-se que fosse construído no estilo barroco daquela época. O seu nome "A Real Picaria" era já conhecido quando a Coudelaria de Alter foi fundada. No entanto, a sua utilização tornar-se-ia mais importante após o Palácio de Belém ter passado a ser a residência oficial da Família Real após o Terramoto de 1755, no qual D. José I e a família só sobreviveram à devastação da Baixa Lisboa por se encontrem a passar o feriado em

---

<sup>11</sup> In "Picadeiro Real de Belém/ Museu Nacional dos Coches"  
Disponível em: <http://www.monumentos.pt/> IPA: PT031106320613 (consultado 10/01/2013)

Belém. O Palácio resistiu ao terramoto apenas com alguns danos nomeadamente nos telhados e cavalariças do Picadeiro Régio, os quais foram encarregues de arranjos supervisionados por Ludovice<sup>12</sup>. Diz-se por esta altura ter-se destacado como “Estribeiro-Mor” D. Pedro de Alcântara e Menezes, 4º Marquês de Marialva, o mais famoso mestre na arte de cavalgar e também de tourear. Tal era a sua perícia que os seus discípulos orgulhosamente diziam cavalgar “à Marialva”, prevalecendo essa designação também ligada ao método de equitação e traje dos cavaleiros tauromáquicos portugueses<sup>13</sup>.

Deste picadeiro primordial sobreviveram várias referências sobre obras relativas ao velho picadeiro que datam desde 1766 até 1786 e dizem respeito a compra de “encerados” e “panos” para as grades do picadeiro, areia vermelha para o recinto, decoração da tribuna real e reparações feitas à mesma e ao passadiço de comunicação do palácio<sup>14</sup>. Juntamente com estas menções, subsistiu também uma planta geral, desenhada a tinta-da-china e aguarelada a cores, da autoria de José Carlos Mardel, que se encontra no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Publicas. O facto de ter sido alterada por Laureano Joaquim de Sousa, por ordem do engenheiro militar Miguel Ângelo Blasco, permite a datação desta planta como antes de 1772, visto esta ter sido a data de morte do engenheiro<sup>15</sup>.

Em 1786, no reinado de D.Maria I, o picadeiro primitivo havia-se tornado obsoleto, pelo que se deu ordem para o demolir<sup>16</sup> e construir um novo edifício de raiz dedicado ao treino de cavalos. Pensa-se que tal decisão tenha sido influenciada pelo infante D.João, futuro rei D.João VI, que ganhara proeminência na Corte desde a morte do seu pai, D. Pedro III, e tinha predilecção na arte equestre como um dos seus passatempos favoritos. Tal parece ser suportado pelas referências à sua pessoa, feitas por Manuel Carlos de Andrade, um dos mais célebres discípulos do Marquês de Marialva, e Mestre de Picaria da época, tendo-lhe sido outorgado o título de *Picador da Picaria Real de Sua Majestade Fidelíssima*.

---

<sup>12</sup> In “*Palácio Nacional de Belém*”

Disponível em: <http://www.monumentos.pt/> IPA: PT031106320075 (consultado 10/01/2013)

<sup>13</sup> **CUNHA, Manuel Peralta Godinho e** *Almanaque do Alentejo – As artes do Toureio*, op. pp 35, 2009, Ano V, N.º5, 2ª Série.

<sup>14</sup> **PORTUGAL, Presidência da República. Museu; GASPAR, Diogo; PAÇO DE ARCOS, Isabel; MENDONÇA, Isabel; BESSONE, Silvana;** *Picadeiro do Palácio de Belém*, Lisboa: Museu da Presidência da República, 2005. 83pp. ISBN: 972-8971-01-X

<sup>15</sup> **PORTUGAL, Presidência da República. Museu; GASPAR, Diogo; PAÇO DE ARCOS, Isabel; MENDONÇA, Isabel; BESSONE, Silvana;** *Picadeiro do Palácio de Belém*, Lisboa: Museu da Presidência da República, 2005. 83pp. ISBN: 972-8971-01-X

<sup>16</sup> In “*Picadeiro Real de Belém/ Museu Nacional dos Coches*”

Disponível em: <http://www.monumentos.pt/> IPA: PT031106320613 (consultado 10/01/2013).



A sua obra *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria*, dedicada ao herdeiro do trono, D.João, documenta bem os ensinamentos de Marialva além de recomendações detalhadas sobre as necessidades de um picadeiro para a efectuação dos exercícios lá ilustrados. Publicada em 1790 e ilustrada com 93 estampas e vinhetas alusivas a arte equestre, na primeira estampa encontra-se representada a planta do picadeiro ideal. Sobre esta pode-se ler:

*“...Para que nelle possam trabalhar ao mesmo tempo três guias, huma na primeira, outra na segunda e na terceira volta outra, e também para que hum Cavallo possa dar huma boa carreira pelo comprimentos do manejo.”<sup>17</sup>*

Recomendava Manuel Carlos de Andrade portanto, que o picadeiro ideal fosse construído nas proporções de um para três, sendo as suas medidas 270 palmos de comprimento por 90 palmos de largo (ou seja 59,4 metros por 19,8, muito próximo das medidas oficiais de um picadeiro de competição). Sendo que o salão do picadeiro de Belém tem actualmente 50 por 17 metros, o projecto para o Picadeiro Real ter seguido esta e outras demais recomendações.

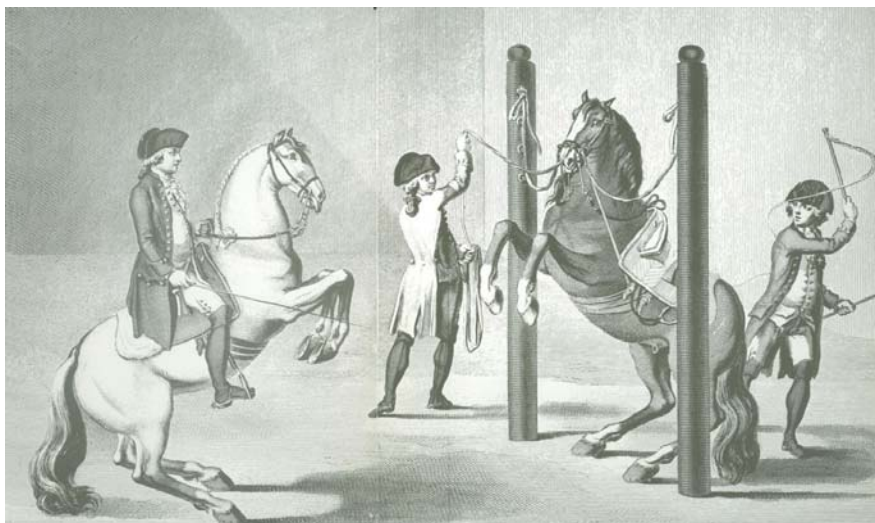
Por volta de Maio de 1787, começava a construção da Picaria Régia, a qual se prolongaria pela primeira década do séc.XIX, sendo a autoria do mesmo atribuído ao arquitecto Giovanni Giacomo Azzolini, com o acompanhamento de Domingos da Silva Raposo. Esta asserção baseia-se nas memórias de Cirilio Volkmar Machado, publicadas em 1828 nas quais afirma que Azzolini<sup>18</sup> fez um desenho para o Picadeiro Régi. De facto, subsistem dois desenhos perspécticos da sua autoria, representativos (e devidamente denominados) do interior do Picadeiro de Belém, os quais se pensam ser os projectos referidos por Cirilo.

Os desenhos, executados a tinta-da-china e sombreados a aguada cinzenta, mostram duas soluções alternativas para o arranjo das tribunas e galerias do Picadeiro. Um deles faz parte do acervo do Museu Nacional de Arte Antiga e representa o lado Norte do Salão, com vãos na teia e uma escadreira directa para a tribuna. O outro da colecção Júlio Castilho, estando neste ultimo inscrito “Palácio do Picadeiro de Belém” e apresentando a tribuna do lado Sul. Em ambos o tecto é liso e rodeado de uma sanca moldurada, abaixo do qual se abrem vãos triangulares para iluminar o picadeiro. Em comparação destes com a disposição actual do museu, nota-

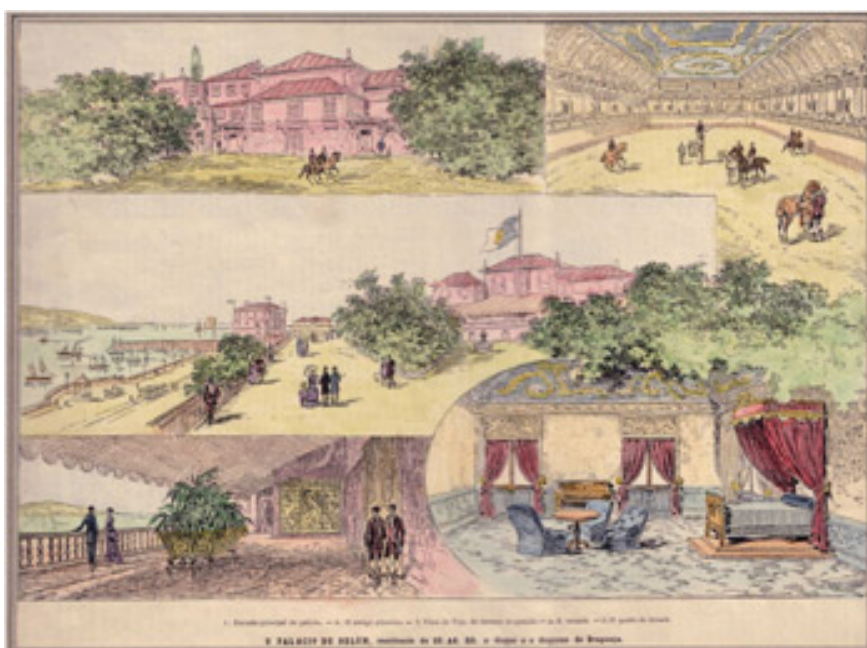
---

<sup>17</sup> **ANDRADE, Manuel Carlos de** *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria*, op. cit, pp. 5 a 8 e estampa I, Lisboa, Regia Officina Typográfica, Biblioteca da Ajuda [BA], 1970.

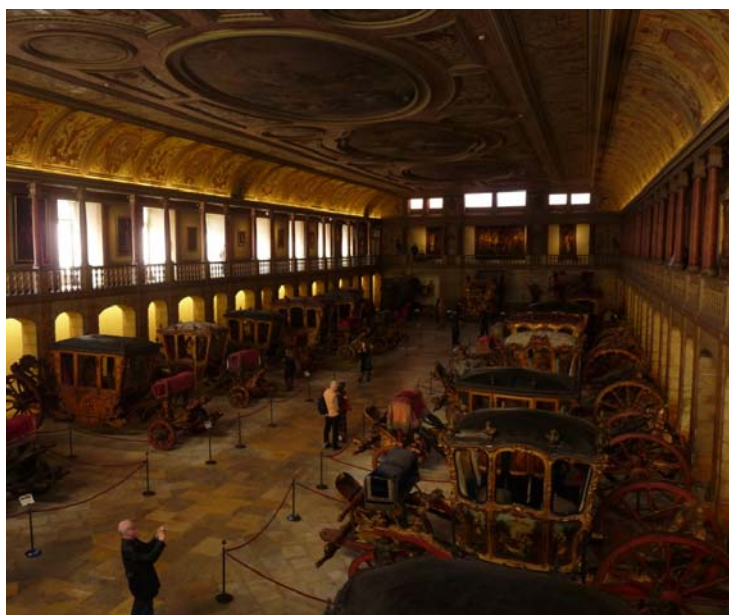
<sup>18</sup> Giovanni Giacomo Azzolini, aluno premiado da Academia Clementina, famosa instituição de ensino artístico bolonhês, trabalhou em Portugal desde 1752, sendo discípulo de João Carlos Bibiena, que havia sido contractado para construir novos teatros régios da corte portuguesa, antes do Terramoto de 1755, juntando-se Azzolini a estes trabalhos.



**Figura 37:** Estampa do Livro “Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria” mostrando o trabalho com pilões



**Figura 38:** Gravura d'A *Ilustração* aquando a inauguração do Palácio de Belém em 1886, mostrado o Picadeiro no canto superior direito



**Figura 39:** Interior do Salão Nobre



se que as maiores alterações foram a substituição das pilastras jónicas adossadas ao entablamento por colunas clássicas destacadas ritmando as galerias<sup>19</sup> e a não abertura de vãos acima das galerias, sendo o espaço, juntamente com o tecto, decorado pictoricamente.

A Real Picaria marcou o início do Neoclassicismo em Portugal, sendo um dos poucos picadeiros que chegou virtualmente intacto até a actualidade. De fachada classicizante e quase simétrica, ostenta uma entrada monumental feita por três portões de arcos abatidos e colunas toscanas sustentam uma ampla sacada corrida no piso superior. Um corpo de dois pisos antecede o salão do Picadeiro, a sul deste. Denominado “palacete” é constituído, no primeiro piso, por salas abertas para as duas fachadas do edifício, viradas para o Rio e para a Calçada da Ajuda, enquanto no piso térreo, um abrangente átrio servia de antecâmara do salão, para onde o público desembarcava de carruagens e coches e os Cavaleiros esperavam a sua vez de entrar no Picadeiro. Uma escadaria de dois lanços liga ambos os pisos e dá acesso directo para o público às galerias e tribunas.

Até aos nossos dias, conseguiram sobreviver três plantas, a primeira presente na Torre do Tombo e as outras duas (ambos os pisos) no AHMOP<sup>20</sup>. Perdurou também uma gravura representante do salão principal, publicada em 20 de Junho de 1886 na revista *A Ilustração*<sup>21</sup>. Nesta pode-se observar uma prova de Corrida ao Estafermo<sup>22</sup> no Picadeiro, tendo como palco de fundo a tribuna do lado norte e duas galerias laterais, providas de balustrada. É também visível que as paredes da arena onde cavalos e cavaleiros se encontram, estão cobertas por uma teia, possivelmente de madeira, aludindo de novo as recomendações de Manuel Carlos de Andrade:

*“...para o Cavallo não experimentar tanta aspereza, quando se chegar a ella, e também para não roçar o Cavalleiro pela parede de pedra e cal, que he muito mais áspera.”*<sup>23</sup>

---

<sup>19</sup> Características associadas à arquitectura bolonhesa, mais uma prova da autoria de Jácome Azzolini.

<sup>20</sup> A planta existente na Torre do Tombo (IAN/TT, Almoarifado de Belem, planta 129) pensa-se ser do primeiro quartel do Séc XIX e as do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP, D129-4 B e D129-5 B) estão datadas de 1920.

<sup>21</sup> *A Ilustração, Revista de Portugal e do Brazil* (Dir. Mariano Pina), 1886, vol III, p 180.

<sup>22</sup> Jogo descrito na *Luz Liberal e Nobre Arte da Cavalaria*, no qual cavaleiros armados de lança de botana tinham de tocar no escudo de uma figura giratória em madeira, o estafermo, e fugir do chicote que estalava quando a figura rodava por sem atingida.

<sup>23</sup> **ANDRADE, Manuel Carlos de** *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria*, op. cit, Lisboa, Regia Officina Typográfica, Biblioteca da Ajuda [BA], 1970

Outra das recomendações que Azzolini incluiu no seu projecto – visível na planta existente na Torre do Tombo, foi a compartimentação das duas tribunas com camarotes para a realza, como sugeria Andrade:

*“Nos lados da tribuna Real devem haver duas tribunas mais ordinárias, huma para os hospedes, e outra para os Fidalgos e Camaristas de Suas Magestades e Altezas.”*<sup>24</sup>

Da tribuna sul do Picadeiro, existia um parapeito alto, que teria entre os doze palmos de altura, pelo lado do terreno, e seis a seis e meio pelo lado da tribuna *“para quem estiver no intervallo do parapeito se encostar a elle, e lograr bem o que se faz no Picadeiro.”*

Examinando as restantes plantas quase se pode dizer que o Picadeiro Ideal descrito por Manuel de Andrade serviu como projecto-base para a Picaria Régia. Note-se como o corredor de circulação da parede poente, acoplado á galeria, auxiliava o acesso ao salão, como corresponde na seguinte passagem:

*“... hum Viajante, ou Personagem que venha assistir, estando Suas Magestades na Tribuna, possa ter a comodidade decente para ver, sem passar por onde estão as Pessoas Reaes”*

Efectivamente, foi a Real Picaria, o palco de crescimento em Lisboa de uma *haute-ecole* Portuguesa, A Escola Portuguêsa de Arte Equestre. (desenvolver)

Com a Revolução Industrial e a invenção do automóvel e consequentes mudanças na vida social e meios de transporte, a equitação rapidamente passou para segundo plano e novamente o Picadeiro caiu em desuso por parte da Família Real, e foi aproveitado para fins administrativos e aposentos de serviçais<sup>25</sup>.

Em 1900, pensa-se que influenciada pela Exposição Universal de Paris, a rainha D. Amélia manifesta a ideia de criar um Museu de Coches, á semelhança da exposição de carros antigos presente nesse evento. O espólio real de antigas carruagens já era vasto, mais de cem, encontrando-se disperso pelas cocheiras do Palácio da Ajuda, do Calvário e da Praia dos Levantados em estado de abandono, tendo mesmo alguns deles já sido vendidos 48 anos antes. Na procura de um local amplo e digno que pudesse expor tal rica herança portuguesa, apenas o antigo

---

<sup>24</sup> **ANDRADE, Manuel Carlos de** *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria*, op. cit, Lisboa, Regia Officina Typográfica, Biblioteca da Ajuda [BA], 1970

<sup>25</sup> **In** *“Picadeiro Real de Belém/ Museu Nacional dos Coches”*  
Disponível em: <http://www.monumentos.pt/> IPA: PT031106320613 (consultado 10/01/2013).

Picadeiro Real, já destituído de função e bastante envelhecido<sup>26</sup> foi considerado como tendo a magnificência necessária para servir como palco de fundo a esta exibição.

Assim, as obras de adaptação do Picadeiro real a Museu foram confiadas ao arquitecto dos palácios reais, Rosendo Carvalheira. Segundo uma entrevista ao jornal *Dia*<sup>27</sup>, em 1903, ano de obras no edifício, Carvalheira declarou as alterações feitas ao Picadeiro, sendo o pavimento rebaixado 1,60 metros e substituído por lajes de pedra, removendo-se a teia de madeira em redor do salão. Abaixo das galerias foram rasgadas arcadas em cantaria, destinadas a expor adereços hípicas, trajes de Criados da Guarda Real e fardas de altos funcionários. As pinturas do tecto foram restauradas por José Malhoa e António da Conceição e Silva, e a cobertura foi substituída, abrindo-se novas clarabóias. Concluíram também as pinturas das galerias, acrescentando-lhes elementos vegetalistas estilo Arte Nova, salientando o timbre singular e irreverente do conjunto pictórico como um todo. Foram acrescentados retratos de figuras directamente ligadas ao Museu, como a família Real, alguns deles executados por José Malhoa, ele também representado.

A obra foi concluída a Fevereiro de 1904, assinalada por uma inscrição no livro aberto aos pés da pintura de Europa pelo servente da obra, Manuel da Velha. A sua inauguração deu-se em 23 de Maio de 1905, passando o museu a exhibir desde então carruagens e acessórios de equitação, provenientes das cocheiras reais da Ajuda, do Calvário, das Necessidades e do Colégio dos Nobres, no Salão Nobre. A antecâmara do Salão serve agora como vestíbulo de entrada onde estão dispostos locais de venda de livros e lembranças do museu, serviços públicos. No primeiro piso, além de espólio ligados à equitação, encontram-se também dispostos retratos régios da Casa de Bragança, trajes de corte e fardamentos de libre vindos desta fundação ou de doações particulares.

Em 1941 foram realizadas obras de ampliação do Museu pelo Arquitecto Raul Lino que criou o Salão Lateral a este do Salão Nobre com o qual comunica, num antigo espaço entre o Museu e o muro da Calçada da Ajuda, prolongando assim a fachada, e aumentando o volume do Museu até ao portão de acesso ao Pátio das Damas. É interessante ver como esta intervenção mais moderna se interligou com a pré-existência, fazendo uso dos vãos do Salão Nobre para uma leitura mais clara entre os dois espaços, e fazendo uso da cor e materialidade para demonstrar a transição para um período de construção diferente do picadeiro original, deixando a estrutura de

---

<sup>26</sup> In “Carta aberta aos promotores da carta dirigida ao Primeiro Ministro, em defesa do projecto do Museu Nacional dos Coches. “  
Disponível em: <http://www.icom-portugal.org/> (consultado 12/01/2013).

<sup>27</sup> In “Afonso XIII em Lisboa”, *O Dia*, 23 de Outubro de 1903 (nº 1114)

asnas á vista e recuando as vigas que as suportam do limite da parede, como que separando o encontro dos dois planos.

Durante anos tentou-se proceder a mais obras de ampliação de museu, sendo inclusive feitos projectos para tal mas estes nunca foram implementados. Face a este revés, foi criada uma dependência do Museu dos Coches no Paço Ducal de Vila Viçosa para onde parte do espólio foi lá trasladado, encontrando-se aberto ao público se bem que num espaço em muito más condições de conservação. Com esta situação desagradável, o governo preferiu antes á construção de um novo Museu dos Coches perto do actual. Projectado pelo arquitecto brasileiro Paulo Archias Mendes da Costa, a sua construção começou em 2010 e findou em Março deste ano. A sua abertura encontra-se prevista para 2014 após o espólio do antigo Museu ser para lá transferido.

Com a transferência do Museu dos Coches para novo edifício, abriu-se a questão acerca da nova função que passaria a desempenhar o antigo picadeiro. As opiniões acerca deste assunto diferem. A maioria defende que se volte a utilizar o espaço para a sua função original da escola equestre, voltando a instaurar nele a Sede da Escola Portuguesa de Arte Equestre, completando o núcleo do museu dos coches com a demonstração do Cavalo Lusitano. No entanto a directora da EPAE, Teresa Abrantes afirma que o edifício se encontra em muito mau estado de conservação, não podendo suportar fisicamente a inserção de um Picadeiro.

Actualmente o Salão Nobre ainda com vários dos seus coches, tem também utilizado o espaço para pequenos espectáculos musicais, e dizem os seus funcionários que continuará a funcionar como dependência do Novo Museu dos Coches, com a sua Biblioteca particular.



**Figura 40:** Salão Lateral do Museu dos Coches, criado por Raul Lino em 1941

**Figura 41:** Estado actual dos pilares no Salão Nobre, com visíveis rachas.



**Figura 42:** Recriação fotográfica de como ficaria um Picadeiro no Antigo Museu dos Coches caso a Escola Portuguesa de Arte Equestre tivesse condições para se instalar

### 4.3. Escola Portuguesa de Arte Equestre



**Figura 43:** Logotipo da Escola Portuguesa de Arte Equestre

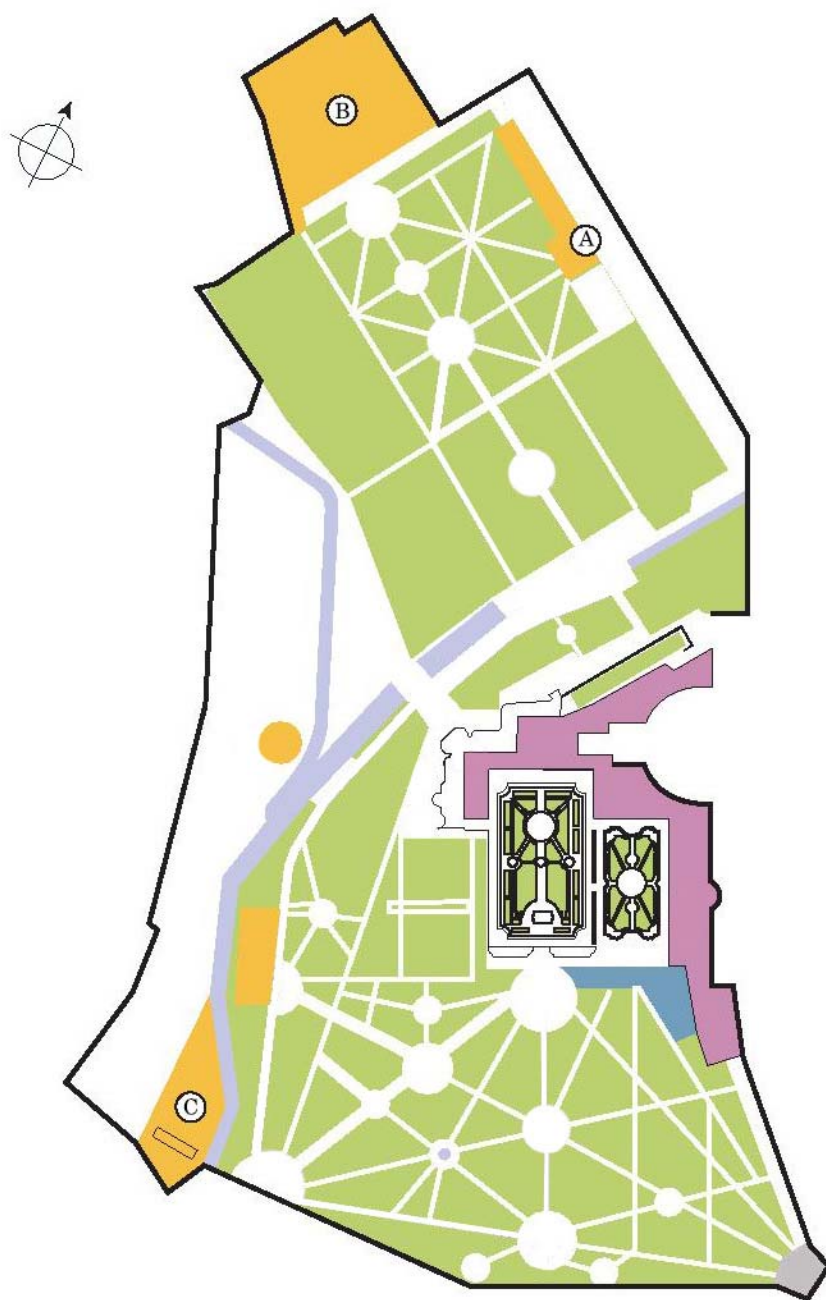
A Escola Portuguesa de Arte Equestre nasceu primeiramente dos desejos do Rei D.João V, *O Magnânimo*, acérrimo amante da arte de cavalgar desde a sua juventude, que assistiu no seu tempo ao surgimento em vários pontos da Europa de *haute ecoles* especializadas na clássica arte de dressage<sup>28</sup> Dessas escolas, a mais antiga, famosa e reconhecida internacionalmente até a actualidade é a Escola Espanhola de Viena (de Áustria)<sup>29</sup> fundada em 1572, muito antes da época de Pluvinel, e cuja marca são os seus cavalos Lipizzan (pronúncia francesa) or Lipizzaner (pronúncia alemã), uma raça criada no século XVI e desenvolvida com os fundos da Casa de Habsburgo.

Admirado pelas qualidades do cavalo Lipizzan (descendentes de cavalos espanhóis – daí o nome, Escola Espanhola), sobretudo após a visita de Viana de Áustria aquando do seu casamento com Maria Ana de Austria, D. João V ambicionou a criar uma prática equestre á semelhança das grandes escolas, mas com o cunho português típico, que lhe era imposto pela já prática de tourear. Assim em 1748 D.João funda a coudelaria de Alter com o propósito de uma criação de raça de cavalos exclusivamente portuguesa, com características que permitissem a dressage.

---

<sup>28</sup> **ANDRADE, Ruy d' ; FERREIRA, Joaquim Tiago** *Elementos para a História da Coudelaria de Alter*, Boletim Pecuário, nº1, Lisboa, 1947

<sup>29</sup> **PODHAJSKY, Alois** *The Complete Training of Horse and Rider*. Doubleday, 1967. 292pp. ISBN 0-948253-51-7



**Figura 44:** Planta esquemática das Instalações da Escola Portuguesa de Arte Equestre

A – Cavalariças da Escola

B – Picadeiros de trabalho da Escola.

C – Picadeiro Novo onde têm lugar os espetáculos da Escola Portuguesa de Arte Equestre

#### 4.4. Coudelaria Real de Alter



Figura 45: Brasão da Coudelaria de Alter

A Escola Portuguesa de Arte Equestre nasceu primeiramente dos desejos do Rei D.João V, *O Magnânimo*, acérrimo amante da arte de cavalgar desde a sua juventude, que assistiu no seu tempo ao surgimento em vários pontos da Europa de *haute ecoles* especializadas na clássica arte de dressage<sup>30</sup>. Dessas escolas, a mais antiga, famosa e reconhecida internacionalmente até a actualidade é a Escola Espanhola de Viena (de Áustria)<sup>31</sup> fundada em 1572, muito antes da época de Pluvinel, e cuja marca são os seus cavalos Lipizzan (pronúncia francesa) or Lipizzaner (pronúncia alemã), uma raça criada no século XVI e desenvolvida com os fundos da Casa de Habsburgo.

Admirado pelas qualidades do cavalo Lipizzan (descendentes de cavalos espanhóis – daí o nome, Escola Espanhola), sobretudo após a visita de Viana de Áustria aquando do seu casamento com Maria Ana de Austria, D. João V ambicionou a criar uma prática equestre á semelhança das grandes escolas, mas com o cunho português típico, que lhe era imposto pela já prática de tourear. Assim em 1748 D.João funda a coudelaria de Alter com o propósito de uma criação de raça de cavalos exclusivamente portuguesa, com características que permitissem a dressage.

A coudelaria de Alter surge num desenrolar de circunstâncias políticas e sociais da época em que D. João V viveu. Vivendo o rescaldo das guerras de restauração

---

<sup>30</sup> **ANDRADE, Ruy d' ; FERREIRA, Joaquim Tiago** *Elementos para a História da Coudelaria de Alter*, Boletim Pecuário, nº1, Lisboa, 1947

<sup>31</sup> **PODHAJSKY, Alois** *The Complete Training of Horse and Rider*. Doubleday, 1967. 292pp. ISBN 0-948253-51-7



numa era relativamente pacífica, Portugal, juntamente com a Europa, passava pelo seu período de grande riqueza, providenciada pelas minas de ouro Brasileiras. Os seus antecessores muito haviam contribuído para a reestruturação do país e das suas defesas. No entanto a qualidade da sua cavalaria era inferior às das outras cortes da Europa como a Espanhola, a Francesa e a Astúrica.

Grande amante da arte de cavalgar como o seu pai foi, D. João V cedo procurou desenvolver a cultura hípica portuguesa. Instaurando a Picaria Real, para o ensino da dressage á fina flor da nobreza portuguesa, provia-a e ás Cavalariças Reais de cavalos andaluzos. Em 1736 publicou a lei “*Novas Instruções sobre o Regimento das Coudelarias*” na qual autoriza o empréstimo de garanhões e potros reais para auxílio na agricultura e na criação, intensificando a qualidade dos cavalos portugueses.

Para complementar estas acções, em 1748 manda transitar a Coudelaria de Portel para a Coutada/Tapada do Arneiro perto de Alter do Chão, propriedades cedidas pela Casa Ducal de Bragança, fundando assim a Coudelaria de Alter. A sua equidade inicial perfazia 498 espécimes, das quais faziam parte as 261 originárias de Portel, 221 éguas vindas de Espanha, 10 de Mafra e 6 de Vila Viçosa. Os poldros que ali nascessem seriam levados com cerca de 3.5 anos de idade para serem treinados naquela que seria os primórdios da vertente portuguesa da *Haute Ecole*, com cavaleiros trajados á moda de Luís XIV.

No entanto D. João V, não sobrevive para ver a sua criação completa. É o seu filho D. José I que irá prosseguir o seu trabalho e criar as instalações coudélicas a partir de 1752, fazendo parte das primeiras construções um palheiro-celeiro que ainda hoje existe, muros que delimitavam e dividiam as propriedades, pátios para receber a equidade, cavalaria dos cavalos de criação e residência dos trabalhadores. A sua consolidação e expansão foi levada a cabo pela Casa Ducal de Bragança até 1770, altura em que passou a esta a cargo da Casa Real Portuguesa. Atingia nessa época o Cavallo Alter-Real o seu apogeu, sendo já uma raça própria com nenhum cavalo exterior á coudelaria. Tal auge ficou demonstrado na estátua equestre de D. José I, esculpida em 1775 por Machado de Castro, que teve por modelo um cavalo Alter-Real chamado Gentil.



**Figura 46:** Mapa das instalações da Coudelaria de Alter

- 1 – Busto do fundador, D. João IV
- 2 – Casa do Atlas
- 3 – Estábulos
- 4 – Laboratório Genético Molecular
- 5 – Clube Equestre
- 6 – Escola de Equitação
- 7 – Boxes
- 8 – Falcoaria
- 9 – Pátio de garanhões para troca
- 10 – Pátio da Eguada
- 11 – Casa dos Cavaleiros
- 12 – Galeria de Exposições

- A – Escola de Equitação Exterior
- B – Estábulos pertencentes á escola
- C – Escola Profiissional de agricultura (criação de cavalos e espécies cinegéticas)
- D – Escola de Ferração
- E – Paddock para potros
- F – Velha Pista de Equitação
- G – Arena
- H – Bancadas
- K - Sanitários

O século XIX marcou o início do declínio da Coudelaria de Alter. Com as invasões francesas, não só viu a coudelaria as suas instalações vandalizadas e as suas pastagens reduzidas, como também perdeu os melhores cavalos para o exército do país. É igualmente afectada a integridade da raça Alter-Real, pelos actos do Marechal inglês William Beresford, que ao comando o Exército Português desrespeitou as instruções do Príncipe Regente D. João (fugido para o Brasil desde 1808) e introduziu cavalos ingleses e árabes na manada. Não seria até depois do regresso da Família Real a Portugal e, 1821 que se voltariam a alcançar padrões semelhantes aos propostos para o Cavalo de Alter, através de várias vendas dos animais de outra estirpe. No entanto a situação financeira do país tornara-se já instável e a coudelaria passou por períodos conturbados com reduções de efectivos e administrações curtas e sucessivas. Nessa altura perdia já a Picaria Real o seu brilho e afastando-se assim a lógica coudelaria-picadeiro que fundamentara Alter-Real.

A partir de 1842, uma serie de más gestões e determinações põem a Coudelaria em risco. Com a equitação a perder adeptos e a crescente industrialização da Europa procurou-se outros usos viáveis para os cavalos de Alter, sendo a sua utilização como cavalos de tiro e cavalos de corrida as propostas feitas. Tal levou claro, a um segundo prejuízo da pureza da raça com a introdução de cavalos de sangue inglês, francês e alemão, de maior porte e mais tarde de reprodutores árabes, culminado estas experiencias em absoluto fracasso maioritariamente pela inadequação dos animais às condições ambientais e de manejo. Outros acontecimentos como crises financeiras e revoltas nacionais contribuíram para o declínio da Coudelaria. De novo foi necessário um regresso às origens com a utilização dos restantes cavalos alter reprodutores e introdução de cavalos vindos da Espanha na manada para que esta conseguisse persistir, tal como afirmou Ruy d'Andrade:

*“O retorno aos padreadores de Alter (1876), embora impuros etnicamente, e a importância de garanhões andaluzes (1879) e de éguas sapatas (1887) salvaram a manada, dando-lhe a estrutura e robustez perdidas com a introdução do árabe”*

Com a proclamação da Republica, a Coudelaria de Alter estava entre os bens da Coroa que foram confiscados pelo Estado, que decidiu entrega-la á direcção do Exército Português. Este decidiu focar-se na produção de cavalos de desporto, mas ao longo do tempo verificou-se que ia contra os ideais do Cavalo Alter-Real, focando-se nos cruzamentos destes com os cavalos árabes ainda existentes na manada, afastando-se da estratégia base de manter ambas as raças sem interferências. Pese este terceiro revés contra a autenticidade do cavalo Alter-Real, foi neste período que a Coudelaria, agora conhecida como Coudelaria Militar, foi alvo de grandes ampliações



e novas construções do seu núcleo arquitectónico, com novas instalações de acomodação dos animais (boxes, estábulos e cavalariças), Picadeiro, pista de corrida, enfermaria e instalações administrativas.

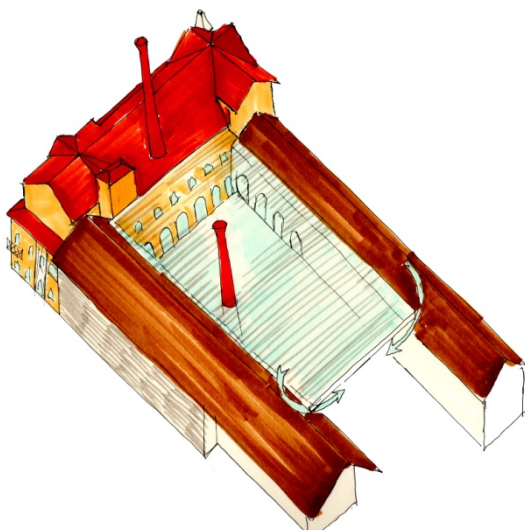
Em 1941, a Coudelaria deixa de estar ao serviço do Exército que se empenhará agora na mecanização das suas forças, e no ano seguinte a Coudelaria de Alter é incluída no Ministério da Agricultura sob a jurisdição da Direcção Geral dos Serviços Pecuários. Graças aos esforços de Ruy d'Andrade, que havia comprado os dois últimos ganhões puros Alter-Real que foram vendidos na Coudelaria, esta recomeçou uma longa etapa de recuperação da pureza da raça e das suas instituições, sob um forte programa de salvaguarda e valorização, directrizes que fomentaram o programa de Desenvolvimento Integrado da Coudelaria de Alter em 1996 pelo Ministro da Agricultura, Eng. Fernando Gomes da Silva. É também a Ruy d'Andrade que se deve a autoria de uma das obras mais importantes da história equina portuguesa sobre a Coudelaria de Alter.

Actualmente grande parte das construções da Coudelaria foram projectadas pelo Arquitecto Arsénio Cordeiro e seus associados.



**Figura 47:** Cavalariças de Alter

## 5. PROPOSTA – CENTRO EQUESTRE CALIPOLENSE (CECAL)



**Figura 48:** Desenho isométrico do conjunto

Apesar da sua história atribulada de desmantelamento, transformação e deterioração devido ao abandono, a fábrica de São Paulo conseguiu felizmente conservar grande parte da sua estrutura até à actualidade. A sua herança enquanto convento encontra-se suficientemente marcada nas suas fachadas. No entanto, á semelhança de Vila Viçosa, também a direcção predominante do edifício se modificou. Ou seja, devido aos relacionamentos que neste momento estabelece com o seu contexto local, nomeadamente com o Largo D. João IV, a sua fachada principal deixou de ser a Sudoeste, pela qual se entrava para o nártex e passou a ser a Noroeste, a qual tem predominância sobre o largo. Contribuindo para isso também o facto do alpendre para o nártex se abrir deste lado, tomou-se como opção, assumir esta circunstância e criar uma nova entrada principal no edifício, diretamente pelo largo, na secção correspondente ao antigo transepto. Seguindo a lógica dos vãos duplos existentes nessa secção da fachada, rasgaram-se novos vãos altos, prolongando-se até ao segundo piso, que, tendo uma parte de pé direito, receberia mais luz naquele espaço outrora escuro.

A organização do espaço de centro equestre assenta em uma série de factores condicionantes que desde logo impuseram algumas limitações. Um cavalo, se bem que seja completamente capaz de subir e descer escadas, não o fará sem alguma dificuldade e mesmo perigo de escorregar no piso e magoar-se ou ao seu cavaleiro. A sua vivência, mesmo para motivos de saúde, será predominantemente horizontal. Já o

homem utiliza diariamente espaços na vertical. Como tal procurou-se rentabilizar o espaço existente no conjunto, gerindo a construção em altura para funções relacionadas com o público e a construção térrea como áreas destinadas á utilização do cavalo. O corpo principal da fábrica foi então destinado a serviços administrativos e de lazer, como a restauração ao passo que o antigo claustro e os seus braços Sudeste e Nordeste, pela redução do número de condicionantes estruturais, seriam dedicados á equitação ou alojamentos dos animais. O antigo transepto, agora tornado o novo hall de entrada seria o espaço distribuidor das funções relacionadas directamente com o público, uma vez que o centro hípico organizará também eventos. Agindo como foyer, ele é a ligação entre o antigo volume da fábrica com o claustro e por sua vez com os novos volumes que constituem os braços.

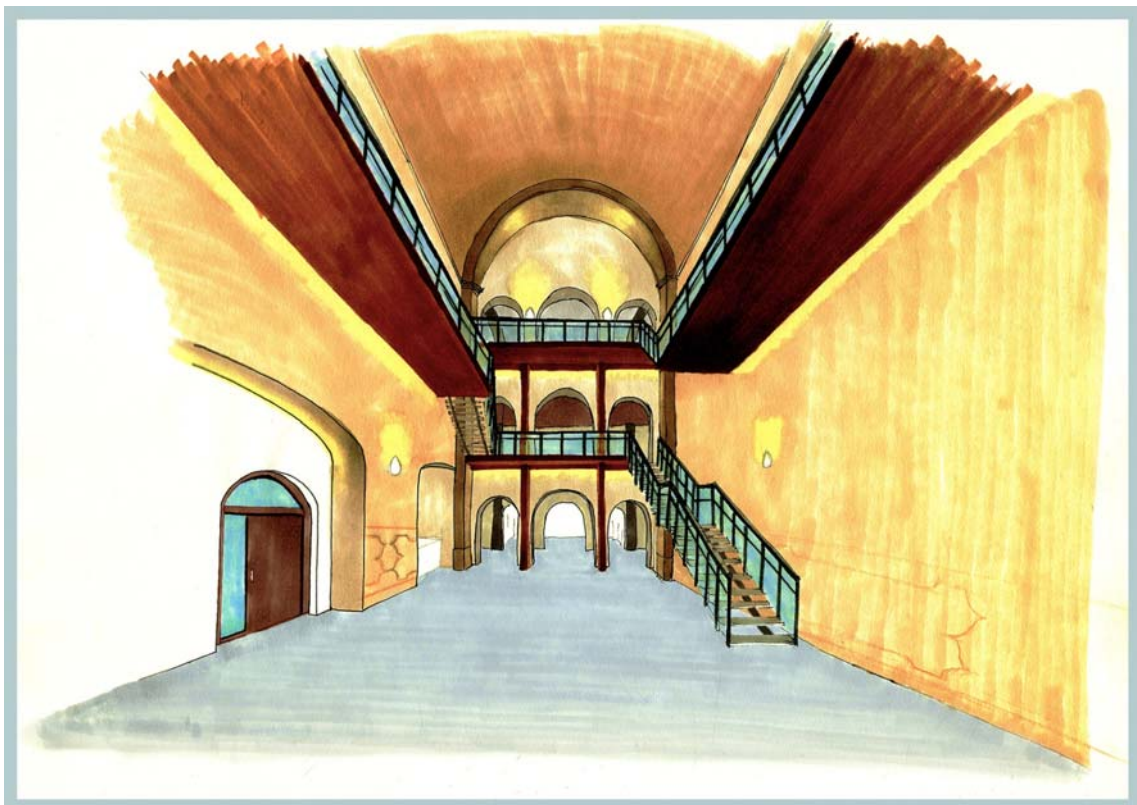
Uma das alterações interessante que a função de fábrica veio introduzir no antigo convento foi o fechamento dos arcos trunfais do cruzeiro com a nave e o altar-mor. Embora tenha cortado toda a relação visual que existia entre nave e altar-mor, modificando completamente a percepção do espaço, fê-lo de uma forma curiosa abrindo 3 arcos no seu entaipamento em cada novo piso no transepto permitindo alguma permeabilidade da luz e contribuindo de forma recreativa para transformação visual do altar-mor. Este espaço fechado de triplo pé direito, pela sua monumentalidade depressa ganha uma posição de destaque na organização do espaço. A sua relação com o transepto e as aberturas na parede que os separam levaram á necessidade de traçar um novo sistema de acessos verticais, que servisse as diferentes cotas, utilizando uma estrutura metálica autoportante e pouco invasiva e vidro opaco transparente para minimizar o impacto visual.

A zona do antigo deambulatório irá dividir-se em área de receção e administrativa e área de comércio relacionada com equipamento de equitação e outros produtos de temática análoga.

A zona da nave irá albergar um restaurante público que será acessível não só pelo foyer e quem usufruir dos eventos mas terá também uma entrada independente feita pelo alpendre do antigo nártex. Numa das antigas capelas, onde foi construída uma das chaminés da fábrica irá instalar-se um conjunto de elevadores, cujo o poço servirá como entrada de luz para o restaurante, podendo apreciar-se a construção da chaminé em quase toda a sua altura.



**Figura 49:** Modelo Tridimensional da Fachada Principal



**Figura 50:** Hall de distribuição





**Figura 51:** Hall principal



**Figura 52:** Espace des Blancs-Manteaux em Paris

**Figura 53:** Planta com as funções do Piso 0



- 0.1 - Entrada Principal e Foyer
- 0.2 - Entrada Secundária e Hall de distribuição
- 0.3 - Recepção e Secretaria
- 0.4 - Loja de Cavalaria
- 0.5 - Acessos Verticais (Elevadores/Escadas)
- 0.6 - Restaurante "O Valete"
- 0.7 - Instalações Sanitárias
- 0.8 - Galeria de Distribuição (Acessos Horizontais)
- 0.9 - Picadeiro Principal
- 0.10 - Picadeiro de Equoterapia
- 0.11 - Sala de Espera/Jogos /Actividades Fisioterapeutas
- 0.12 - Boxes
- 0.13 - Sala de Arreios
- 0.14 - Arena Circular - Redondel
- 0.15 - Armazem de Feno/Forragem e Palha (Camas dos Cavalos)
- 0.16 - Posto de Saude /Quarentena

No centro do claustro propôs-se a implementação do picadeiro principal de 20 metros por 40 metros, escavado no solo para que as bancadas não necessitem de subir muito em altura e para facilidade de acesso a pessoas com problemas motores. O espaço do claustro possui uma grande amplitude, com a possibilidade de ter espectadores nos pisos superiores a assistir aos eventos no picadeiro, evocando a teatralidade das tribunas. Estatisticamente não compensaria existir um picadeiro descoberto num centro hípico de dimensões restritas, de modo que, para melhor viabilizar a utilização do picadeiro, aplicou-se uma cobertura ao claustro, em estrutura metálica auto-portante e vidro.

Restaurando o aspecto original das arcadas abertas do claustro, tomou-se a opção de continuar a parte do claustro que já não existe e encerra-lo a volta da arena principal. Esta recriação de novas arcadas será com materialidades diferentes, como estrutura metálica e madeira, porém mantendo a mesma métrica e volumetria que as arcadas originais. Para que o utilizador possa distinguir o que existe e foi restaurado do que foi reconstruído. No braço Nordeste, que ainda apresenta dois tramos originais do claustro, optou-se por criar novos tramos para um corredor de serviço. Tal como as arcadas correspondentes, também os novos tramos seriam diferentes, usando vigas de metal para recriar as arestas das abobadas cruzadas, como se vê no Espace des Blancs-Manteaux em Paris, e cobrindo-as com painéis de madeira.

Aos braços laterais do claustro acostam-se novas estruturas que se prolongam desde os limites laterais da fábrica. Continuando a temática já existente no conjunto da fábrica, procurou-se uma harmonia entre o antigo e o novo, inserindo uma forma de um celeiro (desconstruindo algumas partes do seu volume) em ambas as laterais do claustro que funciona como elemento estruturante do complexo. Evocando a memória de uma arquitectura mais rural, o volume do celeiro pretende-se assumir como um edifício novo, tendo uma estrutura metálica independente, lateralmente às arcadas existentes.

O braço Nordeste inclui as cavalariças do Centro Hípico, num conjunto de 24 boxes. Nove dessas boxes encontram-se entre as arcadas do braço, à semelhança das cavalariças de Alter do Chão. As boxes têm a possibilidade de abrir para o lado do Picadeiro. As boxes que estão adossadas ao Alçado Nordeste, têm a possibilidade de também abrir para a rua privada. A meio e num dos extremos das cavalariças encontram-se salas de arreios para servir os cavaleiros que necessitem de aparelhar um cavalo. Este volume estende-se pelo alçado Nordeste até chegar à antiga Saboaria do conjunto fabril. O espaço foi dividido de modo a acomodar uma zona de armazenamento de palha e feno, uma zona de ferragem, e uma zona de banhos.

Também está incluído um espaço veterinário com saída para a rua e possibilidade de isolar animais.

No braço Sudoeste procedeu-se á demolição de paredes para alargar o espaço até ao limite do muro, com vista a instalar aí um picadeiro próprio para Equoterapia. Este espaço está directamente ligado ao foyer á mesma cota para melhor acessibilidade a pessoas com problemas motores. O picadeiro de 15 metros por 30 metros está equipado com plataformas elevatórias para auxiliar os terapeutas a montar o paciente no cavalo. Na continuação deste corpo encontra-se um núcleo de apoio ao picadeiro de equoterapia que inclui um a zona de apoio ao picadeiro onde se pode arrumar os materiais necessários ás práticas da equoterapia, zonas sanitárias devidamente equipadas para pessoas com dificuldades motoras, salas para actividades fisioterapêuticas, e cavalariças exclusivas para este picadeiro.

A restante área térrea do centro hípico dispõe ainda de um redondel para aquecimento dos cavalos á guia, uma estrumeira para deposito de desperdícios e dejectos dos animais e espaço de estacionamento para roulottes de cavalos.

O segundo piso do conjunto abrange apenas parte do antigo deambulatório e o núcleo de apoio á equoterapia, sendo em ambas as partes destinado a funções administrativas, gabinetes e salas de reunião. É de salientar a existência de uma tribuna com vista para o picadeiro de equoterapia.

O último piso do conjunto localiza-se maioritariamente no corpo principal da fábrica e inclui zonas de tribuna e convívio nos braços do claustro, um refeitório para os funcionários localizado no topo da antiga nave, uma cozinha onde antes se localizava o coro alto e na antiga saboaria, vestiários e balneários dos funcionários.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A forma segue a função”*

Loius Soullivan

Um princípio tão simples como aquele que influenciou a escola Bauhaus é muitas vezes esquecido em prol dos ideais do arquiteto. Não se deve tomar como dado adquirido nem descartá-lo por desprezo do óbvio. Várias vezes esta verdade apareceu como dedução de vários exemplos e situações em que a arquitectura não estava adaptada a função e necessidades do cavalo mas sim única e exclusivamente á do homem, criando obstáculos ás disciplinas que se praticavam nesses locais. Não se trata apenas de considerar o cavalo como utente do espaço, é necessário ter em conta o total comportamento do animal, seja sozinho ou em conjunto com um cavaleiro e ponderar que uma determinada opção arquitetónica pode mesmo ter influência na segurança e na saúde do mesmo e por acréscimo nos indivíduos que trabalham diariamente com cavalos. O estudo destas imposições alerta para uma tomada de consciência que deve ser feita em relação a este género específico de arquitectura e que se revela fundamental para a viabilização deste tipo de projecto.

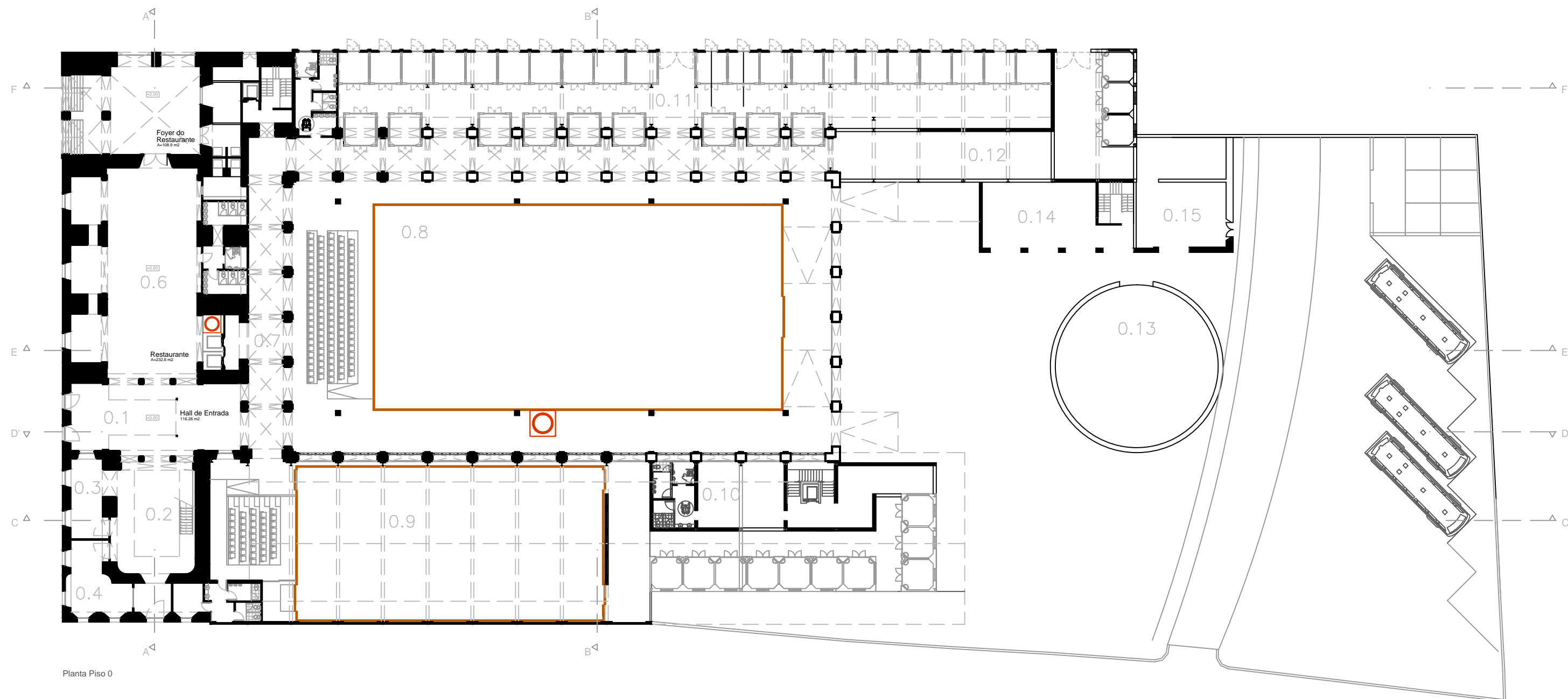
O mesmo tipo de pensamento análogo foi feito para a problemática de que função dar a este edifício e relaciona-lo com o contexto que o rodeia, modificando o seu estado de abandono para um de uso que interaja eficientemente com a malha urbana. O centro hípico e a possibilidade da sua extrapolação para o largo, tornando-o um polo de actividade dentro da vila seria um passo importante para a revitalização necessária á realidade urbana desajustada de Vila Viçosa.

## 7. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. Lopes de  
“**Obras dos príncipes de Avis**” Porto : Lello & Irmão, 1981
- AMOS-JACOB, Kathy  
“**Dressage : técnica e aprendizagem**”; Lisboa : Dinalivro, 2003
- ANTHONY, David W.  
“Bridling Horse Power: The Domestication of the Horse.” *Horses Through Time*. Boulder: Roberts Rinehart Publishers, 1996
- BONGIANNI, Maurizio  
“**Guia das raças de cavalos**”; Lisboa : Editorial Presença, 1995
- CHARVIN, Claude  
“**La randonnée équestre : manuel de la Fédération des Randonneurs Équestres de France**”; Verviers : Marabout, 1973
- CLUNY, Madalena da Silva Oliveira e Lima  
“**Intervenção urbana : gesto e sistema : revitalização urbana da Ajuda e envolvente do palácio Nacional : o centro hípico da Ajuda.**”; Lisboa : FA, 2010
- CLUTON-BROCK, Juliet  
“**A Natural History of Domesticated Mammals**”; Cambridge : Cambridge University Press , 1999
- CORDEIRO, Jayme Frederico  
“**Diccionario de equitação**”; Lisboa : Adolpho Modesto & Ca, 1885
- EDWARDS, Elwyn Hartley  
“Encyclopedia of the Horse”; New York : Dorling Kindersley , 1994
- EDWARDS, Elwyn Hartley  
“**The ultimate horse: book**”; New York : Dorling Kindersley , 1991
- FITZPATRICK, Andrea  
“**Raças de Cavalos**”; Lisma, 2006
- FONSECA, Henrique Salles da  
“Hipismo em Lisboa” - Memórias da Sociedade Hípica Portuguesa, 1910 – 2005”
- GILLET, Émilie  
“Le Petit Larousse du Cheval et du Poney”; Paris : Larousse, 2010
- GODINHO, Margarida Cintra  
“**Sociedade hípica paulista : 75 anos**”; São Paulo : Marca d'Água, 1987
- JALLES, João Maria  
“**Equitação**”; Lisboa : David Corazzi, 1885

- MATHUAS, Jorge Ferreira  
“**Portugal e os seus cavalos**”; Lisboa : Edições António Ramos, 1980
- MELLO, João de  
“**O cavallo : seu ensino**”; Paris : Aillaud, 1904
- RODRÍGUEZ, Juan  
“Francisco Mangado **Ultzama**”; **Espanha**: Labirinto de Paixóns





0.1 – Entrada Principal e Foyer

0.2 – Entrada Secundária e Hall de distribuição

0.3 – Recepção e Secretaria

0.4 – Loja de Cavalaria

0.5 – Acessos Verticais  
(elevadores/escadas)

0.6 – Restaurante "O Valete"

0.7 – Galeria de Distribuição

0.8 – Picadeiro Principal

0.9 – Picadeira de Equoterapia

0.10 – Sala de Espera/Jogos/  
Actividades Fisioterapeuticas

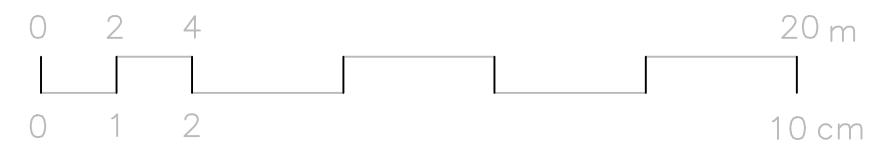
0.11 – Boxes

0.12 – Sala de Arreios

0.13 – Arena Circular – Redondel

0.14 – Armazém de Feno/Forragem  
e Palha (camas)

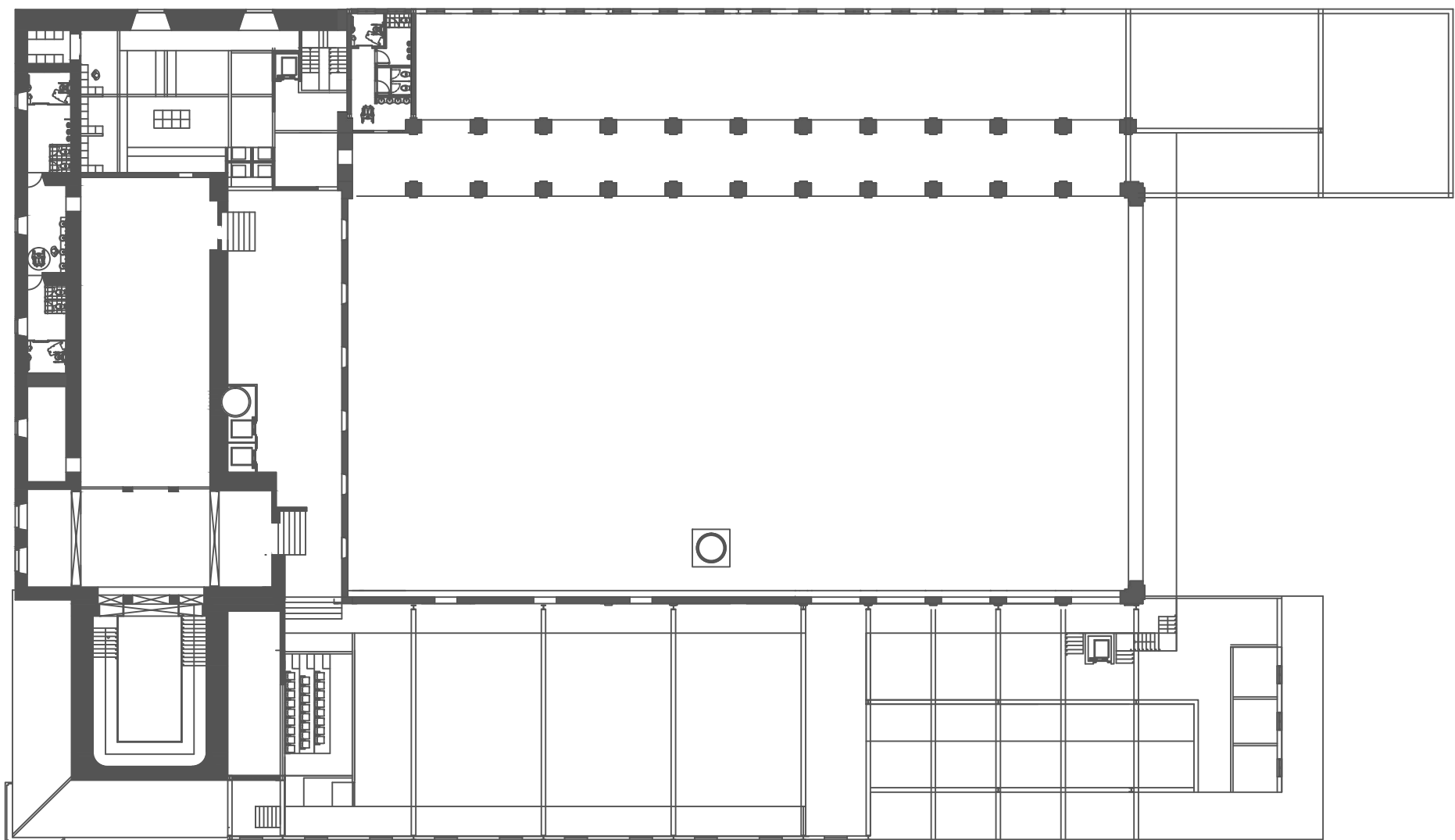
0.15 – Posto de Saúde/Quarentena



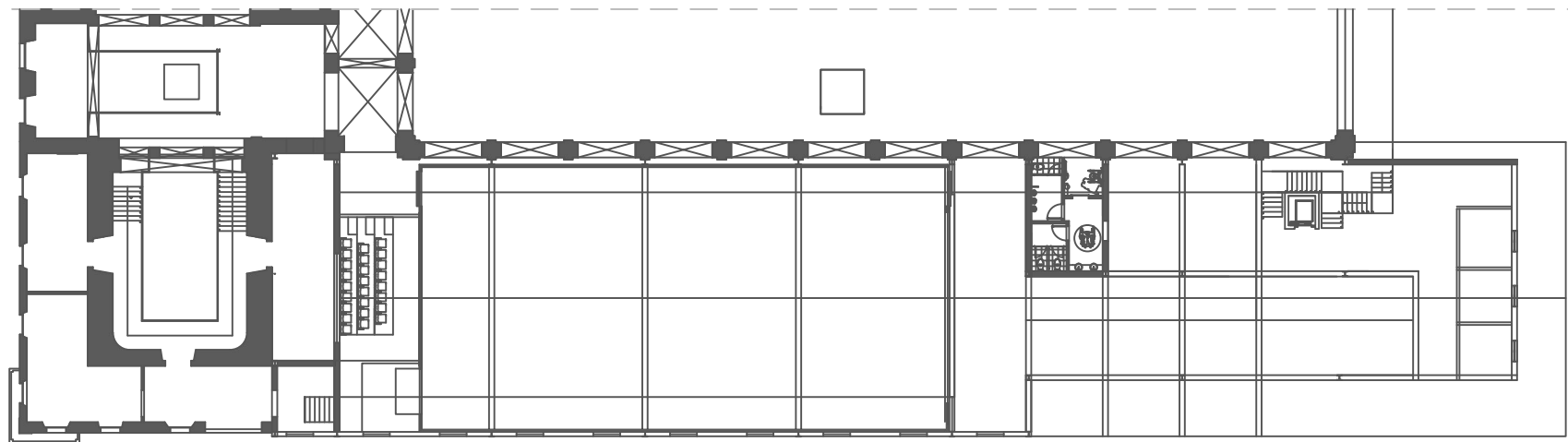
5378

Sandra Castanheira

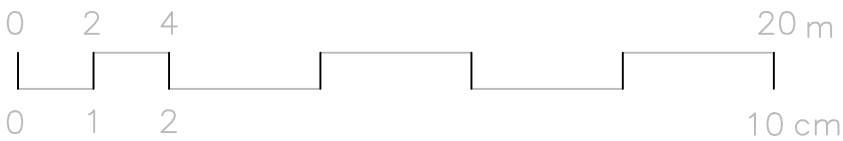
**ARQUITECTURA EQUESTRE:**  
Influência da Arquitectura na Prática da Equitação e Equoterapia



Planta Piso 2



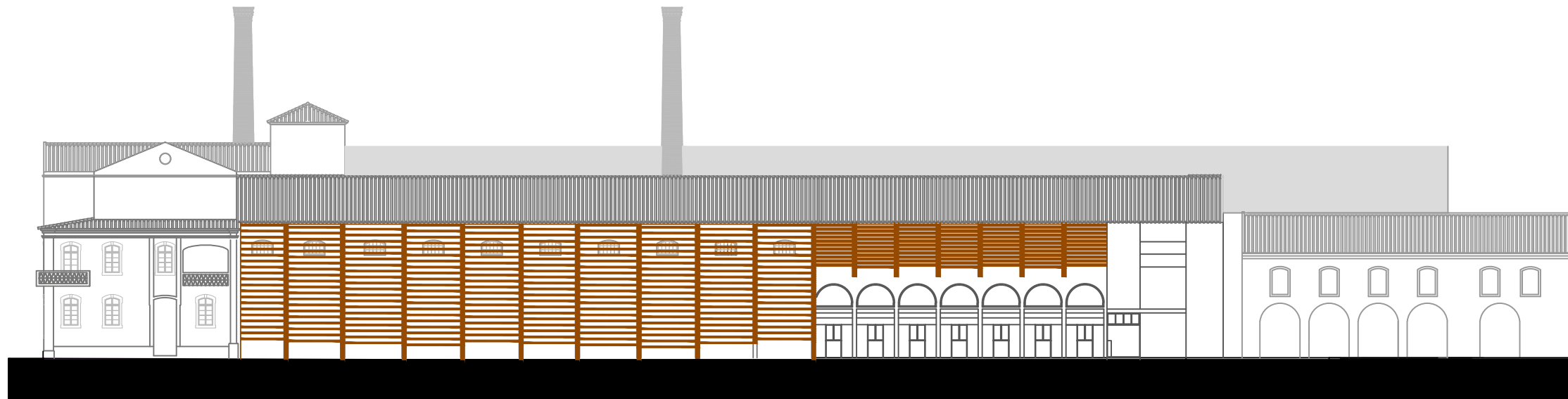
Planta Piso 1



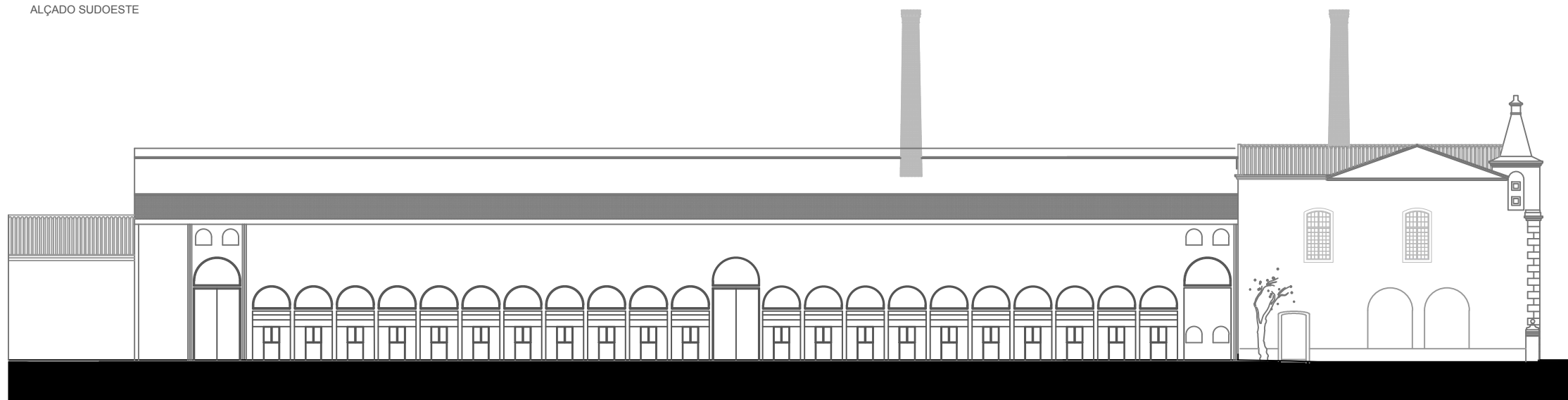
5378

Sandra Castanheira

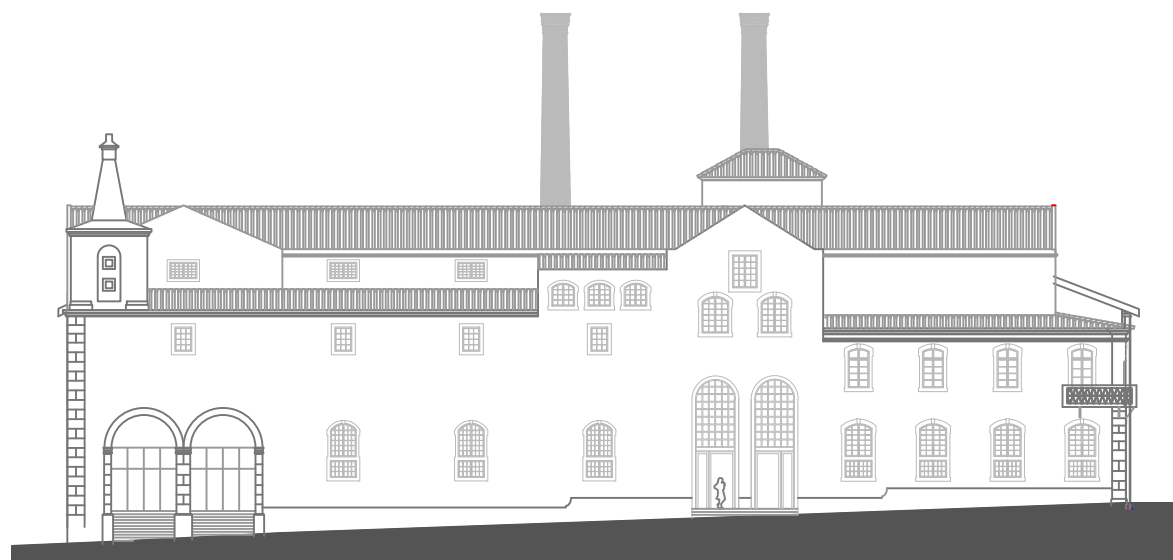
**ARQUITECTURA EQUESTRE:**  
Influência da Arquitectura na Prática da Equitação e Equoterapia



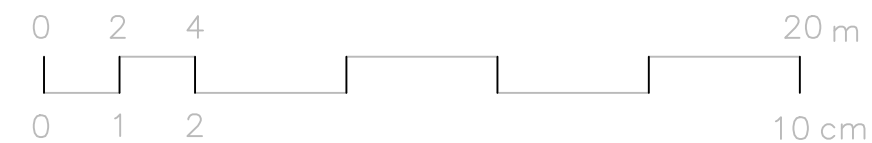
ALÇADO SUDOESTE



ALÇADO NORDESTE



ALÇADO NOROESTE



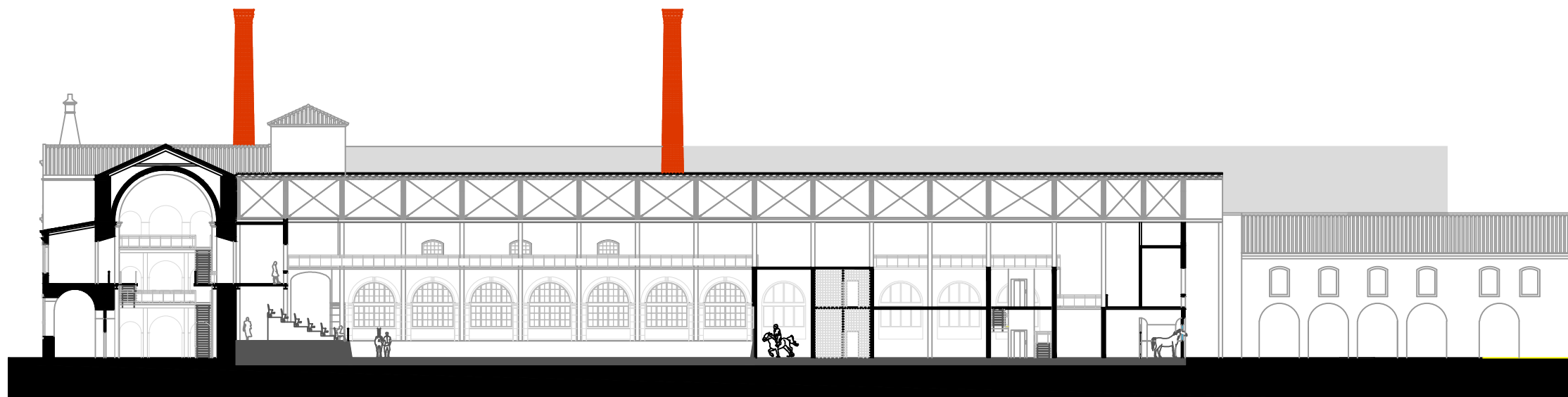
5378

Sandra Castanheira

**ARQUITECTURA EQUESTRE:**  
Influência da Arquitectura na Prática da Equitação e Equoterapia

03

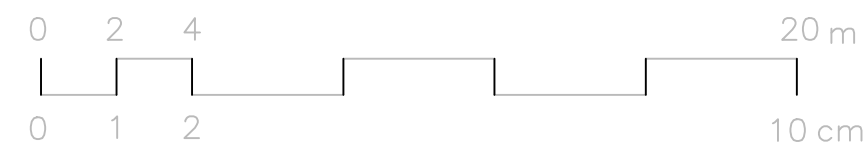
esc: 1/200



CORTE CC'



CORTE AA'

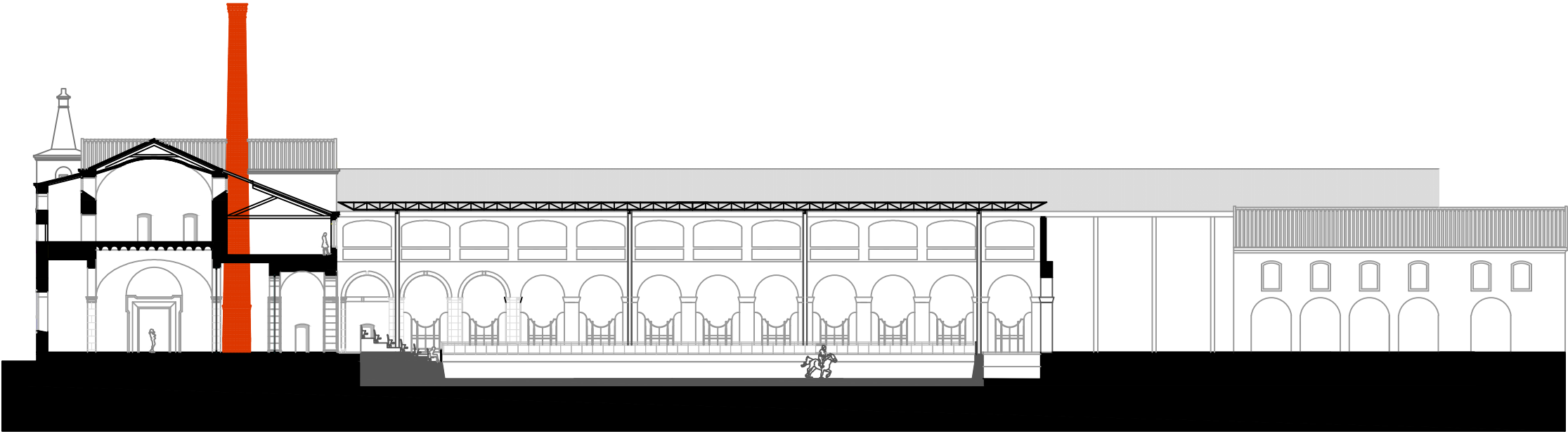


5378

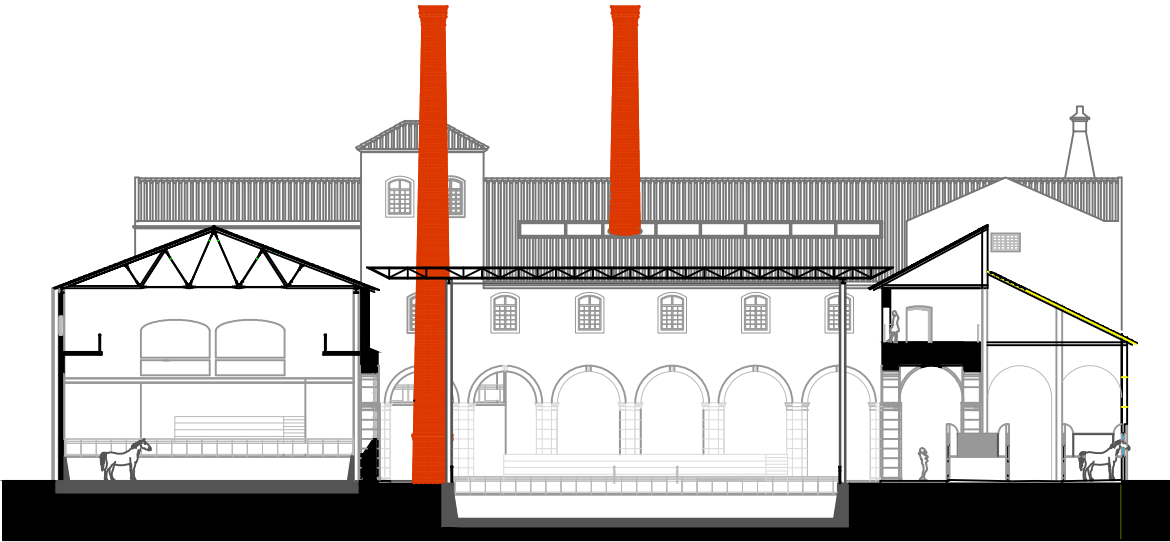
Sandra Castanheira

# ARQUITECTURA EQUESTRE:

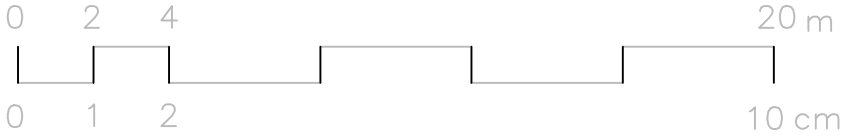
Influência da Arquitectura na Prática da Equitação e Equoterapia



CORTE EE'



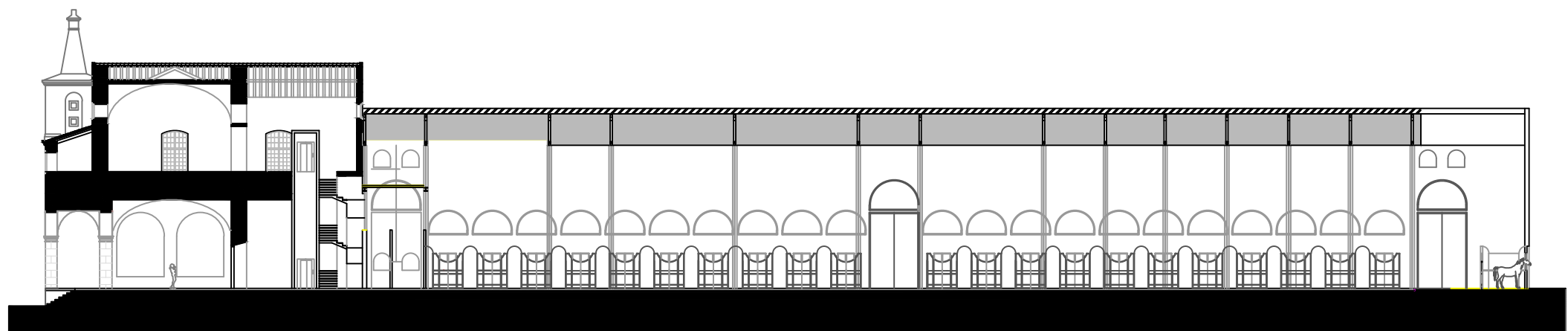
CORTE BB'



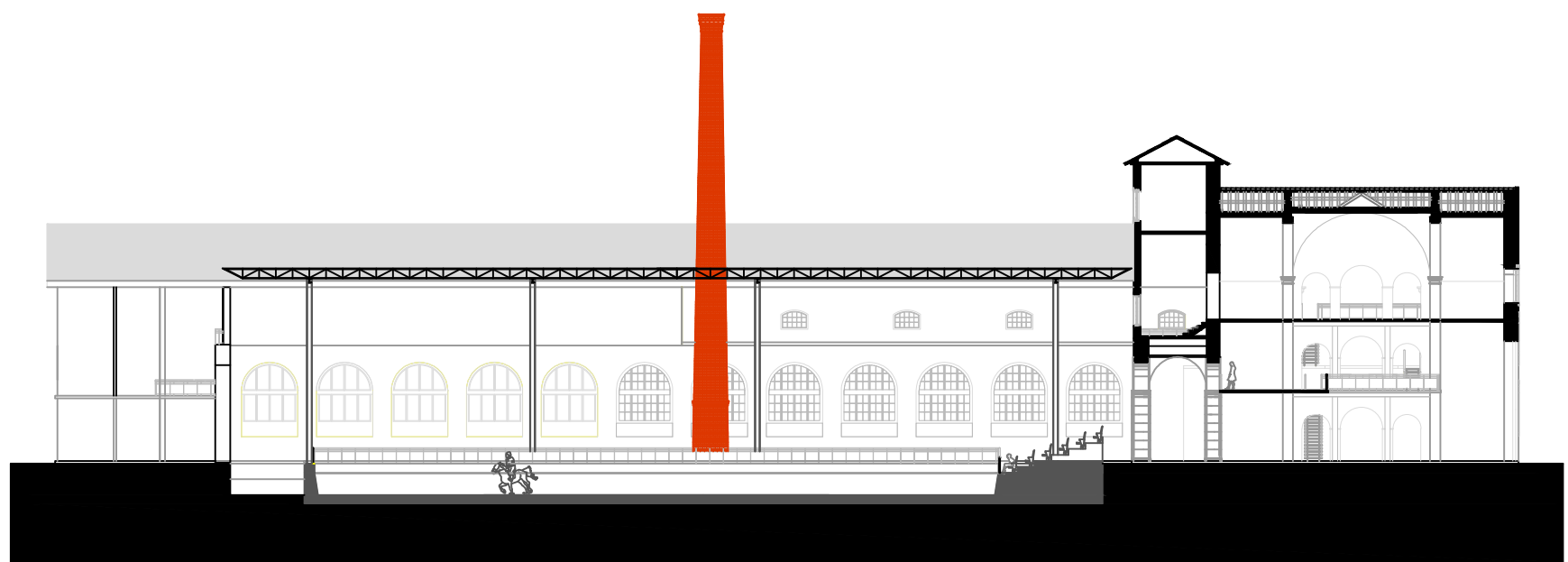
5378

Sandra Castanheira

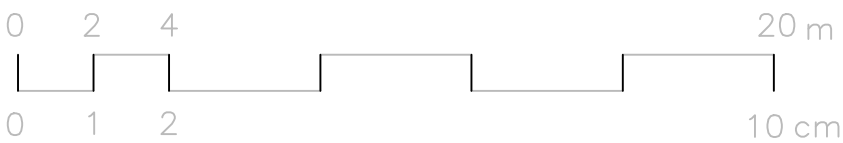
**ARQUITECTURA EQUESTRE:**  
Influência da Arquitectura na Prática da Equitação e Equoterapia



CORTE FF'



CORTE DD'

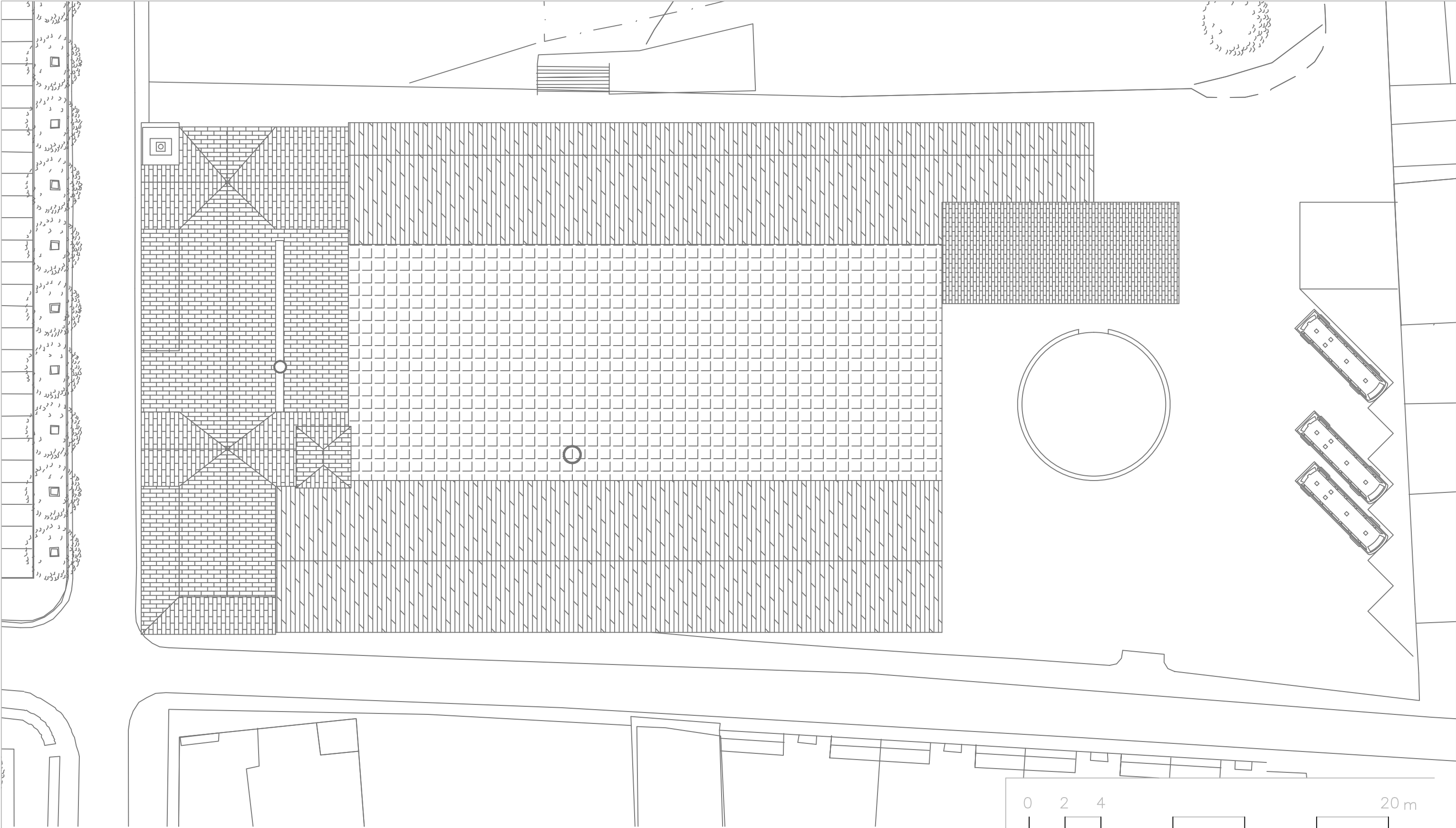


5378

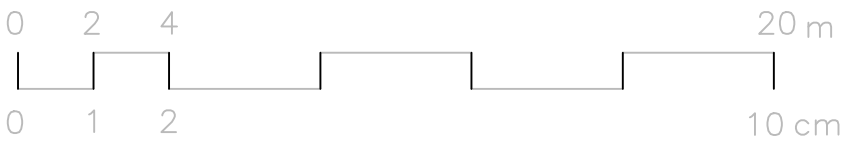
Sandra Castanheira

# ARQUITECTURA EQUESTRE:

Influência da Arquitectura na Prática da Equitação e Equoterapia



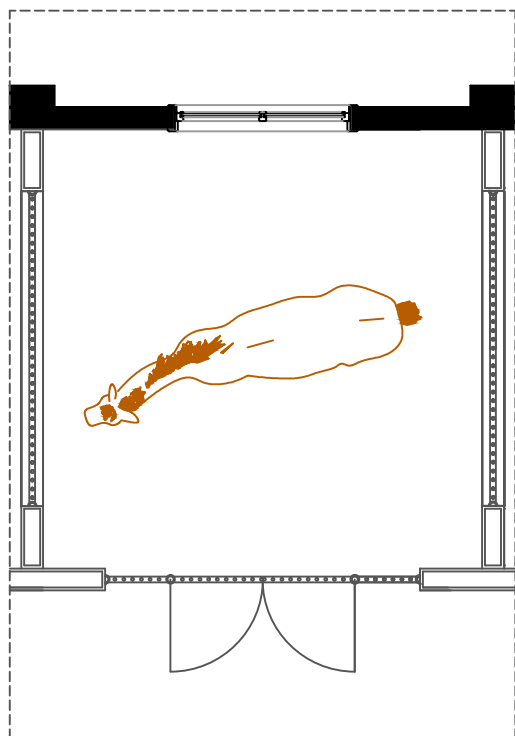
PLANTA COBERTURA



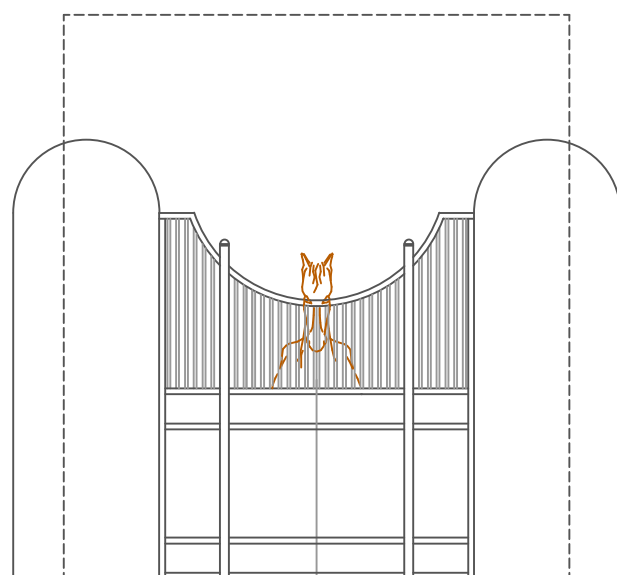
5378 Sandra Castanheira

**ARQUITECTURA EQUESTRE:**  
Influência da Arquitectura na Prática da Equitação e Equoterapia



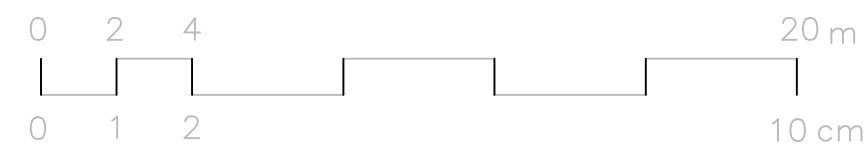
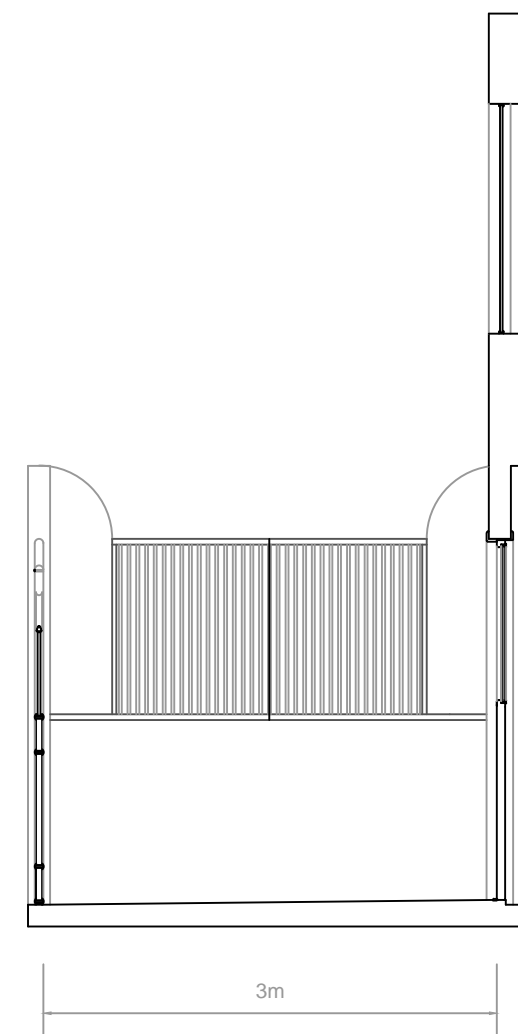
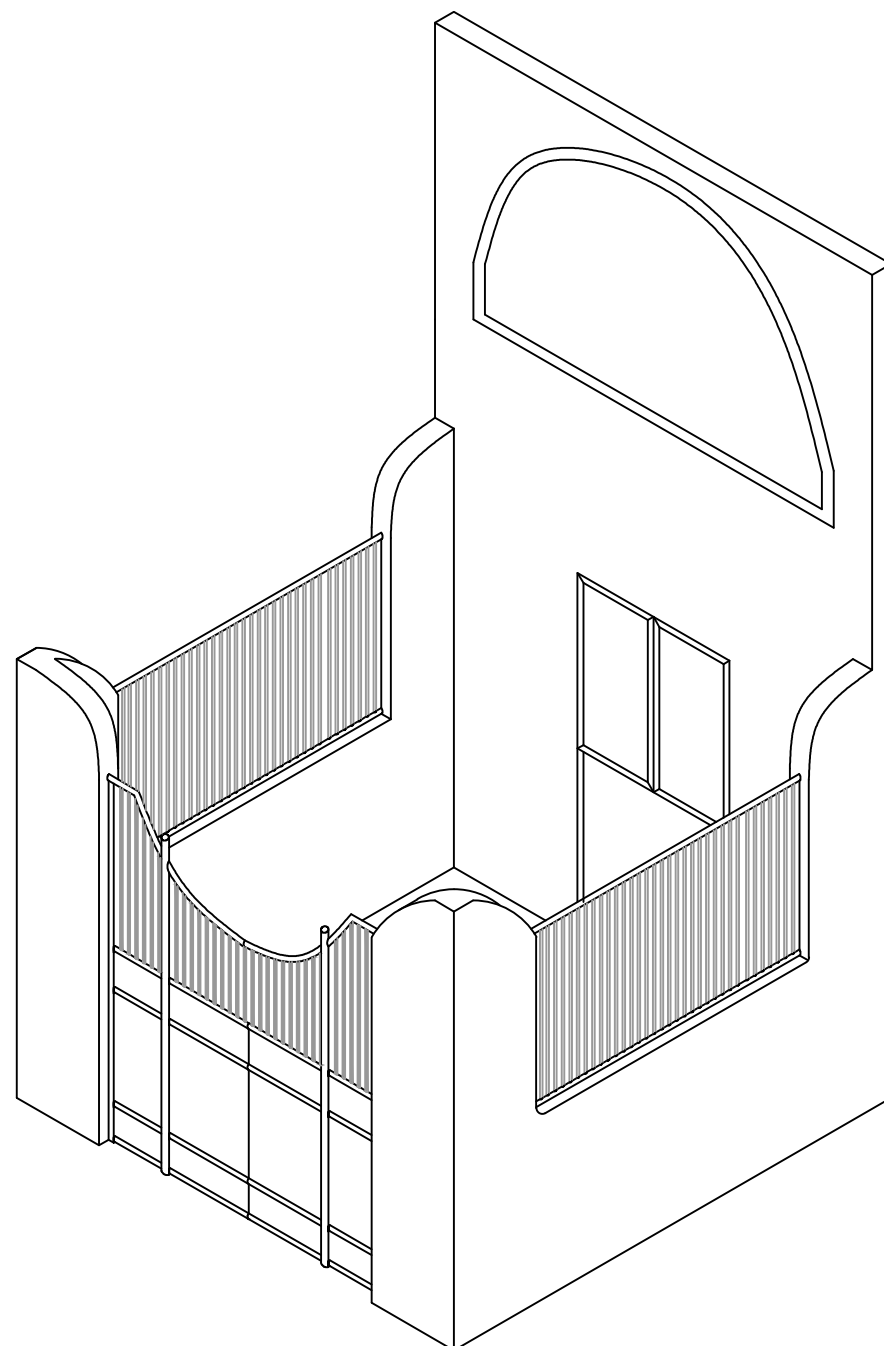
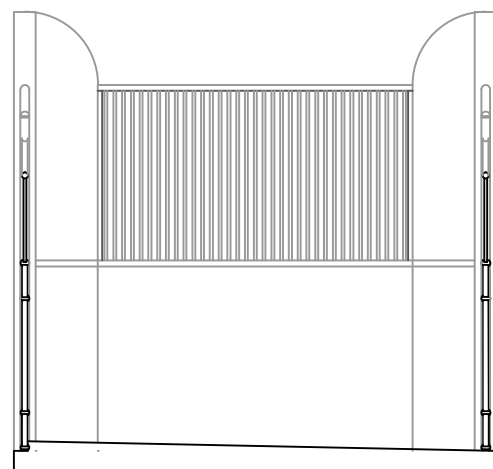


3,05m



2,42m  
2,9m

2,9m



5378

Sandra Castanheira

## ARQUITECTURA EQUESTRE:

Influência da Arquitectura na Prática da Equitação e Equoterapia